



**UNIVERSIDADE TIRADENTES - UNIT
DIRETORIA DE PESQUISA - DPE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO-PPED
MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

**ESCRAVIDÃO E DIREITO CIVIL NO ROMANCE “ROSAURA, A ENJEITADA” DE
BERNARDO GUIMARÃES.**

LUZINETE ROSA DOS SANTOS

**ESCRAVIDÃO E DIREITO CIVIL NO ROMANCE “ROSAURA, A ENJEITADA” DE
BERNARDO GUIMARÃES.**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Tiradentes como requisito para obtenção do grau de Mestre em Educação – Universidade Tiradentes.

.

**PROF^a. DR^a. ILKA MIGLIO DE MESQUITA
ORIENTADORA**

ARACAJU – 2018

S237e Santos, Luzinete Rosa dos
Escravidão e direito civil no romance "Rosaura, a enjeitada" de Bernardo
Guimarães/Luzinete Rosa dos Santos; orientação [de] Prof.^a Dr.^a Ilka Miglio de
Mesquita – Aracaju: UNIT, 2018.

96 f., il.: 30cm

Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Tiradentes, 2018
Inclui bibliografia.

1. Rosaura. 2. A enjeitada. 3. Literatura. 4. Escravidão. 5. Bernardo Guimarães. I.
Santos, Luzinete Rosa dos. II. Mesquita, Ilka Miglio de. (orient.). III. Universidade
Tiradentes. IV. Título.

CDU: 821.134.3(81). 091

SIB- Sistema Integrado de Bibliotecas

LUZINETE ROSA DOS SANTOS

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação
em Educação da Universidade Tiradentes como requisito
para obtenção do grau de Mestre em Educação –
Universidade Tiradentes.

Aprovada em ____/____/____

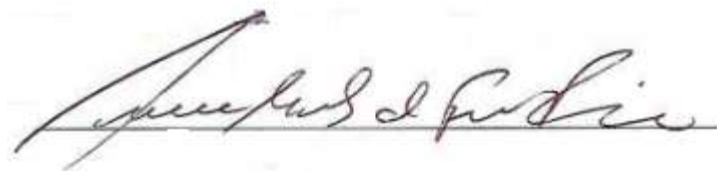
BANCA EXAMINADORA

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Ilka Miglio', is written over a horizontal line.

Prof.^a Dr.^a Ilka Miglio de Mesquita– UNIT
(Orientadora)

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Ronaldo Nunes Linhares', is written over a horizontal line.

Prof. Dr. Ronaldo Nunes Linhares – UNIT
(Membro Interno da Banca)

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Luciano Mendes de Faria Filho', is written over a horizontal line.

Prof. Dr. Luciano Mendes de Faria Filho – FaE/UFMG
(Membro Externo da Banca)

E esse país
Vai deixando todo mundo preto
E o cabelo esticado
Mas mesmo assim
Ainda guardo o direito
De algum antepassado da cor
Brigar sutilmente por respeito
Brigar bravamente por respeito
Brigar por justiça e por respeito
De algum antepassado da cor
A carne mais barata do mercado é a carne negra
(Elza Soares)

DEDICATÓRIA

A mim mesma!

AGRADECIMENTOS

Permaneço em ti. Mesmo sozinho sei que estás perto de mim. Quando triste olho pro céu (Ivo Pessoa).

Início falando do céu, em gratidão à minha ave. “Você partiu sem mim e sei que estás em algum jardim entre as flores.” Mãe, você não me ensinou a viver nada disso sem ti. Então, eu não sei escrever nada sobre você. Logo vamos nos encontrar, nós três, e eu vou contar tudo para vocês.

Assim como na ficção da obra analisada, eu também tive meu personagem nesse movimento de escrita, mediante o enredo da trama da minha vida. A construção deste texto foi permeada de fatos e dilemas sentimentais, dos quais eu não sabia lidar. Movida pelos meus sonhos, me vesti de “vontade” – essa foi a personagem que me trouxe até aqui. Mais forte do que ela, em mim, foi meu Paizinho do céu, dono de toda ciência. À Ti, ofereço a minha gratidão.

Tenho o coração grato ao meu pai, um agricultor do interior sergipano, homem forte, de quem herdei o amor pelos meus sonhos. Na madrugada, eu sempre ouvia sua voz dizendo: “se fosse fácil, todos iriam!”. Cara, eu te amo.

Aos meus irmãos, minha gratidão e carinho, regados de saudades. ÉRAMOS dez... Que conta linda! Hoje, tentamos refazer a conta, mas o número é ímpar. Isto, sim, mata o coração! E agora, como seguiremos? O dia 12 de julho de 2015 está cravado na saudade daquele que voltou para casa mais cedo... Ei, a gente combinou que iria ficar se falando até o reencontro!

Como todo romance, esse também tem uma história de amor. André, meu parceiro, te amo!

Grupo de Pesquisa ‘História, Memória, Educação e Identidade’(GPHMEI), tanto amor transborda entre nós. Sou grata a cada um de vocês! Em especial, a Gustavo por compartilhar seu saber sobre a Academia de Direito de São Paulo; à Luziane, por ser a mais maravilhosa desse grupo; à Valéria, por suas sábias palavras, meu carinho e agradecimento; à Mirianne que, com sua bondade, compartilhou didaticamente suas experiências... Nós duas sabemos que a nossa amizade não se restringe, apenas, à academia. Eu encontrei em você um colo onde pude gritar, desabafar e tomei, muitas vezes, o lugar de BEN.

Mari, olho para você e tenho a certeza de que existem anjos destinados por Deus. Não vou esquecer o seu cuidado comigo. Lembro-me quando você me contou, aproximadamente,

oito vezes a sua tese, na aeronave, na tentativa de não me ver chorar mais. Nunca te falei, mas, naquela noite, eu não senti frio. Seu calor de mãe aqueceu meu coração. Juju não sabe, mas dividiu a mãe comigo. Te amo!

Esse grupo de pesquisa traz à essência da nossa líder, minha brava e amável orientadora, a professora Dr^a Ilka Miglio de Mesquita, a quem não posso deixar de agradecer por sua insistência em ensinar-me o ofício de pesquisadora. Mesmo sabendo das minhas limitações, apostou em mim... Valeu por me ensinar a ‘escalpelar’ os mortos. Nossa conexão é bem maior do eu posso explicar!

Obrigada aos professores examinadores, Prof. Dr. Ronaldo Nunes Linhares e Prof. Dr. Luciano Mendes de Faria Filho, pela leitura cautelosa e por todas as contribuições.

Aos meus professores do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Tiradentes, pela contribuição.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes pelo auxílio financeiro através do Programa de Suporte à Pós-Graduação de Instituições de Ensino Particulares/ PROSUP por possibilitar o desenvolvimento dessa pesquisa.

Aos queridos mineiros, Luísa e Prof. Dr. Matheus da Cruz e Zica, por compartilharem saberes.

Aos meus amigos Rony, Dany, Erly, Rubi, Tânia, Marília, Maryluze, Kaio, Joaquim, Paula, Adriana, Nadson, Idelma, Val, Gina, Deco Ferreira, Lizziane. Valeu pelo incentivo de sempre!

Meus colegas da turma de mestrado, de forma muito carinhosa, Helena, André, Valeria, Luciana, Luiz Rafael, Fabiana, obrigada pelo companheirismo.

Aos meus tios, primos, primas, cunhadas, cunhados, sobrinhos, sobrinhas, minha eterna gratidão.

RESUMO

A presente dissertação tem como objeto de pesquisa a escravidão e o direito civil no romance *Rosaura, a enjeitada*. Trata-se da última obra, publicada em vida, por Bernardo Guimarães, na qual o romancista interpretou modos de vida da sociedade que compunha o Brasil oitocentista e eternizou memórias da Academia de Direito de São Paulo, ao descrever a pauliceia antiga. O caminho investigativo foi trilhado com o objetivo principal de compreender como Bernardo Guimarães posicionou-se em relação à escravidão e ao direito Civil na obra *Rosaura, a enjeitada*, entre os anos de 1847 e 1883. Para alcançar este propósito, fez-se necessário entender como o autor se apresenta na obra, tendo em vista a sua formação e o contexto histórico e social da narrativa; além de identificar e analisar a temática da escravidão e do direito civil, presentes no romance analisado. Para fins de demarcação cronológica, delimitamos os anos de 1847 a 1883, respectivamente o ano da matrícula do autor na Academia de Direito de São Paulo e o ano de publicação da obra, como marco temporal da pesquisa. Além de *Rosaura, a enjeitada*, o *corpus* documental elencado como fonte é composto, também, pelas memórias, já publicadas, da Academia de Direito de São Paulo do séc. XIX e pelos documentos parlamentares pertencentes ao mesmo período histórico. Os procedimentos metodológicos adotados fundamentaram-se na operação histórica de análise de fontes, de acordo com Le Goff (1994), que nos orientou a despir o documento e interrogá-lo. Destarte, mergulhamos na obra literária, lançando o seguinte questionamento: como a obra *Rosaura, a enjeitada*, de Bernardo Guimarães, trata da escravidão e do direito civil, tendo em vista as tensões presentes no romance analisado? A busca por respostas nos mobilizou, também, na composição do referencial teórico, sobretudo, na adoção do conceito de “repertório” – a partir dos estudos empreendidos por Alonso (2002) – enquanto “lupa”, para a leitura da obra, e ferramenta, posto que operamos com ele no processo de análise das fontes. Por fim, temos concluído que Bernardo Guimarães, no desenrolar da trama e na caracterização de seus personagens, definindo formas de ação, concebeu em sua narrativa ideias e pensamentos que povoavam o Brasil imperial, sobretudo em torno da discussão sobre as questões raciais que, por sua vez, ocupavam, também, um lugar no debate político e social do país. Deste modo, entendemos a obra como palco de um discurso político e jurídico, pois ao tratar do direito civil e da escravidão, o autor nos levou a passear pelas arcadas e salas de aulas da Academia de Direito de São Paulo, no período investigado, configurando aquele lugar de educação formal como um espaço de formação do pensamento jurídico, político e social. Neste sentido, consideramos a obra *Rosaura, a enjeitada* como um repertório de Bernardo Guimarães.

Palavras-chave: *Rosaura, a enjeitada*. Literatura. Escravidão. Bernardo Guimarães.

ABSTRACT

The present dissertation has as source and object of research the novel *Rosaura, a Enjeitada*. This is Bernardo Guimarães's last work, published in his life, in which the novelist interpreted the ways of life of the society that composed nineteenth-century Brazil and eternalized memories of the São Paulo Law Academy, in describing the ancient pauliceia. The investigative path was traced with the main objective of understanding how Bernardo Guimarães was positioned in relation to slavery and Civil Law in the work *Rosaura*, the one between the years 1847 and 1883. The investigative path was traced with the main objective of understanding how Bernardo Guimarães was positioned in relation to slavery and Civil Law in the work *Rosaura*, the one between the years 1847 and 1883. In order to achieve this purpose, it was necessary to understand how the author presents himself in the work, try in view of its formation and historical and social context of the narrative; besides identifying and analyzing the issue of slavery and civil law, present in the novel analyzed. For the purposes of chronological demarcation, we delineate the years from 1847 to 1883, respectively, the year of the author's enrollment in the Law Academy of São Paulo and year of publication of the work, as the temporal frame of the research. In addition to *Rosaura, a Enjeitada*, the documentary corpus as a source, is also composed of the already published memoirs of the century Academy of Law of São Paulo XIX and parliamentary documents belonging to the same historical period. The methodological procedures adopted were based on the historical operation of source analysis, according to Le Goff (1994), who guided us to denude the document and interrogate it. Thus, we delve into the literary work, launching the following question: How does the work *Rosaura, a Enjeitada*, by Bernardo Guimarães, deals with slavery and civil law, in view of the tensions present in the novel analyzed? The search for answers also mobilized us in the composition of the theoretical reference, especially in the adoption of the concept of "repertoire" - from the studies undertaken by Alonso (2002) - as a "magnifying glass", for the reading of the work, and tool, since we operate with it in the process of analyzing the sources. Finally, we have concluded that Bernardo Guimarães, in the unfolding of the plot and in the characterization of his characters, defining forms of action, conceived in his narrative ideas and thoughts that filled imperial Brazil, especially, around the discussion about the racial issues that, in turn, also occupied a place in the political and social debate of the country. In this way, we understand the work as the stage of a political and juridical discourse, because in dealing with civil law and slavery, the author took us to stroll through the arcades and classrooms of the Law Academy of São Paulo, during the period investigated, that place of formal education as a space of formation of legal, political and social thought. In this sense, we consider the work *Rosaura*, the cast as a repertoire of Bernardo Guimarães.

Key words: *Rosaura*, the floundering. Literature. Slavery. Bernardo Guimarães

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	14
1.1 Objeto e objetivo.....	14
1.2 Caminhos percorridos na investigação.....	16
1.3 Sobre o romance.....	21
1.4 Produções sobre as obras de Bernardo Guimarães.....	30
2 A BELEZA DE QUE FALA O POETA: A APRESENTAÇÃO DE BERNARDO GUIMARÃES PELO SEU REPERTÓRIO.....	36
2.1 A flor sedutora da mulata e as mãos do sinhozinho.....	36
2.2 “No Brasil ninguém pode gabar-se”: o país de cores de Bernardo Guimarães	49
2.3- “Aplausos, reprovação, gargalhadas e pragas”: o cotidiano da Academia de Direito de São Paulo e a pauliceia provinciana.....	55
3 SENTIDOS DE ESCRAVIDÃO EM <i>ROSAURA, A ENJEITADA</i>	64
3.1 A escravidão, pela “tez” de <i>Rosaura, a enjeitada</i>	64
3.2 “Direito Civil é um problema eterno e insolúvel”.....	76
CONSIDERAÇÕES FINAIS	88
REFERÊNCIAS.....	92

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Capa da obra.....	25
Figura 2 – Contra Capa da obra.....	26
Figura 3 – Fotografia de Bernardo Guimarães.....	29

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Personagens da obra <i>Rosaura a enjeitada</i>	22
Quadro 2 – Dissertações mestrado	33
Quadro 3 – Teses de doutorado.....	34
Quadro 4– Cadeiras dos Cursos Jurídicos.....	45

1 INTRODUÇÃO

*Jabuticaba, ela viveu sómente
Como a jabuticaba;
Foi comida e deixou só a semente;
Assim tudo se acaba*
(GUIMARÃES, s.d., v. 01, p. 24).

1.1 Objeto e objetivo

A jabuticaba é fruta bem-nascida do calor dos trópicos. Essa fruta de brilho negro serviu de analogia para Bernardo Guimarães compor o nascimento de uma menina no Brasil, “Rosaura”, que nasceu “[...] onze horas para meia-noite de um dia de novembro de 1847” (GUIMARÃES, s.d., v. 01, p. 133), filha da formosa “Adelaide” e do mancebo “Conrado”. Esta cena consta no romance *Rosaura, a enjeitada*, obra de ficção, publicada em 1883, que ganhou vida pelas mãos de Bernardo Guimarães, estudante da Academia de Direito de São Paulo, romancista e poeta do Romantismo brasileiro, cuja origem mineira é marcada com veemência em sua obra.

Sem a pretensão de analisar a escrita literária, tomamos como objeto a escravidão e direito civil no referido romance para a remontagem de aspectos de um contexto histórico e reconstrução do imaginário do autor, considerando os limites e possibilidades de uma obra de arte. Neste sentido, a pesquisa foi desenvolvida com o objetivo de compreender como Bernardo Guimarães posicionou-se em relação à escravidão e ao direito civil na obra *Rosaura, a enjeitada*, entre os anos de 1847 e 1883. Para alcançar o objetivo proposto, lançamos mão dos objetivos específicos, a saber: entender como o autor se apresenta na obra, tento em vista a sua formação e contexto histórico e social da narrativa; e identificar e analisar a temática da escravidão e do direito civil, presentes na obra investigada.

A adoção de um objeto de pesquisa costuma dizer muito sobre quem o investiga, seu caminhar no universo acadêmico e para, além disso, sua história de vida. Acreditando na pertinência e na carga de humanidade que o encontro com o objeto tem na vida e na formação de um pesquisador, pedimos licença ao leitor para narrar em primeira pessoa, no singular, com certa brevidade, os primeiros passos que deram origem à construção da pesquisa e à escrita deste texto. O encontro com o objeto ocorreu com as leituras realizadas, como aluna especial na disciplina História da Educação, ofertada pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Tiradentes (PPED /Unit). Foi no espaço de sala de aula que conheci a Prof.^a Dr.^a Ilka Miglio de Mesquita e tive a oportunidade de ter acesso ao projeto

intitulado *Educação, Imprensa e Associações Acadêmicas das Faculdades de Direito de São Paulo e Olinda/Recife no século XIX: configurações de cultura jurídica e política*. Em conversas com a professora, fui apresentada ao romance *Rosaura, a enjeitada* e iniciei, então, uma leitura que durante dias me arrebatou e inquietou de tal forma que, antes mesmo de chegar ao meio do romance, dei início a uma pesquisa sobre o autor e o contexto de produção da obra. Naquele momento, era essencial saber de que lugar esse autor falava e discorria tal trama.

Naquele momento, muitas coisas me intrigaram, entre elas, a tez das personagens “Rosaura” e “Adelaide”. À vista disso, fiz leituras que poderiam me fazer entender o Brasil dos Oitocentos, problematizar e alinhar, em consonância com a investigação histórica, bem como fazer reflexões ante a pesquisa. Neste movimento busquei conhecer autores e suas produções, entre esses destaco o texto de Lilian Schwarcz (1993), *O espetáculo das raças*, no qual a autora procura demonstrar como ocorreu a adoção das teorias raciais europeias no contexto histórico brasileiro e o processo de elaboração do conceito de raça.

A partir de então, mergulhei no universo do romance e comecei a rememorar a minha história de vida. Ler a obra levou-me a fazer uma viagem para dentro, propiciando encontrar com as experiências dos “eus” possíveis. Com isso, a obra tem seu caráter educativo quando o leitor se identifica com os personagens. A obra permitiu-me reencontrar as memórias da minha infância, especialmente minha relação familiar, escolar e social, enquanto mulher negra. Pelos escritos de Bernardo Guimarães, em *Rosaura, a enjeitada*, revisei lugares e momentos, envolta pelas amarras envolventes que a trama fictícia me apresentava naquele momento.

Para além de uma trajetória individual, este trabalho é fruto dos diálogos estabelecidos com outros pesquisadores e das experiências vivenciadas no programa *A educação nos projetos de Brasil: espaço público, modernização e pensamento histórico e social brasileiro nos séculos XIX e XX*, coordenado pelos professores Dr. Luciano Mendes de Faria Filho e Dr.^a Rosana Areal de Carvalho, e do *Programa de Estímulo à Mobilidade e ao Aumento da Cooperação Acadêmica da Pós-Graduação em Sergipe/Edital 08/2013 - Moderno, Modernidade, Modernização: a educação nos projetos de Brasis séc. XIX e XX*, coordenado pela Prof.^a Dr.^a Raylane Andreza Dias Navarro Barreto. É justamente pelo caminhar junto, experimentado, também, na relação orientanda-orientadora, que retomamos a fala no plural.

A problemática central deste trabalho circunscreve-se em torno do entendimento de que a obra *Rosaura, a enjeitada* foi parte de experiências sociais de Bernardo Guimarães, como expressão da forma de agir e pensar. Neste sentido, formulamos a seguinte questão de

pesquisa: Como a obra *Rosaura, a enjeitada*, de Bernardo Guimarães, trata da escravidão e do direito civil, tendo em vista as tensões presentes no romance analisado? Delimitamos os anos de 1847, ano da matrícula do autor na Academia de Direito de São Paulo, a 1883, ano que a obra foi publicada, ou seja, é necessário ler *Rosaura, a enjeitada* considerando suas duas historicidades. A primeira diz respeito à narrativa e a segunda considera a publicação, respectivamente, atentando para os fatos históricos que permeavam o Brasil neste contexto histórico, como a escravidão, as discussões em torno do destino da nação e a formação do pensamento social brasileiro sobre a construção do discurso racial. Deste modo, esse romance também seria parte das experiências desse autor, uma vez que os acontecimentos da narrativa estão situados nos anos que correspondem a seu tempo de formação acadêmica.

1.2 Caminhos percorridos na investigação

Ao longo da investigação operamos com o conceito de repertório¹, norteadas por Angela Alonso (2002), compreendendo-o como “conjunto de recursos intelectuais disponível numa dada sociedade em certo tempo. É composto de padrões analíticos; noções; argumentos; conceitos; teorias; esquemas explicativos; formas; estilísticas; figuras de linguagem; metáforas” (SWIDLER, 1986, apud ALONSO, 2002, p. 39). Assim, a definição de repertório é associada a um conjunto de formas de ação, que se configura nas estratégias utilizadas pelos agentes, ante os grupos, podendo ser representadas de diversas maneiras como em textos, diálogos, embates.

Outro autor que nos auxiliou na compreensão do referido conceito foi Faria Filho (2017), que operou com repertório, tendo como referência as formulações concebidas por Charles Tilly, Ann Swidler e Angela Alonso, entendendo como repertório cultural um “[...] conjunto de recursos intelectuais, ideias e práticas, disponíveis numa dada sociedade e em certo período de tempo”, que são “aprendidos e colocados em prática por meio de um processo de escolha relativamente deliberado” (TILLY, 1993, apud FARIA FILHO, 2017, p. 24). A partir dos autores citados, é possível pensar e entender as configurações de ideias e práticas da sociedade da época, especificamente no que se refere aos pensamentos que permearam o século XIX, posto que Bernardo Guimarães, ao compor a trama, apropriou-se de temas que interessavam, ante as discussões empreendidas naquela sociedade, dentro de debates sociais, definindo formas de ação.

¹ Ressaltamos que a origem do referido conceito remonta às produções de Charles Tilly e Ann Swidler.

Nesta perspectiva, operamos com o conceito de repertório, a partir de Alonso (2002) e Faria Filho (2017), enquanto ferramenta que nos possibilita pensar a escrita como ação, considerando a literatura como um repertório dos homens de letras. Destarte, ao longo deste texto apontamos formas de atuação, posto que “as abordagens cognitiva e prática” se completam quando levamos em consideração “representações e comportamentos” que estão associados em formas de ação, ou seja, estão interligados e por isso se complementam (ALONSO, 2002, p. 39).

Assim, acreditamos que Bernardo Guimarães selecionou ferramentas para compor, em *Rosaura, a enjeitada*, seu repertório, aqui compreendido como “um conjunto de esquemas de pensamento, funcionando como uma ‘caixa de ferramentas’”. Os agentes recolhem seletivamente elementos deste repertório, conforme suas necessidades de compreender certas situações e definir estratégias de ação” (ALONSO, 2002, p. 176). Neste sentido, os repertórios sofrem adaptações em função do contexto histórico da trama literária, e o agente, por sua vez, escolhe as ferramentas a serem utilizadas, de acordo com a necessidade e a intencionalidade da sua escrita.

Partimos do pressuposto de que o romancista selecionou ideias e pensamentos para desenvolver sua escrita, buscando formas de ação política, respaldado em ideias estrangeiras que estiveram presentes na formação da intelectualidade brasileira. Bernardo Guimarães apresenta-nos as estratégias escolhidas para posicionar-se ante as temáticas do Império que versavam sobre a escravidão. É importante perceber como o contexto social implicou na produção de *Rosaura, a enjeitada*, pois entendemos que a sua escrita, os recortes que fez, são partes da construção de seu repertório e, neste sentido, a partir da análise da fonte, categorizamos repertório étnico-racial e repertório de cultura jurídica. A obra de Bernardo Guimarães dialoga com o repertório do período, tendo em vista o pertencimento dos sujeitos ao seu tempo, mas também a capacidade que os agentes têm de influir no acontecimento, trazendo o novo.

Concebemos as categorias, aqui construídas, a partir de apropriações feitas pelo autor nas discussões presentes no romance, que envolvem as temáticas racial e jurídica. Consideramos repertório étnico-racial como um conjunto de pensamentos, que se constitui de ideias que versam sobre o conceito de raça, envolvendo teorias estrangeiras que percorreram o Império brasileiro, entre essas o darwinismo social². Por sua vez, o repertório de cultura

² É considerada uma ideologia e partia da premissa de que existia uma diferença ontológica entre as raças humanas, entendidas como espécies biológicas diferentes e invariáveis. É também considerada como uma “concepção sociológica que idealiza a concorrência econômica e a justifica pelo princípio natural da

jurídica – composto por conhecimentos jurídicos, presentes na elaboração de pensamentos sobre a constituição das ciências do Direito brasileiro – consiste em recursos mobilizados, como discursos, conceitos, termos e argumentos referentes ao Direito, para divulgar ideias através das produções que estavam atreladas aos estudos jurídicos.

Movidas por tais referências, buscamos fazer a operação histórica de análise de fontes, mergulhando na obra literária *Rosaura, a enjeitada*, interrogando e problematizando o documento para alcançar os objetivos propostos. É importante, ao tomar a obra literária como fonte documental, entender o documento como “uma coisa que fica, que dura, e o testemunho, o ensinamento [...] que ele traz devem ser em primeiro lugar analisados desmistificando-lhe o seu significado aparente” (LE GOFF, 1994, p. 547-548). Entendemos que todo documento é “produto da sociedade que fabricou segundo as relações de forças que a detinham” (LE GOFF, 1994, p. 545). Assim, levamos em consideração as conjunturas históricas em que o documento foi produzido, investigando o passado e estabelecendo tensões entre as teorias, o documento e outras fontes. Para tanto, foi preciso, como dizia Le Goff (1994), despír o documento para compreendermos além do que está posto na obra. Segundo ele, o pesquisador não pode ser ingênuo frente ao documento, pois:

[...] não é inócuo. É, antes de mais nada, o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. (LE GOFF, 1994, p. 537- 538).

Olhando para o documento, enquanto monumento, analisamos, tendo como foco a temática da escravidão e o direito civil. Inicialmente, traçamos um roteiro de leitura realizando a categorização da fonte, a partir do conceito de repertório, considerando que, para analisar este tipo de fonte, é necessário nos apropriarmos de mecanismos que nos orientem a enxergar, no documento, a intencionalidade de sua composição para além do que está posto. Neste caminho de pesquisa identificamos a presença marcante da temática racial e jurídica, entrelaçada no enredo do romance, e categorizamos repertório étnico-racial e repertório de cultura jurídica, fazendo cruzamentos pontuais com os textos da formação do autor, com o que estava sendo lido na época e com o que era proposto na Academia de Direito de São Paulo. No mesmo movimento, enfatizamos a relação entre a escravidão e o direito civil às teorias estrangeiras, pois entendemos que em sua escrita, no romance *Rosaura a enjeitada*,

concorrência vital, a ponto de dizer que a exploração de uma classe por outra também é natural e necessária ao bom funcionamento da sociedade”. (JAPIASSÚ, MARCONDES, 2006, p. 64).

Bernardo Guimarães dialogou com repertórios do período, acrescidos de teorias, entre essas o darwinismo social e o evolucionismo. Vistas como modelos de análise social do contexto histórico brasileiro, tais ideias eram utilizadas para explicar as diferenças sociais e raciais. Essas teorias surgem a partir do princípio da evolução das espécies de Charles Darwin, porém Herbert Spencer as adapta criando a teoria do evolucionismo³ e do darwinismo social.

No desdobramento desta pesquisa, elencamos outras fontes – as memórias publicadas da Academia de Direito de São Paulo, intituladas *Tradições e reminiscências: estudantes, estudentões e estudentadas*, do memorialista Almeida Nogueira⁴, organizadas em nove volumes, cujos conteúdos são crônicas da Academia de São Paulo desde a sua fundação, em 1827; as *Memórias para a história da Academia de Direito de São Paulo*, publicadas por Spencer Vampré⁵, volume I, que traz informações sobre a constituição do curso jurídico; os documentos parlamentares – fazendo o cruzamento entre a obra *Rosaura, a enjeitada* e os documentos históricos que fazem referência à formação acadêmica de Bernardo Guimarães e contemplam a discussão acerca do direito civil e da escravidão, foco deste trabalho.

Conscientemente, tomamos uma obra literária como fonte, considerando os desafios metodológicos e acreditando, sobretudo, que fazer tal escolha já nos traz certo risco, ao passo que, também, nos encanta e fascina poder trabalhar com algo dito como incerto, quando nos referimos a uma ficção, criação de um sujeito, situado num tempo e espaço específicos. Diante das especificidades de um trabalho desta natureza, Galvão (1998), ao investigar a obra literária *Doidinho*, do escritor paraibano José Lins do Rego, nos alertou sobre como as pesquisas com a literatura trazem uma “revelação de aspectos em geral negligenciados e pouco perceptíveis em pesquisas baseadas unicamente em documentos oficiais” (GALVÃO, 1998, p. 33). Para a autora “a verdade não é o objetivo da ficção – o leitor do texto literário

³ “Concepção biológica segundo a qual todas as espécies derivam umas das outras por um processo de transformação natural. Doutrina filosófica segundo qual a evolução constitui a lei geral dos seres (matéria, vida, espírito e sociedades), capaz de reger, por conseguinte, tanto as ciências quanto a própria moral” (JAPIASSÚ, MARCONDES, 2006, p. 98).

⁴ José Luís de Almeida Nogueira nasceu na fazenda Loanda, município de Bananal, na então província de São Paulo, no dia 4 de fevereiro de 1851, filho de Pedro Ramos Nogueira, o barão de Joatinga, e de Plácida Maria de Almeida. Estudou as primeiras letras na fazenda do pai e aos dez anos foi para a Europa, acompanhado de um preceptor. Estudou humanidades na *Institution Prunières* e no *Lycée Bonaparte* (Condorcet), em Paris. Retornou ao Brasil, em julho de 1863, e continuou os estudos na fazenda paterna sob a orientação dos professores Farjon e Joubert, bacharéis em Letras e Ciências, respectivamente. Em 1867, foi para a capital da província a fim de fazer o preparatório no Curso Anexo e ingressar na Faculdade de Direito. Defendeu suas teses em 1874. A este respeito, ver Abreu (2015).

⁵ Spencer Vampré (1925), diretor da Faculdade de Direito em 1938, foi destacado memorialista da instituição com a obra *Memórias para a história da Academia de São Paulo*. Frisava, já na comemoração do centenário da biblioteca, em 1925, a necessidade de adoção da classificação decimal. A este respeito, ver Napoleone e Beffa (2013).

não busca a verificar provas, ela pode até estar presente nas obras como um instrumento opcional” (GALVÃO, 1998, p. 36).

Destarte, Sevcenko (1995), ao trazer a discussão acerca da abordagem teórico-metodológica sobre o trabalho com este tipo de fonte, considera que a literatura “é antes de mais nada um produto artístico, destinado a agradar e a comover”, seus autores detêm uma “espécie de liberdade condicional de criação, uma vez que seus temas, motivos, valores, normas ou revoltas são fornecidos ou sugeridos pela sua sociedade e seu tempo” (SEVCENKO, 1995, p. 20), ou seja, a literatura é uma produção artística condicionada socialmente e uma fonte privilegiada, pois possibilita o acesso ao imaginário do tempo histórico de sua produção. Para entender a literatura como expressão de um autor e de seu tempo, se fez importante entender a narrativa e sua representação.

Para o historiador a literatura continua a ser um documento ou fonte, mas o que há para ler nela é a representação que ela comporta, ou seja, a leitura da literatura pela história não se faz de maneira literal, e o que nela se resgata é a representação do mundo que comporta a forma narrativa. Aliás, pode-se argumentar que, segundo estas posturas, a história também não é passível de uma leitura literal, sendo ela também uma representação do real e comportando, pois, a atribuição de um sentido. (PESAVENTO, 2000, p. 11).

As obras literárias produzem uma representação social, sobretudo, permitem compreender as propriedades existentes e acessar representações de um tempo e de um lugar. Pesavento (2000, p. 15) reitera que “recriando o real, literatura e história reconstroem uma identidade para o país”. Neste sentido, encontramos na obra literária, enquanto fonte, a possibilidade de ter acesso a elementos do contexto histórico brasileiro, principalmente no que se refere à pauta de discussão social, em voga no marco temporal investigado. A produção literária do século XIX reproduz temáticas que permearam o Brasil, possuindo a capacidade de registrar as questões referentes ao modo de viver, pensar e agir da sociedade, demonstrando, assim, como a literatura abolicionista traz mecanismos para compreensão sobre o tema. Assim, o mergulho nesse tipo de fonte oferece novas possibilidades de pensar acerca de acontecimentos históricos da formação social brasileira, como a escravidão, revelando o pensamento dominante da época.

O entendimento da literatura como um veículo de divulgação de ideias e opiniões, que atravessaram a época, incitou o nosso caminho de investigação. Por oportuno, esclarecemos que mantivemos a grafia original ao operar com a literatura, buscando entender as facetas da narrativa do autor. Estabelecemos contínuas tensões entre a obra *Rosaura, a enjeitada*, a

teoria apreendida e as demais fontes, considerando os fatos históricos que permearam a escrita.

1.3 Sobre o romance

Temos o prazer de contar aos leitores a história do romance *Rosaura, a enjeitada*. A obra traz o drama amoroso vivido por “Adelaide” e “Conrado”, casal que vive uma ardente paixão e tem como fruto “Rosaura”. “Adelaide” era uma jovem moça, filha única, nascida no interior da cidade de São Paulo, vivia com seu pai e sua tia “Eunália”. “Conrado” era de origem humilde, trabalhador do sítio do “Major”. Foi na casa dos Buenos de Moraes, como era chamada a família de “Adelaide”, que os mancebos se conheceram e iniciaram seus deleites amorosos. O casal teve o seu amor interrompido pela vontade do pai de “Adelaide”, o paulista “Major Damásio”, que, cercado de orgulho e de preconceitos raciais e de classe, não aceitou o casamento dos jovens.

Apesar da objeção de seu pai, “Adelaide” engravida, mas consegue esconder, dele e de toda a sociedade paulistana, a gestação. E, com o auxílio da escrava “Lucinda”, dá à luz a “Rosaura”. Ao nascer, a menina é deixada em um prostíbulo no interior da cidade de São Paulo, dada por morta e batizada como escrava. Mais tarde é vendida, e, por ocasião do destino, tornou-se cativa na casa de sua mãe. Bela e clara, com 14 anos, a moça é perseguida pelo marido de “Adelaide”, seu proprietário. Por ter uma notável semelhança com sua mãe, não demora muito para a verdade sobre sua origem vir à tona. “Lucinda” busca meios de desvendar a semelhança física existente entre “Adelaide” e “Rosaura” e nota um sinal na pele, comum às duas. Ao perseguir estes indícios, a escrava conseguiu provar aos seus senhores que se tratava da filha enjeitada.

Entre as histórias que compõem todo o universo do romance, temos outra paixão. “Rosaura” e “Carlos”, ambos cheios de amor, não podiam se entregar aos seus sentimentos e viveram a dor de uma paixão também proibida. “Carlos” era um dos muitos mancebos vindos da província de Minas Gerais e residia na pauliceia para estudar no curso de Direito. Na narrativa das trajetórias percorridas pelos enamorados, desde seus fascínios de adolescentes ao casamento, na vida adulta, encontraram-se traços da instalação do curso jurídico no largo de São Francisco. O enredo é fechado com um capítulo intitulado “Os casamentos”, o qual narra a cena do matrimônio entre “Conrado” e “Adelaide”, que aconteceu após a morte do pai e do esposo dela. Por fim, como uma típica narrativa romântica, “Rosaura” e “Carlos” vencem os limites da escravidão, após provar a sua origem, e se casam.

Em *Rosaura, a enjeitada*, Bernardo Guimarães trouxe a descrição da cidade de São Paulo. No desenrolar da trama, o autor faz referência à cidade, enfatizando aspectos geográficos como ruas, bairros, rios, descrevendo a pauliceia, detalhada às margens do Tietê, do Tamanduateí e do Anhangabaú. De igual modo, a narrativa versa sobre uma diversidade de tramas familiares e amorosas de personagens que enfrentaram dramas de amor impossível no cenário social do Brasil Império. O autor interpretou modos de vida da sociedade que compunham o Brasil oitocentista, trazendo também retratos de costumes da época e expressões como “mecê” e “nhô”, “caipira”, “estrepolia”, “paréba” (por pereba), “pesticar de música”, “engulir araras”, “futrica”, “estropiado” “grosar na pele”⁶. Para melhor situar o romance, trazemos um quadro ilustrativo (Quadro 1), com os personagens e suas características.

QUADRO 1 – Personagens da obra *Rosaura, a enjeitada*

Personagens de <i>Rosaura, a enjeitada</i>	Principais características
Adelaide	Mãe de “Rosaura”, moça sedutora, sonhadora, descendente de escravos e índios.
Major Damásio	Pai de “Adelaide”, descendente de índios, casou-se com uma descendente de escravos.
Conrado	Amor de Adelaide e pai de “Rosaura”, curitibano. Tornou-se correspondente de estudantes da Academia de Direito de São Paulo.
Rosaura	Mocinha da história, escrava branca, amada por homens brancos, denominada “a enjeitada”.
Carlos	Mineiro, personagem que representa os estudantes mineiros da Academia de Direito de São Paulo, se apaixonou e casou com “Rosaura”.
Morais	Esposo de Adelaide, terceiranista da Academia de Direito de São Paulo.
Estelinha	Filha de Adelaide, sinhazinha de “Rosaura”.
Frederico	Terceiranista da Academia de Direito de São Paulo, negro, mineiro.

⁶ Termos retirados da obra.

Couto	Considerado rapaz de cor equivocada, estudante da Academia de Direito de São Paulo.
Belmiro	Personagem que representou Bernardo Guimarães.
Azevedo	Personagem que representa o acadêmico e amigo de Bernardo Guimarães, Álvares de Azevedo, estudante da Academia de Direito de São Paulo.
Aurélio	Personagem que representou o companheiro de Bernardo Guimarães, Aureliano Lessa, ambos estudantes da Academia de Direito de São Paulo.
Nhá Tuca	Comerciante dona de escravos e do prostíbulo onde “Rosaura” foi deixada como enjeitada. Mentora da venda de “Rosaura”. Também conhecida como Gertrudes.
Lucinda	“Escrava da família dos Buenos Morais, casa onde Rosaura era escrava; personagem apresentada como fiel companheira de sua senhá Adelaide” ⁷ .
Frei João de Santa Clara	“Frade carmelita, missionário nas populações civilizadas, que percorreu todas as províncias do Brasil” ⁸ ; auxiliou na comprovação da condição de pessoa nascida livre – a “Rosaura”.
Sr. Basílio	“Comerciante de escravos da cidade de São Paulo, que negociou a compra e venda de Rosaura” ⁹ .
Doroteia	Escrava de Nhá Tuca.
Tia Eunália	“Irmã do Major Damásio. Mulher quase idiota, sem alma e sem coração” ¹⁰ .
Tenente André	Amigo do Major Damásio
As filhas do Tenente André	“Três nédias e viçosas raparigas, alegres, desembaraçadas e folgazonas” ¹¹ .

Obs.: Os personagens citados são apenas aqueles que possuem voz na narrativa.

Fonte: Informações coletadas da obra, elaboradas pela autora.

O romance é composto de dois volumes, com duzentas e noventa e cinco (295)

⁷ (GUIMARÃES, s.d., v. 01, p. 137)

⁸ (GUIMARÃES, s.d., v. 02 p. 66)

⁹ (GUIMARÃES, s.d., v. 02 p. 126)

¹⁰ (GUIMARÃES, s.d., v. 01 p. 129)

¹¹ (GUIMARÃES, s.d., v. 01 p. 32)

páginas enumeradas. Divide-se em quarenta e três (43) capítulos¹², nomeados com subtítulos que fazem referência ao conteúdo da narrativa. É possível notar, ainda, que a estrutura da obra conserva espaçamentos entre linhas consideravelmente curtos e hifens para apresentar os diálogos. Quanto ao material da produção, foi utilizado papel vergê. A capa e contracapa são coloridas, o restante da edição é de papel branco e de letras pretas. Os exemplares medem 65 cm x 53 cm e em todas as páginas aparece o nome do autor. Não há informações sobre a procedência do texto, se seria edição *principis* ou base. Sobre a encadernação dos volumes, observamos a resistência do material, que se torna importante para a leitura, manuseio e durabilidade.

A obra analisada não apresenta informações acerca do local e ano de publicação, tampouco da edição. A única informação colhida diz respeito à editora Saraiva, responsável pela publicação do romance, mas podemos inferir a datação e local a partir de alguns dados de biógrafos e críticos literários, entre esses Silvio Romero (1888) e Antônio Candido (2000). Conforme temos visto, a obra foi publicada em 1883, na cidade de São Paulo.

No corpo do romance encontramos uma poesia intitulada *A rosa e o Cravo caboclo*, também de autoria de Bernardo Guimarães. Identificamos trechos em latim e francês, como: *Et rose, elle a vécu ce que vivent les roses, L'espece d'un matin, Tu, tytire, lentus in umbra,- Formosam resonare doceo Adelaida Silvas; In articulis mortins "partus ventrem sequitur.*¹³ A obra contém uma apresentação anônima, com dados biográficos de Bernardo Guimarães e informações sobre o romance, considerando que: “o tema fundamental da obra é: da escravidão, que já abordara em *A escrava Isaura* tema que, segundo muitos críticos, abordou mas profundamente em *Rosaura, a enjeitada*.” (orelha do livro).

Assim, destacamos a materialidade da obra *Rosaura, a enjeitada*, pois, segundo Chartier (1990), “não existe nenhum texto fora do suporte que o dá a ler, e que não há compreensão de um escrito, qualquer que ele seja que não dependa das formas através das quais ele chega ao leitor” (CHARTIER 1990, p. 126-127). Entendemos que não existe nenhum texto desligado da sua materialidade, que não necessite dos suportes que o fazem alcançar o seu leitor. É necessário compreender desde a capa até a sua formulação, vocabulário e trama. Para tanto, Chartier (1990) indicou dois dispositivos: “[...] os que decorrem do estabelecimento do texto, das estratégias de escrita, das intenções do autor; e os dispositivos que resultam da passagem a livro ou o impresso, produzidos pela decisão editorial ou pelo trabalho da oficina [...]” (CHARTIER, 1990, p. 127).

¹² Vale ressaltar que, no volume 02, os últimos capítulos não possuem títulos.

¹³ (GUIMARÃES, s.d., v. 02, p. 22), (GUIMARÃES, s.d., v. 02, p. 27), (GUIMARÃES, s.d., v. 02, p. 51).

É importante analisar o texto atrelado à sua forma de impressão, quais leitores, quem é o autor, o que os editores pretendiam alcançar e de que forma, buscando entender a imagem dos homens de um determinado tempo e meio social em que foi produzido e publicado. Contextualizando o lugar de escrita, a história do autor e sua linguagem, faz-se essencial entender como a obra foi pensada e escrita, pois “[...] os textos documentais que, submetidos a uma justa crítica, revelam o que era a realidade antiga” (CHARTIER, 1990, p. 62). Observamos também as imagens como parte da obra. Nas figuras 01 e 02 apresenta-se, respectivamente, a capa e a contracapa da obra *Rosaura, a enjeitada*.

Figura 01 – Capa da obra *Rosaura, a enjeitada*

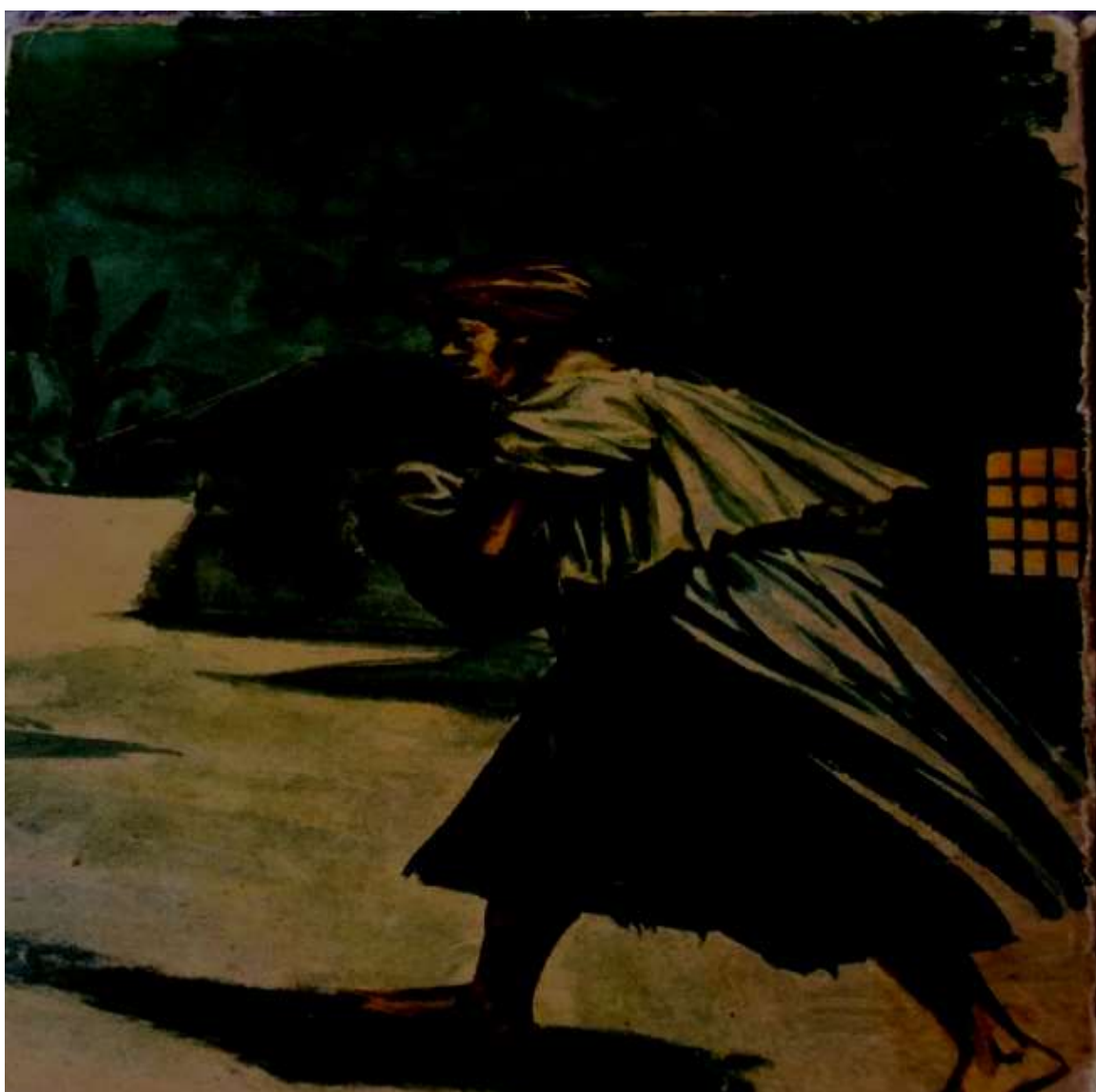


Fonte: Acervo pessoal.

A capa da obra traz a figura de dois personagens, “Rosaura” e “Conrado”. A imagem expressa uma cena descrita na obra que ocorreu “em horas mortas da noite” (GUIMARÃES,

s.d., v. 02, p. 116), quando “Conrado”, a quem Bernardo Guimarães descreveu como “um estudante sinceramente enamorado”, e “Rosaura” se encontraram com propósito de declararem seus sentimentos. Porém, por conta da sua condição de escrava, “Rosaura” confessa: “eu sei que o senhor me quer muito, e eu também ilhe tenho muito amor... Mas este nosso amor não deve continuar [...] sou uma simples escrava do Sr. Basílio” (GUIMARÃES, s.d., v. 02, p. 117). A imagem da capa ilustra as expressões de lamento dos dois personagens ao ter seu amor impedido, nomeadamente a menina “Rosaura” que, com as mãos no rosto, nos revela dor ao confessar sua condição social.

Figura 02 – Contracapa da obra *Rosaura, a enjeitada*



Fonte: Acervo pessoal.

Já na contracapa da obra, encontramos a personagem, a escrava “Lucinda”, descrita por Bernardo Guimarães como “preta velha [...] escrava mais antiga do Major, cozinheira,

copeira e quase mordoma da casa desde os tempos imemoriais” (GUIMARÃES, s.d., v. 01, p. 104). A imagem representa a cena, relatada por Bernardo Guimarães, em que “Rosaura”, a “pobre criancinha”, é retirada dos braços de sua mãe “Adelaide” e levada para:

[...] uma pequena casa térrea de modesta aparência, mas cômoda e asseada, situada a pouco mais de meia légua do centro da cidade. [...] a proprietária - pois era uma mulher - vulgarmente conhecida pelo apelido de **Nhá Tuca**, diminutivo familiar de Gertrudes na província de São Paulo era uma mulher de cinquenta e muitos anos (GUIMARÃES, s. d, v. 01, p. 135).

“Rosaura” foi colocada “[...] à porta dessa casa, Lucinda parou e escoltou; a primeira alva do dia começava a despontar; tendo percebido rumor dentro, e vendo que a gente da casa começava a despertar, depositou a criança e o embrulho no limiar da porta; e afastou-se [...]” (GUIMARÃES, s.d, v. 01, p. 137). Assim o autor encerra o primeiro volume da obra, descrevendo a cena em que a “Criola”, ama de leite de “Adelaide”, na noite de novembro de 1847, executa o plano idealizado por essa “jovem” e “linda”, “[...] que fazia esforços supremos para abafar gemidos e gritos de dor. Era o fruto de um amor furtivo não consagrado pelos laços do matrimônio” (GUIMARÃES s.d. v. 01 p. 133). Desta forma, pretendia esconder sua filha “Rosaura”, apresentada, por Bernardo Guimarães, como “a enjeitada¹⁴”.

Consideramos que, quando se propõe a pensar uma obra, é importante entender quem escreveu e em que tempo e contexto foi produzida. Pois os textos são indissociáveis do autor. Para tanto, trazemos informações biográficas do autor Bernardo Joaquim Guimarães da Silva, que nasceu em Ouro Preto, Minas Gerais, em 15 de agosto de 1825, e, na mesma cidade, faleceu em 10 de março de 1884. Matriculou-se na Academia de Direito de São Paulo em 1847, bacharelando-se em Direito em 1852, ano em que publicou seu primeiro livro de poesia, *Cantos da solidão*. Professor de Filologia e Língua Nacional em Ouro Preto de 1854 a 1858, jornalista na Corte de 1859 a 1861, exerceu o cargo de juiz municipal, em Goiás, de 1861 a 1863, além de professor de Retórica e Poética em Ouro Preto, Congonhas, do Campo Queluz.¹⁵ O romancista cunhou outras obras¹⁶ que, posteriormente, foram adaptadas em

¹⁴ São aquelas crianças que eram nascidas fora do casamento, ou filhos de moças solteiras. Também chamado de enjeitado. Bluteau (1712-1728) usou o termo “engeitar huma criança”. Os enjeitados e a maioria dos órfãos tinham os seus destinos profissionais traçados, que era o aprendizado de uma profissão manual. (SANTOS, 2016, p. 242).

¹⁵ A este respeito ver Zica (2007) e Nogueira (1977).

¹⁶ *Maurício ou Os Paulistas em São João D’El Rey* (Primeira ed. 1877); *Histórias e Tradições da província de Minas Geraes* (Primeira ed. 1872); *Índio Affonso* (Primeira ed. 1873); *O Ermitão de Muquém* (Primeira ed. 1869); *O Seminarista* (Primeira ed. 1872); *O Garimpeiro* (Primeira ed. 1872); *A escrava Isaura* (Primeira ed. 1875); *Lendas e romances* (Primeira ed. 1871); *A ilha maldita* (Primeira ed. 1879); *Rosaura, a enjeitada* (Primeira ed. 1883); *A Voz do Page* (peça teatral apresentada em 1860); *Poesias completas* (1852-1883). Rio

telenovelas, a exemplo de *A escrava Isaura*, exibida, pela primeira vez, pela Rede Globo (de 1976 a 1977) e, depois, pela Rede Record (2004).

No desenrolar da trama romântica, o autor faz uma descrição do processo educativo de nível superior e de sua própria formação. A obra evidencia testemunhos da educação formal e indica traços da formação dos bacharéis na Academia de Direito de São Paulo, consistindo na representação dos estudantes, no tempo vivido na instituição. Neste sentido, encontramos o acadêmico “Aurélio” narrando fatos como: “Desejara que os lentes agora me acenassem ao menos com dos RR, só para ter pretexto de deixar esta monotonia, passar-me para Pernambuco e ir visitar essa Veneza no Norte, a ver se é menos enfadonha do que esta”. (GUIMARÃES, s.d., v. 02 p. 09). Ainda identificamos o discurso do personagem “Major Damásio” que versa sobre a formatação da estrutura acadêmica, e como ocorriam as disciplinas de formação em Direito “...Hei de falar também aos lentes ...Há de haver congregação ...reprovação ...expulsão mesmo!...” (GUIMARÃES, s.d., v. 02 p. 87).

Neste sentido, Bernardo Guimarães trouxe para dentro do romance seus amigos acadêmicos, o paulista Álvares de Azevedo¹⁷ (1831-1852) e o mineiro Aureliano Lessa¹⁸ (1828-1861), estudantes da Academia de Direito paulista. É necessária uma leitura da maior parte do primeiro volume do romance para notar a exatidão com que o romancista descreveu os seus dois colegas. No enredo, evidencia-se o relato da disputa amorosa entre Azevedo (Álvares de Azevedo) e Belmiro (Bernardo Guimarães) por “Adelaide”.

Ao entrelaçar a trama, introduziu suas características e desses seus amigos, apontando a relação afetiva entre eles, enredando e recompondo parte de sua trajetória de formação e a relação com a cidade de São Paulo. O literato descreve os hábitos e costumes da vida estudantil, mostrando as marcas de suas habilidades, como a de cantador de modinha e tocador de violão. Menezes (2012), ao empreender pesquisas sobre as obras do romancista, considerou que Bernardo Guimarães, em *Rosaura, a enjeitada*, estava comprometido com uma “[...] bela atitude de não exclusão, pela boca do referido mestiço de índio com branco, “Conrado”, ele teve a oportunidade de reconhecer, no caráter híbrido das origens do povo brasileiro, a presença inquestionável não só das etnias branca e indígena, mas também da negra [...]” (MENEZES, 2012, p. 8). Ainda Menezes (2012) destaca, em suas pesquisas, que o

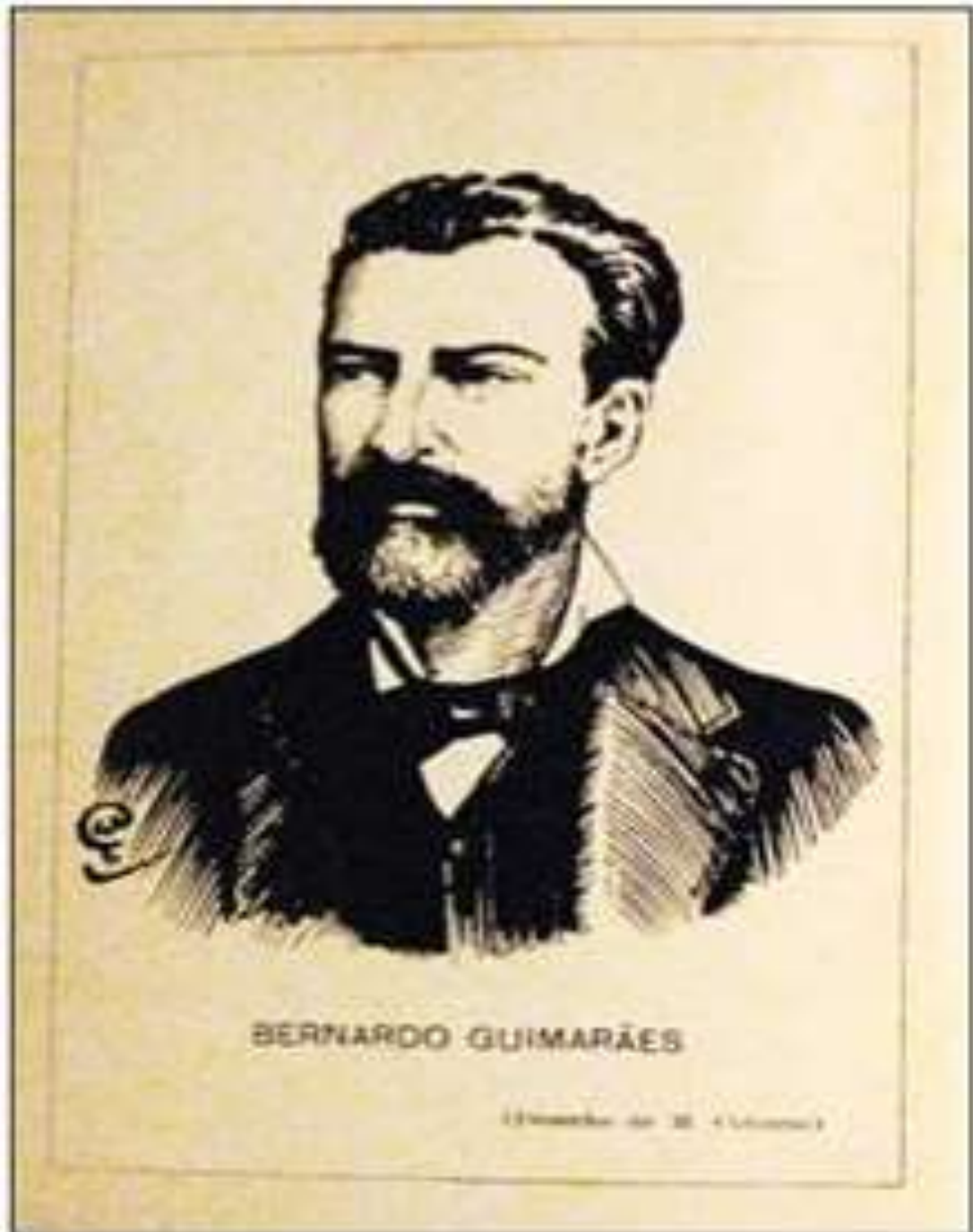
de Janeiro: INL, 1959 (Org. Alphonsus de Guimarães Filho); *Poesia erótica e satírica* (1852-1853). Rio de Janeiro: Imago, 1992 (Org. Duda Machado). A este respeito, ver Zica (2007).

¹⁷ Manuel Antônio Álvares de Azevedo, nascido na cidade de São Paulo a 12 de setembro de 1831, filho do doutor Inácio Manuel Álvares de Azevedo, matriculou-se no curso jurídico em 1948 (NOGUEIRA, 1977).

¹⁸ Nascido em 1828, na cidade de Diamantina, Aureliano José Lessa fez os estudos secundários no Seminário de Congonhas do Campo e matriculou-se na Faculdade de S. Paulo, talvez em 1846 ou 1847. Foi referido sempre como amigo de Álvares de Azevedo e Bernardo Guimarães (JESUS, 2014).

romance *Rosaura, a enjeitada* ficou esquecido, e considera Bernardo Guimarães (Figura 3) como um autor envolvido com a temática social. Conforme Zica (2007), Bernardo Guimarães era um autor comprometido com o seu tempo, pois tratou, em seus escritos, da escravidão e da educação, do lugar do negro e do índio. As obras do romancista são marcadas por questionamentos, esperanças e sensibilidades.

Figura 03 – Bernardo Joaquim Guimarães da Silva (1825 – 1884)



Fonte: Retrato de Bernardo Guimarães, por M. Colonna, SOUZA, 2012, p. 59.

Para melhor entender o homem e seu tempo, recorremos aos escritos de Adorno (1988), em *Os aprendizes do poder*. O autor, ao realizar pesquisas sobre a Academia de Direito de São Paulo, afirma que a produção intelectual dos estudantes esteve concentrada em questões públicas da vida civil, embora a ideia jurídica nunca estivesse ausente neste ambiente intelectual. Assim, registravam suas publicações acadêmicas com diversas produções, a maior parte em forma de literatura. Acreditamos que a produção literária se configurou em uma ação política e jurídica, uma vez que temos entendido esta como uma forma de disseminar suas ideias para a sociedade oitocentista, supostamente existia a relação entre as produções científicas e o movimento social da época. Neste sentido, ao propormos conhecer e investigar *Rosaura, a enjeitada*, estamos esboçando pensar o autor e, assim, compreender como ele se constituiu em um tempo e espaço específicos, a partir da sua formação intelectual na Academia de Direito de São Paulo, onde os acadêmicos produziram escritos, como poesias, romances e artigos para jornais e revistas acadêmicas.

1.4 Produções sobre as obras de Bernardo Guimarães

É importante situar alguns trabalhos que tomaram a literatura como fonte documental no campo da história da educação, especificamente a literatura de Bernardo Guimarães. O pesquisador Mateus Cruz e Zica produziu a dissertação de mestrado, apresentada em 2008, e a tese de doutoramento, defendida em 2011, na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (FAE /UFMG), intituladas *Educação e masculinidade na produção jornalística e literária de Bernardo Guimarães (1852-1883)* e *Diversificação dos modos de ser masculino e estatização da violência masculina na escrita literária e jornalística de Bernardo Guimarães (1869-1872)*, respectivamente. Em tais produções, o pesquisador trabalhou as obras literárias de Bernardo Guimarães como fontes de pesquisa para entender questões específicas que permearam o Brasil do século XIX, entre elas, as representações de gênero, a educação nos oitocentos, mostrando a relação das práticas jornalista e literária no século XIX.

Destacamos outra produção realizada por Zica (2004), intitulada *A obra de Bernardo Guimarães como fonte para a história da educação*, que objetivou focar em dois aspectos presentes em sua produção literária: 1) compromisso com a civilidade e com a construção da nação; 2) facetas do processo de escolarização e da cultura escolar nela transparecida. O autor discute sobre a civilização e a construção da identidade nacional, ressaltando, ao longo do texto, o compromisso de Bernardo Guimarães de retratar o que via, como também o

compromisso do romancista com a “imparcialidade” e com a “verdade”. O pesquisador conclui afirmando que ainda há muito a pesquisar sobre os projetos e a vida de Bernardo Guimarães, indicando possibilidades de novas pesquisas.

Ainda sobre a utilização das obras literárias de Bernardo Guimarães como fonte, trazemos, para dentro deste texto, algumas produções de Luciano Mendes de Faria Filho. Em *Bernardo Guimarães, pensador social*, publicado em 2008, o pesquisador objetivou entender como o autor produziu, em seus textos, traços importantes da história brasileira do século XIX, tais como a educação, a escravidão, a ideia de civilização e de progresso, dentre outros. Para alcançar o objetivo proposto, o estudioso se debruçou na leitura das obras literárias de Bernardo Guimarães, entre essas: *A escrava Isaura* (1875); *O seminarista* (1872); *O índio Afonso*. Ao término da pesquisa, Faria Filho (2008) conclui que a produção de Bernardo Guimarães tratava de problemas, cenas e questões sociais do século XIX, afirmando que o romancista se ocupou em pensar o Brasil começando pela própria história do país. Afirma ainda que o romancista retratava também, em seus escritos, sobre a estruturação da família brasileira naquele momento.

Entre as produções do professor Luciano Mendes de Faria Filho, destacamos outra intitulada *Ilustração e educação: uma leitura de Bernardo Guimarães*, em que busca explicitar facetas importantes da cultura e do processo de escolarização no Brasil, mais especificamente em Minas Gerais, ao longo dos anos oitocentos. Esse trabalho está inserido em uma investigação que Faria Filho (2006a) realizou e/ou coordenou dentro do Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação (FAE/UFMG). Vale ressaltar que o pesquisador apresenta o romancista como um dos principais intelectuais mineiros do século XIX, destacando a importância dos intelectuais no processo de escolarização nos últimos dois séculos.

Por sua vez, trazemos um estudo realizado por Maria Rosane Alves da Costa, pesquisadora da Universidade de Pernambuco (UPE), intitulado *A escrava Isaura e Rosaura, a enjeitada: imagens que se confundem na obra de Bernardo Guimarães*. Com o objetivo de refletir sobre a maneira como estes romances, considerados pela autora como “abolicionistas”, foram estruturados. Ao analisar as obras, a autora retratou sobre a presença do negro enquanto personagem na literatura do século XIX, realizando leitura das protagonistas *Isaura* e *Rosaura*, para entender quais ideias presentes na obra referente ao branqueamento da população negra. Conclui que as personagens desses romances são compostas de semelhanças, escravas brancas, com características que se aproximam do perfil estético

européu. Para a autora, as duas obras têm como temática a abolição da escravatura, porém a ideia de negro e escravo é apresentada de forma distinta ao contexto histórico.

Outro estudo foi realizado na Universidade Tiradentes (Unit), por Tanize Feijão Monteiro, intitulado *Rosaura, a enjeitada: releitura pelo método indiciário na pesquisa em história da educação*¹⁹. A autora tomou a obra literária como uma mistura entre realidade e ficção, com o objetivo de trazer para dentro do texto a releitura do romance, a partir do olhar indiciário proposto por Carlo Ginzburg em *Mitos, emblemas e sinais*. Ao concluir, Feijão (2013) afirma que o uso da literatura em pesquisas não tem por objetivo o encontro da verdade, mas compreender as ideias do autor. Além disso, mostra a possibilidade da utilização do método em pesquisas com este tipo de fonte, no campo da história da educação.

Por fim, destacamos o pesquisador Hugo Lenes Menezes, da Universidade de São Paulo (USP), com sua produção intitulada *Folhetim da escravidão: o caso de Bernardo Guimarães*, cujo objetivo se traduz em focar o romancista como criador do folhetim da escravidão, nos romances *A escrava Isaura* e *Rosaura, a enjeitada*. Para tanto, o autor se apropriou das análises realizadas por críticos literários e concluiu que o gênero narrativo cultivado por Bernardo Guimarães, o folhetinesco, consiste em um documento social.

Este levantamento bibliográfico revelou a importância de utilizar as produções literárias de Bernardo Guimarães enquanto objetos e fontes em nossas pesquisas. Neste sentido, apresentamos abaixo um quadro (2) demonstrativo sobre trabalhos que têm desenvolvido análises das obras do romancista, cujas informações foram retiradas dos bancos de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e da plataforma Sucupira. Encontramos uma diversidade de áreas de pesquisas utilizando a produção literária do autor, desde a história, a literatura, a educação e a linguística, certamente cada área com objetivos diferentes. Nesse levantamento bibliográfico, destacamos 20 dissertações e sete teses, coletadas a partir dos anos de 1990 até 2015. O critério para tal seleção foi o de trazer as últimas produções, indicando tanto o crescimento da pós-graduação, quanto o trabalho com obras literárias. O ano de 1990 foi recortado por indicar o crescimento da pós-graduação no Brasil, além da indicação dos “novos objetos, novos problemas, novas abordagens”, talvez não só na produção historiográfica. Já 2015 mostrou-nos o fim de evidências sobre novas produções referenciando a obra literária de Bernardo Guimarães, até então registradas na Capes.

Neste quadro apresentamos as dissertações encontradas:

¹⁹ Texto apresentado como requisito de participação do Prêmio Jovem Pesquisador, Edital nº 1/2013, orientado pela Prof.^a Dr.^a Ilka Miglio de Mesquita.

Quadro 2 – Dissertações de mestrado

DISSERTAÇÕES	AUTOR	ANO DE DEFESA/ INSTITUIÇÃO	ÁREA
<i>A revolução sutil: Bernardo Guimarães e a poesia romântica de implosão</i>	Virginia Maria de Souza Maisano Namur	PUC-SP/ 1992	Comunicação e semiótica
<i>A escrava Isaura - origem e transformação do escravo</i>	Raimunda Alves Batista	UFG /1992	Letras
<i>Bernardo Guimarães e a crise do idealismo romântico</i>	Kátia Vitória Santos	UERJ/1994	Letras
<i>A poesia satírica de Bernardo Guimarães</i>	Elizabeth Dias Martins	UFC, /1995	Letras
<i>A Escrava Isaura: Uma visão multidimensional</i>	José Guimarães Caminha Neto	UFPE/2003	Letras
<i>Tradição e ruptura no universo literário de o seminarista, de Bernardo Guimarães</i>	Leila Moraes de Souza	CES/JF /2004	Letras
<i>Do campo à cidade: Bernardo Guimarães, um arcade constrangido na urbe</i>	José Carlos Barroso Ferreira	UFRJ/2005	Letras
<i>Sutilezas e mordacidades na poética de Bernardo Guimarães</i>	Edvaldo Cândido Moreira Gomes	PUC MINAS/2007	Letras
<i>Educação e masculinidade na produção jornalística e literária de Bernardo Guimarães (1852-1882)</i>	Mateus Cruz e Zica	UFMG/2008	Educação
<i>A visão Bernardina do índio o Ermitão do Muquém</i>	Poliana Gonçalves Lima	UFU/2009	Teoria literária
<i>“Por que razão não libertou esta menina?”: discurso emancipacionista e perfil do liberto ideal no romance a escrava Isaura</i>	Kleberon da Silva Alves	UNEB/2010	História regional e local
<i>Multiculturalismo e legado literário: a identidade de mestiças em Rhys, Windle e Bernardo Guimarães</i>	Heleno Álvares Bezerra Junior	UERJ/2011	Literatura Comparada
<i>Os romancistas da Abolição: representação do escravo e discurso abolicionista nas obras de Bernardo Guimarães e Joaquim Manuel de Macedo</i>	Marcos Francisco Alves	UFG/2012	Ciências humanas, história
<i>O pajé e o mênstruo: poemas narrativos obscenos de Bernardo Guimarães</i>	Samuel Carlos Melo	UFMS/2012	Letras
<i>Grande é o poder do tempo:</i>	Luana Batista de	USP/2012	Letras

<i>colação entre testemunhos de O Seminarista de Bernardo Guimarães</i>	Souza		
<i>Contar histórias, inventar (iar) contos: a narrativa de Bernardo Guimarães</i>	Gisela Morena de Souza	UFOP/2014	História
<i>A escrava Isaura, de Bernardo Guimaraes adaptação da obra literária em história em quadrinhos: um recurso didático para o ensino fundamental</i>	Mauren Vanessa Lourenço Souto	UEMS/2015	Letras
<i>A derrisão paródica e as formas de (re)significações na poética de Bernardo Guimarães</i>	Andreia Luiza da Conceição Soares	UEPB/2015	Ciências sociais aplicadas
<i>“Simeão, o crioulo” e A Escrava Isaura: o negro no romantismo brasileiro</i>	Lidiane Confessor de Cerqueira	PUC-SP/2015	Literatura e crítica literária
<i>Os sentidos de liberdade da escrava Isaura constituídos por gestos de referência</i>	Jane Josefa da Silva Camilo	UNEMAT/2015	Linguística

Fonte: Elaborado pela autora a partir da base de dados da Capes.

Quadro 3 – Teses de doutorado

TESES	AUTOR	ANO DE DEFESA/instituição	Área
<i>Bernardo Guimarães e o paraíso obscuro: a floresta enfeitada e os corpos da luxúria no romantismo</i>	Irineu Eduardo Jones Correa	UFRJ/2006	Letras
<i>Diversificação dos modos de ser masculino e estatização da violência masculina na escrita literária e jornalística de Bernardo Guimarães (1869-1872)</i>	Mateus Cruz e Zica	UFMG/2008	Educação
<i>Lira dissonante: o grotesco na lírica romântica brasileira: considerações sobre aspecto do grotesco na poesia de Bernardo Guimarães e Cruz e Sousa</i>	Fabiano Rodrigo da Silva Santos	UNESP/2009	Estudos literários

<i>O diabo pé de valsa: a hora e a vez do corpo de baile - Ensaios do baile e da preguiça</i>	Marcio Augusto de Moraes	USP/2010	Linguística
<i>Amanhã tudo isso será tinta: Alianças de sangue e escrita entre os Guimarães e Guimaraens</i>	Domingos de Leers Guimaraens	PUC-Rio/2014	Literatura, cultura e contemporaneidade
<i>Repercussões do macabro no romantismo brasileiro</i>	Juliana Luiza de Melo Schmitt	USP/2014	Literatura brasileira
<i>A pontuação nos contos de Guimarães Rosa: uma análise discursiva</i>	Izabel Cristina Rickli Sgarbossa	2015/ UEPG	Linguística

Fonte: Elaborado pela autora a partir da base de dados da Capes.

É importante destacar o quantitativo maior de trabalhos na área de Letras, o que nos leva a supor que, por se tratar de uma fonte literária, ainda existem receios das demais áreas em empreender pesquisas com este tipo de fonte. Vale ressaltar que encontramos um número significativo de dissertações que trabalham com a obra *A escrava Isaura*, visto principalmente na área de Letras. Entre as produções acima, não identificamos pesquisas exclusivas com a obra *Rosaura, a enjeitada*, apenas a nível de comparação com *A escrava Isaura*. A coleta permitiu verificar que o menor peso da produção de dissertações e teses concentra-se na área de História da Educação. Tais dados nos instigaram a acessar a literatura para pensar novas possibilidades de pesquisas.

A título de informação, para guiar o leitor, partimos para anunciar aqui a estrutura desta dissertação. Nesta primeira seção, que corresponde à introdução do nosso trabalho, esclarecemos o interesse pelo objeto de estudo, os objetivos, a metodologia, o referencial teórico, levantamento bibliográfico, visando apresentar ao leitor a temática em discussão e a proposta de pesquisa. Na segunda seção, intitulada “*A beleza de que fala o poeta*”: a apresentação de Bernardo Guimarães pelo seu repertório, consistiu em entender como o autor se apresenta na obra, tendo em vista a sua formação e contexto histórico e social da narrativa. Na terceira seção, *Sentidos de escravidão em Rosaura, a enjeitada*, centramos a discussão em torno da temática da escravidão e do direito civil que versava sobre as problemáticas sociais de quem nascia escravo no século XIX.

2 “A BELEZA DE QUE FALA O POETA”²⁰: A APRESENTAÇÃO DE BERNARDO GUIMARÃES PELO SEU REPERTÓRIO

As flôres voam nas asas do vento, e são sòmente côr e perfume; mas os frutos têm também a polpa e o sabor. As flôres duram um momento, e são como a beleza, de que fala o poeta:

*Et rose, elle a vécu ce que vivent les roses,
L' espece d' un matin.*

E rosa ela viveu da rosa a vida,

O espaço de uma aurora. (GUIMARÃES, s.d., v. 01, p. 23).

A fala do poeta, que conta da beleza das flores, nos leva a um momento de apreciação estética do poema. Bernardo Guimarães, pelo seu tom poético, nos arrebatava para uma análise com o objetivo de entender a sua apresentação na obra, tendo em vista a sua formação e contexto histórico e social da narrativa. Vale ressaltar que, nesta seção, o leitor encontrará a apresentação do romancista, aqui não considerada apenas pelos dados biográficos, mas pela forma como esse traz seu repertório para tratar de temáticas que permearam o século XIX, além das estratégias utilizadas por ele, sobretudo, para tratar de raça e escravidão. Para esta seção, nos apropriamos do conceito de repertório nos termos de Alonso (2002), utilizando como fonte a obra *Rosaura, a enjeitada*, as memórias da Academia de Direito de São Paulo, os documentos parlamentares.

2.1 A flor sedutora e as mãos do sinhozinho

A obra, mesmo depois de mais de 130 anos de publicada, traz, com frescor, as cenas da pauliceia. Bernardo Guimarães deu seu último suspiro literário ao publicar *Rosaura, a enjeitada*. Trata-se de uma trama rocambolista²¹, que apresenta uma narrativa extensa e, entre as cenas, encontramos a história de uma jovem menina chamada “Rosaura”²², bisneta de escrava cativa, neta de escrava liberta na pia batismal, e seu avô, a quem o autor apresenta como “Major Damásio”, descendente de indígena. Na narrativa, o romancista trouxe o diálogo entre dois estudantes da Academia de Direito de São Paulo, no qual as palavras do poeta apresentam uma flor sedutora chamada Adelaide:

- Conheces esta flor?

²⁰ Os títulos foram retirados de excertos e subtítulos da obra *Rosaura, a enjeitada*.

²¹ Trama abundante, cheio de peripécias, enredos, com uma diversidade de histórias.

²² Os termos e frases indicados entre aspas no texto, e que não estão acompanhados de suas respectivas referências, foram retirados da obra *Rosaura, a enjeitada*.

- Oh! Se conheço - respondeu Belmiro desorientado e querendo orientar-se. Ofereci à D. Adelaide um cravo semelhante a êste, quando tivemos no jardim. Será o mesmo?
- Mesmíssimo. Meu palerma. Como tiveste a imbecilidade de oferecer à D. Adelaide semelhante flor?
- Pois que tem de mal essa flor? É tão bonita e parece-se tanto com ela! ...
- Pois é por isso mesmo, Pateta! Fizeste-lhe uma terrível epigrama.
- Epigrama! Como assim? -Replicou Belmiro, embasbacado.
- Fica sabendo simplório, já que não tens penetração para coisa alguma, que D. Adelaide, a despeito de sua sofrivelmente tisonada, tem fumos de branquidade e fidalguia; acredita piamente que seu sangue não tem mescla alguma de africano nem caboclo... Se não és de todo idiota, bem podes compreender que só a palavra caboclo lhe doí mais nos ouvidos do que te doí êsse pé... (GUIMARÃES, s.d., v. 01, p. 51-52).

O “*cravo caboclo*”, poesia encontrada no romance, parece induzir ideias sobre a origem genealógica da personagem Adelaide Florisbela Bueno de Aguiar. Ao adornar as tramas, tecidas ao longo da obra, Bernardo Guimarães compõe as falas dos personagens “Belmiro” e “Azevedo”. Sob a tônica da temática racial, o autor utilizou expressões que indicam o lugar de importância em sua obra: “a palavra caboclo lhe doí mais nos ouvidos”. O excerto expressa uma discussão sobre as misturas de raças presentes aqui, no Brasil, dando a perceber que o termo Caboclo²³ pode representar “[...] também uma categoria de mistura racial”, referindo-se “ao filho do branco e do índio.” (LIMA, 1999, p. 6). Assim, é perceptível pelo uso do vocabulário do seu tempo e a linguagem racializada, refletido no termo “caboclo”, que Bernardo Guimarães demonstra que estava atento às questões que circulavam na sociedade oitocentista. Parece-nos que era uma preocupação dos literatos naquele momento, trazer para suas produções essas discussões. Segundo Schwarcz (1993), os personagens da literatura eram condicionados pelos princípios deterministas, as tramas traziam elementos determinados pelas teorias raciais, com base científica.

Desta forma, caboclo aparece como “um prólogo desse drama” (GUIMARÃES, s.d., v. 1, p. 109). É utilizado como “epigrama²⁴” para fazer referência a uma flor que “Adelaide”, mãe de “Rosaura”, filha de mulata e descendente indígena, ganhara de um de seus pretendentes e que causou ira à moça, justamente pelo adjetivo que remete à ideia de “cor” ou origem cabocla. Isso porque qualquer indício que pudesse trazer dúvida sobre a “linhagem” desta família seria uma causa de repúdio, ainda que fosse disfarçado de um gesto de afeto, como no caso do personagem “Belmiro” que:

²³ Segundo Gomes (2012), “O índio sobrevivente, morador de aldeias próximas a vilas, nos arrabaldes das cidades, então vira caboclo; é considerado e chamado de caboclo pelas autoridades e pela população local” (GOMES, 2012, p. 67).

²⁴ Pequena composição poética, mordaz ou crítica. Disponível em: <<https://dicionariodoaurelio.com/epigrama>>. Acesso em: 23 jan. 2018.

[...] do alto da jabuticabeira espreitava com olhos ardentes, por entre o fino crivo da folhagem, tôda essa cena, e dava-se ao diabo por não poder ouvir as palavras que a acompanhavam.

Belmiro ignorava que Adelaide, por um preconceito que desde a infância lhe fôra imbuído por seu pai, menosprezando seu encantador morenismo. Tinha fumos de branquidade e fidalguia, a ponto de tomar como injúria a mais leve e involuntária alusão, que pusesse em dúvida a pureza e imaculada de sua árvore genealógica (GUIMARÃES, s.d., v. 1, p. 40).

Queremos, através deste trecho, evidenciar que “Adelaide”, tida pelo seu pretendente como uma flor cabocla, não reconhece em si traços desta “mestiçagem”, pois seu pai, o “Major Damásio”, “terá tido todo o cuidado de oculta-lhe” (GUIMARÃES, s.d., v. 1, p. 52). O Major buscava, então, formas de apagar a genealogia da família, uma vez que ele “[...] pretendia ser descendente de Bartolomeu Bueno²⁵ e parente chegado dos Andradas. Hás de reparar que não fala nêles sem dize-o primo José Bonifácio, o primo Antônio Carlos, etc.” (GUIMARÃES, s. d., v. 1, p. 52). A partir desse trecho da obra, encontramos sinais de que o “Major” tinha forte poder político, contava com amizades influentes, como o compadre “Brigadeiro Rafael Tobias de Aguiar”²⁶, amigo que o ajudou a conseguir fortuna e sobrenome de origem importante na sociedade daquela época, na tentativa de conquistar o branqueamento²⁷ para si e sua filha. É neste enredo que o autor descreve o “Major Damásio”, que:

[...] apesar da idade, tinha os dentes alvos e são, e os cabelos ainda negros, luzentes e corrediços, como os dos indígenas [...] Era político exaltado, e como compadre e amigo do notável cidadão Brigadeiro Rafael Tobias de Aguiar, militara com ardor sobre as bandeiras do partido liberal exaltado daquela época. Tomou parte na memorada revolução de 1842, que conflagrou por alguns meses as provinciais de S. Paulo e Minas. Por essa ocasião, assistiu o famoso combate de Ponche-Verde, no qual consta que se distinguira como tenente de uma companhia, embora reze a história que aí não se disparou um só tiro, não se desembainhou uma espada. Não obstante, foi posteriormente promovido ao posto de major de guardas-nacionais e condecorado com o hábito da Rosa. Muladeiro desde os verdes anos, com essa profissão, graças ao amparo e proteção que lhe barateava o compadre Tobias, conseguiu adquirir não pequena fortuna e posição respeitável na

²⁵ “Foi o bandeirante responsável pela expedição que, após sair da Capitania de São Paulo, em 1722, teria retornado, em 1725, com a notícia sobre os achados auríferos da região dos índios *goyaze*. Bueno tornou-se, em 1726, o superintendente que iniciou o processo de exploração dessas minas, período em ocorreu uma intensa migração para a região.” (SILVA, 2015, p. 18).

²⁶ “Político sorocabano e líder do movimento armado, e seu projeto de Banco Provincial [...] A partir deste projeto específico e da polêmica resultante foi possível delimitar protagonistas e entendimentos necessários para a elaboração de um cenário mais complexo e multifacetado capaz de lançar novas luzes sobre a compreensão da Revolução Liberal de 1842.” (HÖRNER, 2007, p. 68).

²⁷ “O branqueamento da população surge como resposta aos problemas brasileiros tanto no que diz respeito à mudança do sistema econômico no tocante à mão de obra, quanto à constituição de uma nação, ou, um povo capaz de alcançar a modernização.” (SANTOS, 2009, p. 176).

sociedade (GUIMARÃES, s.d., v. 01, p. 13).

É seguindo as pistas das palavras escritas por Bernardo Guimarães, ao descrever o personagem “Major Damásio Augusto Bueno de Aguiar e Andrada”, que percebemos como o autor compõe esta figura dramática ao leitor. Não apenas um descendente de “Tibiriçás”, mas um indivíduo que criou estratégias de oportunidades com “amparo e proteção” de personagens influentes, a exemplo de “Brigadeiro Rafael Tobias de Aguiar”, para tentar conquistar o branqueamento. São indícios como esses que nos conduzem a enxergar, neste romance, como o literato passou a adotar um discurso científico evolucionista utilizado como modelo para análise social do seu contexto. Partes dos recortes que o autor fez na obra comungam com sua própria atuação em jornal liberal. Segundo o memorialista Almeida Nogueira (1977), Bernardo Guimarães dedicou-se a escrever em artigos de crítica literária, folhetins e versos para o jornal *Atualidade*, que marcou época no jornalismo brasileiro.

Essa folha política e literária, [...] gozou durante certo tempo das auras da popularidade e deveu essa vantagem aos princípios de adiantado liberalismo que doutrinava, ao estilo colorido e empolgante em que era escrita e ao prestígio resultante de pureza da vida pública dos seus jovens e talentosos redatores (NOGUEIRA, 1907, V. 7, p. 221-222).

A partir da sua atuação no referido jornal, Bernardo Guimarães demonstrou ter influência na formulação de alguns dos elementos que ele deixou transparecer no romance, a exemplo da presença de sentimentos racistas e liberais, da ideia dos negros como propriedade, que viviam em situação desfavorável, parte da condição servil. Neste sentido, Sílvio Romero (1888), em *História Literatura Brasileira*, considerou no poeta “um espírito liberal e progressivo” (ROMERO, 1888, v. 2, p. 946). Ao tecer uma análise sobre Bernardo Guimarães e seus escritos, o autor citado destaca traços que parecem ser construídos no percurso do literato. Dentro desta lógica, esses vestígios revelam como, conscientemente, o romancista trouxe suas experiências para tratar de ideias relacionadas à história do povo brasileiro. Faria Filho (2006b), ao estudar os escritos do literato, afirma que:

[...] de forma mais geral, podemos dizer que seguindo o cânone romântico, B. Guimarães quer, ele também, descobrir o Brasil e construir a nação. Não é por acaso, pois, que, em suas obras, ele buscara mostrar e, ao mesmo tempo, construir a história da nação brasileira, aproximando assim, às vezes de forma explícita e consciente o fazer literário do fazer historiográfico (FARIA FILHO, 2006b, p. 147).

O romancista, ao trazer em suas tramas personagens negros e escravos, em *A escrava Isaura* e *Rosaura, a enjeitada*, e também indígenas, em *O índio Afonso e Jupira*, relatou aspectos característicos destes povos. Com isso, demonstrou interesse por temas sociais que circunstanciaram o Brasil na segunda metade do século XIX, aproximando a literatura da historiografia brasileira, uma vez que o negro e o índio estavam presentes na formação sócio histórica do Brasil. Vale ressaltar que as protagonistas “Rosaura” e “Isaura” eram representadas como escravas “brancas”, talvez isso explique o interesse do autor em expressar a discussão sobre o branqueamento da nação, em voga na sociedade da época.

O romancista, ao descrever “Adelaide”, mobiliza ferramentas para falar de um modelo de “miscigenação racial”, entendido como a mistura de raças. Schwarcz (1993, p. 11) afirma que houve um “[...] espetáculo brasileiro de miscigenação. [...] O Brasil era apontado como caso único e singular de extrema miscigenação racial”. Foi com este olhar que observamos as expressões utilizadas pelo literato e identificamos a apresentação de um modelo de “mestiçagem” na composição da personagem “Adelaide”:

[...] uma beleza completa e sem senão, mas tinha um rosto tão gentil e fisionomia tão sedutora, que a custo o mais hábil e delicado pincel poderia apenhalhe os traços e expressão. Era desses tipos singulares, que atraem e fascina por encantadora originalidade. Era de porte alto. Bem feita e garbosa; de feições era engraçada e bonita, como bem raras se encontram. Grandes olhos, de uma negridão e brilho incomparáveis, abriam-se suavemente entre longos cílios da mesma côr, como dois lagos, onde espelhavam o amor e a voluptuosidade. A tez tinha a côr, que o leitor podia imaginar seria a filha de uma gentil mulata e um belo e robusto descendentes dos Tibiriçás; era morena, mas de matriz suave e transparente, através da qual via animar e colorir-lhe as faces o sangue ardente das duas raças de que procedia. [...] A boca não mui pequena, mas admiravelmente delineada, era formada por dois lábios rubros e carnudos do mais voluptuoso relevo. (GUIMARÃES, s. d, v. 01, p. 19-20).

Bem-feita, garbosa e de lábios rubros e carnudos, foram estes, entre outros, os adjetivos usados pelo autor para delinear os aspectos físicos de “Adelaide”. A excitação causada pela leitura do trecho nos conduz a um novo questionamento: Bernardo Guimarães, ao descrever os traços dos personagens, se apropriou de algumas destas teorias estrangeiras que circularam no século XIX? Teorias essas, segundo Alonso (2002), baseadas no cientificismo²⁸, positivismo²⁹, spencerianismo³⁰, darwinismo social, novo liberalismo³¹. Para

²⁸ “Ideologia daqueles que, por determinarem o monopólio do saber objetivo e racional, julgam-se os detentores do verdadeiro conhecimento da realidade e acreditam na possibilidade de uma racionalidade completa do saber.” (JAPIASSÚ, MARCODES, 2006, p. 45).

Schwarcz (1993, p. 17), as teorias chegaram ao Brasil através das Instituições de Ensino e Pesquisa (os Institutos Históricos e Geográficos, os Museus Etnográficos Brasileiros, as Faculdades de Medicina, Academias de Direito de São Paulo e Recife), nas quais “as elites intelectuais locais consumiram esse tipo de literatura”. A autora segue afirmando que:

[...] o modelo de sucesso na Europa de meados dos oitocentos, as teorias raciais chegam tardiamente ao Brasil, recebendo, no entanto, uma entusiasta acolhida, em especial nos diversos estabelecimentos científicos de ensino e pesquisa, que na época constituíam enquanto centros e congregações da reduzida elite pensante nacional (SCHWARCZ, 1993, p. 14).

O pensamento racial estava respaldado por essas teorias científicas, apropriadas por esses homens que buscavam fortalecer o cenário científico do país, representado pelos centros acima citados, de onde saíam produções científicas com bases deterministas. Os intelectuais brasileiros buscavam discutir a complexa relação das classes sociais, explicar a sociedade e estabelecer princípios para uma suposta estabilidade social. Pensar e hierarquizar uma sociedade perpassava estas demandas sociais.

Partindo do cenário de discussões sobre temáticas raciais, que permearam o Brasil oitocentista, pressupomos que a obra de Bernardo Guimarães é fruto do movimento de adaptações das teorias europeias no Brasil. Essas teorias circulavam na Academia de Direito de São Paulo, onde o romancista formou-se no ano de 1852. As “ideias europeias” serviram de base para a construção de um moderno conceito de raça, o qual se trata de “[...] uma construção social, estreitamente ligada, no continente americano [...]” (MATOS, 2009, p. 355). O referido conceito surgiu para classificar a diversidade humana, separada pela cor da pele e sublimada pela ideia de raça que apresenta o indivíduo como superior e inferior. Em outras palavras, o conceito originou-se da necessidade de classificar o homem brasileiro por sua cor, considerando que o Brasil imperial era composto por uma sociedade de homens mestiços, brancos, negros, índios. O autor se aproveita deste movimento de ideias e das

²⁹ “Sistema filosófico formulado por Augusto Comte, tendo como núcleo sua teoria dos três, segundo a qual o espírito humano, ou seja, a sociedade, a cultura, passa por três etapas: a teologia, a metafísica e a positiva” (JAPIASSÚ, MARCODES, 2006, p. 222).

³⁰ “Teoria que foi constituída, a partir das ideias do filósofo inglês Herbert Spencer, em sua teoria da evolução, que pensou a sociedade sob o modelo de funcionamento de um organismo individual.” (JAPIASSÚ, MARCODES, 2006, p. 258)

³¹ “O liberalismo considera a vontade individual como fundamento das relações sociais, defendendo, portanto as liberdades individuais, liberdade de pensamento e de opinião, liberdade de culto etc. em relação ao poder do estado, que deve ser limitado. Defende assim o pluralismo das opiniões e a independência entre os poderes” (JAPIASSÚ, MARCODES, 2006, p. 168).

estratégias de oportunidades para escrever sobre miscigenação racial, construindo, desta forma, seu discurso.

Segundo Schwarcz (2010, p. 26), raça “[...] era um conceito ao mesmo tempo negociado, estimado e em contínua construção no país”, ou seja, raça é um conceito em sucessiva composição, que surgiu para classificar o indivíduo, segundo a cor da pele e o tipo de cabelo, fatores que pareciam mais importantes que qualquer outro que pudesse dizer da origem do indivíduo. É ingênuo acreditar que essas teorias foram selecionadas de forma aleatória, diante do contexto social do Brasil imperial. Compactuando com o conceito de repertório, conforme Alonso (2002) ao se manifestar sobre a “caixa de ferramentas”, os agentes utilizaram-se de seus instrumentos para criar e recriar adaptações à brasileira, selecionando o que combinava e descartando o que, de certa forma, seria problemático para a construção de uma argumentação racial no país.

Ao criar personagens e narrar suas histórias, mobilizou algumas expressões utilizando linguagem racializada como: “fumos de branquidade”, “pessoa de cor equivocada”, “instintos da raça”, “sangue africano”, “sangue azul” “a côr é um acidente”, “era de côr”, “tez morena”, “cores amorenadas”, “trocós imediatos na senzala”. Expressões essas que podem remontar ao africano e seus descendentes à presença da miscigenação. É, portanto, olhando as ferramentas que Bernardo Guimarães utilizou para tratar da temática étnico-racial, que encontramos um autor interessado no movimento em torno da construção da nacionalidade e da memória da identidade brasileira. O vocabulário utilizado tem características regionalistas e, talvez, isso seja uma:

Maneira que adotou inspirado no convívio do povo, da gente simples que amava frequentar, pois viveu longo tempo no interior brasileiro, em contato com trabalhadores rurais e outras atividades mais singelas, se bem árduas. Inspirou-se também no folclore, nas lendas, nas superstições populares-material que aproveitou, principalmente nos contos [...] Escritor formalmente desleixado, no entender de alguns críticos, seu “pouco caso” na obediência as regras gramaticais e estilísticas decorria no julgamento de outros exegetas, do seu empenho em favor de uma linguagem mais solta, mais brasileira, desapegada dos cânones lusitanos do bem dizer então cultivado contador de casos, na observação certa de Antônio Candido³², buscou antes transcrição oral, o tom de conversas espontâneas e desataviadas, em suas narrativas. (orelha do livro).

³² A *formação da literatura brasileira*, publicada em 2000, 9ª edição, de autoria de Antonio Candido, texto intitulado: *Bernardo Guimarães, o poeta da natureza*, o autor faz crítica à obra de Bernardo Guimarães, enfatizando características dos escritos do poeta. Na obra encontramos poesias, poemas e excertos de obras do romancista.

Certamente foi uma forma que o autor buscou para expressar suas proximidades com o interior, trazendo um pouco dessa gente e seus costumes para suas obras, encontrando inspiração em suas experiências, pois, para Zica (2015), Bernardo Guimarães tem em suas narrativas coisas a ensinar, experiências a intercambiar. Neste sentido, em *Rosaura, a enjeitada* notamos que em algumas especificidades são perceptíveis os aspectos que o romancista traz da sua prática como jurista no interior do país, fazendo referência à ideia de que todos são mais ou menos pretos e pardos, construindo a imagem de uma nação mestiça que não está tão evidente em *A escrava Isaura*. Essa foi uma ferramenta utilizada para registrar suas vivências em Goiás, quando atuou no cargo de juiz, entre os anos de 1861 a 1863, trazendo para a literatura algumas expressões que fazem menção ao Sul. Ao longo da obra, quando capturamos este vocabulário, percebemos todo um contexto atrelado a sua escrita.

O romancista parece-nos associar os traços de seus personagens com a população das regiões em que ele viveu, tal como as características da personagem “Rosaura”. As expressões utilizadas servem para descrever essa personagem e falar sobre miscigenação racial, evidenciada no recorte do diálogo entre “Carlos” e “Frederico” sobre “Rosaura”, que se resalta da obra nas seguintes expressões: “Nada mais simples, Carlos; com a continuação do cruzamento, a raça africana se depura e aperfeiçoa, e eu tenho visto mais de uma escrava mais branca e mais bonita que sua senhora” (GUIMARÃES, s. d, v. 02, p. 117).

Ainda ao descrever “Rosaura”, afirmou que era:

[...] uma menina que parecia ter quatorze anos, de belo porte, cabelos de azeviche, não mui finos e sedosos, mas espessos e de um brilho refulgente como o aço polido. Os olhos grandes e da mesma côr dos cabelos tinham tal expressão da ingenuidade e doçura, que captavam logo a simpatia e afeição de todos. A bôca pequena, com lábios carnudos do mais voluptuoso e encantador relêvo, formava com o queixo, algum tanto pronunciado, e o nariz reto e afilado, um perfil dos mais relicadas e harmoniosas curvas. A tez do rosto e das mãos era de um moreno algum tanto carregado; mas quem embebesse o olhar curioso pelo pouco que se podia entrever do colo, por baixo do corpinho do vestido, bem podia adivinhar que era o sol, que tinha assim crestado, e que sua côr natural era fina e mimosa como o jambo. Não trazia mantilha, êsses dois côvados de pano ou beata, em que não andou tesoura nem orgulha, e com que as escravas e as mulheres de baixa classe, em S. Paulo, usavam embrulhar a cabeça e os ombros; em vez dela trazia, sobraçado, um bonito chalé de lã, e trajava vestido côr-de-rosa; a linda e opulenta madeixa era o único ornato da cabeça, e os pés calcavam chinelos de marroquim Vermelho. Trajava com tanta singeleza e dotada de tanta graça e formosura, oferecia um interessante e gentil modelo de camponesa, digno de ocupar a atenção e o pincel do mais hábil artista. (GUIMARÃES, s. d, v. 02. p. 03).

Menina de belo porte, de cabelos de azeviche³³, nariz reto e de olhos grandes, eis a composição de “Rosaura” como uma escrava “branca”, com características europeias. Entendemos a intencionalidade do autor, como uma estratégia, quando caracterizou uma personagem escrava como protagonista, e, inevitavelmente, nos conduziu aos questionamentos, a saber: Por que o romancista escreveu uma obra literária, no século XIX, colocando uma escrava “branca” como protagonista? Mesmo sabendo que esse não foi o único romance de Bernardo Guimarães com a presença de uma escrava como personagem principal, tal fato fez florescer outros questionamentos, tais como: Por que não uma escrava negra? Seria atraente, naquela época, a leitura de romance com uma escrava negra? Esse, como tantos outros traços da escrita do literato, não nos leva a outro caminho senão o de pensar sua escrita no sentido de atrair o leitor, quiçá instigar o “debate social”.

As tradições literárias [...] tomaram lugar no interior daquela instituição cultural permitem traçar o perfil “espírito das arcadas [...]”; ou seja, do clima ideológico-notadamente intelectual e artístico-, bem como da vida social dominante entre certos estratos da população da antiga capital da província paulista, a vida acadêmica proporcionou, por assim dizer, um espaço social institucionalizado, porém aberto, de participação e de lutas públicas, as quais se expressam no teatro, na literatura, sobretudo, no jornalismo (ADORNO, 1988, p. 158).

Para Alonso (2002, p. 39), a produção das obras é revelada como forma de ação, os textos e as formas de agir se completam, de forma que “escritos” e “práticas se unificam politicamente”. Deste modo, entendemos que não há coincidência em uma escrita de um autor com a atuação social, jurídica e formação acadêmica de Bernardo Guimarães, na Faculdade de Direito Paulista. Conforme já afirmamos anteriormente, essa academia foi constituída com objetivos de formar uma elite de homens letrados para exercer funções de cunho político e jurídico.

Os estudos na Academia de Direito de São Paulo tinham duração de cinco anos e as disciplinas a serem cursadas eram determinadas pela lei de 11 de agosto de 1827, a saber:

Quadro 4 - Cadeiras dos Cursos Jurídicos.

³³ Pedra de cor muito negra.

Cadeiras dos Cursos Jurídicos estabelecidos pela LEI DE 11/08/1827	
ANO	CADEIRAS
1º ANO	1ª Cadeira: Direito natural, público, análise da constituição do Império, direito das gentes e diplomacia.
2º ANO	1ª Cadeira: Continuação das matérias do ano antecedente. 2ª Cadeira: Direito público eclesiástico.
3º ANO	1ª Cadeira: Direito pátrio civil. 2ª cadeira: Direito pátrio criminal, com a teoria do processo criminal.
4º ANO	1ª Cadeira: Continuação do Direito pátrio civil. 2ª Cadeira: Direito mercantil e marítimo.
5º ANO	1ª Cadeira: Economia política. 2ª Cadeira: Teoria e prática do processo adotado pelas Leis do Império.

Fonte: Elaborado pela autora a partir de Santos (2015).

Segundo as memórias, Bernardo Guimarães estudou na turma de 1847-1851, cursou o 5º ano em 1851, porém não se formou naquele ano, com seus colegas; fez o ato na segunda época, em março de 1852, recebendo grau de bacharel, posteriormente, “com um *simpliciter* na carta” (NOGUEIRA, 1977, v. 3, p. 156). Ainda de acordo com referências que temos encontrado na Academia de Direito de São Paulo, os estudantes emitiam as posições acerca de problemas sociais, como a escravidão, tratavam juridicamente essas problemáticas, e mediante suas concepções traziam suas visões sociopolíticas.

A visão dos estudantes sobre os problemas sociais e jurídicos “estava associada à garantia de uma unidade e de uma continuidade do poder imperial, por vezes, ameaçado pelas numerosas revoltas do Período Regencial (1830-1845)” (SANTOS, 2015, p. 8). Para o pesquisador acima citado, diversas eram as discussões dos acadêmicos em torno da escravidão e, como exemplo, destacou o discurso produzido sobre o arcabouço jurídico que legitimava a instituição, além disso, identificou o posicionamento sobre a Lei do Ventre Livre, evidenciando que essas práticas, entre os estudantes, também poderiam ser vistas na elaboração das teses e dissertações. Mesmo com a Academia sendo submissa ao controle monárquico, os estudantes, pela sua formação jurídica, debatiam a escravidão. Assim, os

escritos destes sujeitos constituíam-se como um espaço onde questões da sua formação reverberaram em suas produções.

Buscamos perceber conceitos e argumentações teóricas que possam nos conduzir a uma compreensão das questões históricas que são particulares da formação e produção acadêmica dos bacharéis e, neste sentido, situamos o liberalismo, que enquanto “[...] teoria teve importância no processo de construção do Estado nacional brasileiro e consequentemente, na construção da cultura jurídica brasileira. Pois, não se compreende uma nação liberal sem a configuração de uma cultura jurídica própria” (SANTOS, 2015, p. 37). Na Academia de Direito de São Paulo, diferentemente de Recife, predominavam modelos liberais de um ideário da sociedade (ADORNO, 1988). Sendo assim, ao lembrar as estratégias de oportunidades, é possível inferir que a formação de Bernardo Guimarães, na Academia de São Paulo, ensinou-lhe como articular no campo jurídico e social. Segundo Santos (2015, p. 20), a Academia de Direito de São Paulo “[...] constituiu um cenário jurídico intimamente atrelado às práticas políticas do Império. Nesse sentido, a questão principal deixa de ser onde foram gestadas as teorias, mas como essas foram apropriadas pelos bacharéis em suas práticas acadêmicas e políticas”.

Deste modo, vale ressaltar o que nos recomendou Schwarcz (1993, p. 65) sobre a importância de, ao estudar os “homens de ciência”, “[...] tomar os autores não de forma isolada, mas vinculados às diferentes instituições das quais participavam e que representavam, por sua vez, seu contexto maior de discussões e intelectual”. Bernardo Guimarães esteve dentro deste processo não apenas na formação, mas na atuação como juiz, no estado de Goiás. Sua formação jurídica não se separava, de certa forma, de sua produção literária. Zica (2008), ao estudar as produções literárias do romancista, afirma que o autor utilizava a literatura como veículo de reflexão sobre a civilização e o destino da nação. Para este autor, Bernardo Guimarães,

[...] ao fazer literatura, tinha um projeto estético-político que visava estimular uma reflexão sobre a identidade nacional, parece importante atentarmos ao fato de que fazer pensar sobre esta identidade, no século XIX, é fazer pensar também sobre o ‘estágio de civilização’ em que se encontrava o Brasil Império, conforme a mentalidade corrente do período. Ao mesmo tempo em que se desejava alcançar a singularidade da nação, também se almejava um estatuto de universalidade que a noção de civilizado sugeria. Embora pareçam contraditórios, estes dois movimentos se desenrolam concatenados. Não bastava apenas ser uma nação (particularizada e com identidade própria). Além de ser necessário afirmar suas características únicas, tinha também de alcançar o patamar de civilizada. Tinha de ser, portanto, uma nação civilizada (ZICA, 2008, p. 54).

Ao adentrarmos na forma como o literato apresentou os estudantes da Academia de Direito de São Paulo, no romance, notamos que ele se utilizava de adjetivos que remetem às questões raciais. Foram extraídos de Guimarães (s. d, v. 02, p. 114) alguns exemplos, como: “Belmiro”, “moreno”; “Aurélio”; “o moreníssimo”; “Azevedo”; “moreno”; “Frederico era um mancebo de alta estatura, louro e de olhos castanhos! [...]”; “Carlos era um verdadeiro filho do Brasil e da província de Minas; assemelhava-se um napolitano, estatura Regular, cabelos e olhos escuros, tez clara e levemente colorida, olhar cintilante e profundo revelam nele imaginação viva, natureza ardente”. Os adjetivos usados por Bernardo Guimarães para designar a cor dos personagens nos permitem relacionar, também, com características da população brasileira, aproximando-se das discussões em torno da identidade nacional e das teorias raciais estrangeiras. Segundo Schwarcz (1993), os modelos teóricos, adaptados no Brasil, tinham origens em diversas decorrências teóricas, entre essas a “teoria das raças”, também denominada de “darwinismo social”, que:

[...] adotou o suposto da diferença entre as raças e sua natural hierarquia, sem que se problematizassem as implicações negativas da miscigenação. Das máximas do evolucionismo sublinhou-se a noção de que as raças humanas não permaneciam estacionadas, mas em constante evolução e ‘aperfeiçoamento’, obliterando-se a ideia de que a humanidade era uma. Buscavam-se, portanto, em teorias formalmente excludentes, usos e decorrências inusitadas e paralelas, transformando modelos de difícil aceitação local em teorias de sucesso (SCHWARCZ, 1993, p. 18).

O darwinismo social concebe as raças humanas como naturalmente diferentes, defendendo uma hierarquia do branco em relação ao negro e o evolucionismo social, adotando a ideia da raça humana, em contínua evolução. Este discurso se assemelha ao percurso de romancista no realismo, uma vez que este foi um dos elementos na construção da identidade nacional. O romance aqui analisado é localizado entre suas obras com característica realista. Em uma perspectiva sociológica, esta corrente retrata o homem interagindo com seu ambiente social, considerando os sujeitos como produto do meio, muitos autores faziam isso para criticar um problema social e explicar cientificamente os acontecimentos da vida social. Parece-nos que Bernardo Guimarães, ao escrever *Rosaura, a enjeitada*, pretendeu apresentar o Brasil como um país de pardos, porém consideramos que essa ideia não está interligada apenas à cor, mas a outros aspectos histórico-culturais. Conforme Schwarcz (1993, p. 43): “Os romances [...] da época fariam uma larga utilização e divulgação dos modelos científicos deterministas”, conservando aspectos do realismo em meio às teorias adaptadas no Brasil.

Nesta perspectiva, vejamos como o autor traz ideias que comungavam com essas teorias, especialmente quando relatou o espanto da escrava “Lucinda” ao ver “Rosaura”: “a preta estatelou os grandes olhos esbugalhados sôbre a rapariga”, dizendo com tom de assustada: “- Hé! há! - exclamou ela, admirada. - Como é isso, sinhá! Pois essa menina é cativa mesmo?... É a mucama que sinhô comprou?!... Cruz!... Parece mais outra sinhazinha.” (GUIMARÃES. s. d, v. 02, p. 4-5). As palavras de “Lucinda” revelam estranhamento à figura de uma escrava com traços de uma “sinhazinha”. É olhando para as características desta personagem que enxergamos aproximações do evolucionismo darwinista e da ideia do homem com perfil europeu. O romancista parece apropriar-se, para compor seus personagens, das ideias que comungavam com a argumentação racial construída política e historicamente.

Novamente temos a visão de um ideário de beleza e uma classificação do homem determinada pela cor, indícios que nos permitem vislumbrar a presença de um repertório étnico-racial na obra de Bernardo Guimarães, que nos conduz a questionar quais autores foram lidos para sua construção. Cabe lembrar que esta seletividade era feita conforme a necessidade de compreender e definir estratégias de ação perante grupos do movimento intelectual oitocentista, o que levou o romancista a escolher artifícios para escrever sua obra.

Encontramos uma ação de Bernardo Guimarães que, ao abordar sobre aspectos da “educação intelectual”, faz referência à personagem “Adelaide”: “[...] persuadida de que se corria nas veias sangue da mais pura e antiga fidalguia paulistana em virtude dos preconceitos que desde a infância o pai lhe imbuíra no espírito, não podia falta-lhe altivez e vaidade em alta dose” (GUIMARÃES, s. d, v. 01, p. 20). A jovem lia os romances e as poesias de origem europeia, vendo neles “o amor ideal, alimentado pela leitura, que sem escolha e sem critério lhe eram oferecidos, com tôdas as suas exaltações e febris e romanescas aberrações escaldavam a imaginação já de se mesma viva e apaixonada [...]” (GUIMARÃES. s. d, v. 01, p. 20). Tais leituras floresciam na jovem “Adelaide” o ideário de objeto de paixão, representado nas características do homem europeu. O autor utiliza-se da descrição da educação intelectual da personagem como uma prática para divulgar suas ideias acerca da temática do homem europeu como um ser superior e modelo ideal.

Esta argumentação teórica tem como referência as temáticas raciais, baseadas nas ideias da Europa, as quais apresentavam o homem branco europeu como representante da superioridade e os negros como inferiores, reforçando o que Schwarcz (1993) chamou de “racismo científico” ou “racialismo”, concebido pela intelectualidade através das adaptações dessas teorias à realidade brasileira. Deste modo, desdobramos as interrogações: Bernardo Guimarães, ao escrever sobre escravidão, estaria construindo uma ação para a divulgação

(disseminação) da “miscigenação racial” no Brasil?

2.2 “No Brasil ninguém pode gabar-se”: o país de cores de Bernardo Guimarães

A imprensa no Império brasileiro teve papel importante como veículo de comunicação, e contava com uma densidade de produções entre jornais, revistas, poesias e literatura, sendo comum a publicação em romance-folhetim. Os literatos publicavam nos jornais suas obras em/na nota de rodapé, que circulavam no Império brasileiro. Para Menezes (2012), este tipo de publicação “ficcional rapidamente aportou no Brasil, onde obteve receptividade do público e dos literatos que desejavam escrever romances e não possuíam modelos nacionais” (MENEZES, 2012, p. 01). Os romances-folhetins eram publicados em capítulos em cada tiragem do jornal diário, semanal ou mensal, modelo vindo da França que se instalou no país e obteve relevante recepção dos escritores brasileiros, apresentando-se como um lugar de escrita de histórias curtas.

[...] o fenômeno ‘romance-folhetim’ ‘folhetinesco’ se estende a todos os jornais da corte. Ainda que não existam as necessárias pesquisas, de difícil execução dada a escassez de dados sobre triagens e publicações, não faltam indícios da correlação entre a prosperidade do jornal e o folhetim. Os mesmos indícios apontados no *jornal do comércio* marcam a trajetória de outros jornais da corte: modificações sucessivas, mudança de formato, de diagramação, dos rodapés, dos anúncios [...] (MEYER, 1996, p. 294).

A presença dos romances em folhetim parecia criar, naquele momento, o novo hábito de leitura para os que tinham acesso, aumentando a circulação dos jornais. Talvez os leitores ficassem curiosos com os capítulos seguintes, motivos pelo quais se tornassem assíduos na leitura, adquirindo novos hábitos na população oitocentista. As publicações geravam críticas ao que se escrevia, em um jogo de ataque e defesa. Os folhetins traziam espaços para comentários sobre o autor e sua escrita, funcionando como um ambiente de disseminação de ideias, debates e embates. Essa foi a ação escolhida por Bernardo Guimarães para que suas obras fossem conhecidas pela sociedade, mas vale ressaltar que a imprensa, no Império, trazia informações e discussões que versavam sobre temas referentes ao contexto social, além de temáticas que fervilhavam no ambiente social. O folhetim, para Meyer (1996), consiste naquele:

[...] espaço vale-tudo que suscita todas as formas e modalidades de diversão escrita: nele se contam piadas, se fala de crimes e de monstros, se propõe

charadas, se oferecem receitas de cozinha ou de beleza; aberto às novidades, nele se criticam as últimas peças, os livros recém-saídos. (MEYER, 1996, p. 57).

Bernardo Guimarães esteve presente nesse espaço de comunicação, nos romances *A escrava Isaura* e *Rosaura, a enjeitada*, com as publicações dessas obras em forma de folhetim.³⁴ Para tanto, o romancista agregou estruturas de oportunidades em espaços públicos. Segundo Nogueira (1977, v. 3, p. 156), Bernardo Guimarães “ocupando-se mais de literatura e jornalismo que de advocacia. Escreveu, então, artigos de crítica literária, folhetins e versos para a atualidade”. O escritor enveredou na produção da arte das letras, escrevendo e publicando seus escritos, tendo atuação intensa na prática de publicação folhetinesca que versava, especificamente, nos dois romances sobre a escravidão.

O pesquisador Menezes (2012, p. 2), sobre o romance folhetim, destacou: “[...] o grande romântico brasileiro do Estado de Minas Gerais, Bernardo Guimarães, enquanto criador de folhetim da escravidão, mais precisamente nos romances *A escrava Isaura* e *Rosaura, a enjeitada* (1883)”. Por assim fazer, o romancista disseminou suas concepções sobre escravidão, pontos iniciais, que lhe dariam reconhecimento social necessário para permanecer junto aos grupos de debate e alcançar leitores e críticos sobre sua obra, levando em conta que a publicação e compra de livro não era de fácil acesso e, no folhetinesco, encontrava a oportunidade de acesso às suas ideias com mais facilidade. Tratava-se, portanto, de “um espaço onde se pode treinar a narrativa, onde se aceitam mestres, noviços do gênero, histórias curtas ou menos curtas e adota-se a moda inglesa de publicação em série se houver, mais textos e menos colunas” (MAYER, 1996, p. 58).

Acreditamos que o autor entendia o folhetim como uma forma inicial de divulgação de suas ideias, uma vez ser comum, no Império, que os romancistas publicassem suas obras, inicialmente, em folhetinesco, compartilhando posicionamentos. Essa, talvez, fosse como uma forma de se perceber a apropriação de ideias pela circulação de assuntos que versavam sobre uma diversidade de temas entre história e política, já que a literatura trazia questões do cotidiano daquela sociedade e pensamentos que habitavam o ambiente social do Império.

Para Menezes (2012), Bernardo Guimarães, ao publicar em folhetim *Rosaura, a enjeitada*, retratou sobre a temática social da escravidão. Podemos perceber que o autor pretendia anunciar comportamentos presentes em indivíduos na sociedade oitocentista brasileira, como no caso da postura de “Adelaide”, que perpassava um tipo de miscigenação à

³⁴ Encontramos indícios que *Rosaura, a enjeitada* foi publicada no *Jornal do Comércio*.

brasileira, ou seja, características de um indivíduo ligadas à sua origem genealógica, o que parecia influenciar em seus costumes, conforme destacado na obra: “[...] conheço perfeitamente a tal D. Adelaide e a procedência. É verdade uma bonita mocetona; mas tem uns instintos de raça. O sangue africano, que lhe gira nas veias, faz com quem não tenha muito bom gosto nas escolhas dos amantes” (GUIMARÃES, s.d., v. 01, p. 63). Encontramos por mais uma vez a forte presença do ideário do homem superior e inferior definida pelo sangue que carregava nas veias, tendo a cor como determinante de sua inteligência e capacidade. Com base neste referencial, a jovem “Adelaide” era tida como incapaz de ter sábias escolhas, pois tinha sangue africano.

Olhando para este escrito, nos reportamos a pensamentos que cercaram a construção da identidade nacional baseada em estereótipos da vida cultural europeia como formas perfeitas a serem seguidas, definido culturalmente e historicamente através de aspectos peculiares deste contexto histórico-social, determinante na sociedade oitocentista. Supomos que o autor, ao discorrer sobre a procedência de “Adelaide”, mobiliza repertório cultural. Sobre isso, encontramos em Faria Filho (2017) a seguinte definição:

[...] os repertórios culturais não se prendem exclusivamente a uma filosofia específica, tampouco ganham forma como resultado de propaganda política. Eles emergem em processos históricos específicos e estão imbricados ao campo cultural de uma época. Para Ann Swindler eles funcionam *como “caixa de ferramentas”*; às quais recorrem os agentes sociais, selecionando recursos conforme suas necessidades de compreender certas situações e definir linhas de ação. Trata-se, portanto, de um complexo de hábitos, habilidades e estilos, de visões de mundo, formas de pensar e formas de agir empregados pelas pessoas em diferentes configurações para definir e construir linhas de ação [...]. (FARIA FILHO, 2017, p. 24, grifo do autor).

No século XIX, em países como o Brasil, com forte presença da miscigenação, o autor, em sua obra, introduziu temas, a exemplo da presença da argumentação teórica, que fazem referência às questões raciais baseadas nas ideias estrangeiras, ou seja, “as referências europeias se apresentam também como formas de pensar” (ALONSO, 2002, p. 54). Deste modo, o autor parece tomar linha de ação ante os assuntos, o que nos leva ao entendimento que os discursos, por ele apresentados, não são construídos de forma aleatória, mas pensamentos, redes, autores, grupos e partidos políticos são componentes da sua escrita.

Prossegue Alonso (2002, p. 44) afirmando que os “repertórios são compostos não só de formas de pensar, como também de formas de agir”. Destarte, entendemos que ao introduzir temáticas, o autor traz elementos de sua formação interligados a discussões sobre o futuro da nação brasileira. Em complementação, Schwarcz (1993, p. 14) aponta que “o

cruzamento de raças é entendido, com efeito, como uma questão central para a compreensão dos destinos dessa Nação”. É entendendo repertório como uma forma de agir e se posicionar diante de determinadas situações que elencamos a importância dos meios de divulgação das ideias, considerando que formas de agir podem ser expressas na escrita, entre essas a escrita de jornais, que foi prática privilegiada no cotidiano dos acadêmicos.

Menezes (2016), em sua dissertação de mestrado, traz considerações sobre a imprensa acadêmica. Para o pesquisador os estudantes liberais, ao utilizarem os jornais para abordar as problemáticas sociais, “[...] demonstraram um certo tipo de crença que somente com a educação era que o povo brasileiro não só poderia ter opinião pública sobre o eleitorado do país, como também contribuiria com a entrada do Brasil no quadro do progresso das sociedades modernas”. (MENEZES, 2016, p. 66). Tais indicações demonstram a contribuição do impresso para a divulgação das ideias liberais no Império. “São Paulo abrigava uma faculdade de direito que era propulsora de ideias e de escrito, [...]”. Da produção de letrados em ciências jurídicas e sociais saíam gerações que utilizavam a imprensa como instrumento decisivo para o exercício político e literário (MENEZES, 2016, p. 20).

Bernardo Guimarães, ao publicar³⁵ *Rosaura, a enjeitada* em capítulo, no jornal, fez uso do impresso para publicizar suas ideias, difundir ideologias e divulgar acontecimentos. No século XIX, a literatura e o jornalismo estavam interligados. O autor, ao publicar no jornal em uma forma literária realista, no período de formação liberal da nação, criticava a situação existente em torno da ideia de branqueamento do povo e de escravidão.

É seguindo os indícios na escrita do autor, que percebemos como Bernardo Guimarães descreveu seus personagens, apresentando modos de sentir, agir e pensar, como uma representação social que predominava naquela sociedade. Isso pode nos levar a perceber o contexto de produção desta obra como um ambiente social com modelos de vida e as características de uma sociedade escravocrata que, em seus discursos, limitava suas relações a pessoas de “sangue puro”. O autor, ao estabelecer o diálogo entre os personagens “Major Damásio” e “Frederico”, utilizou expressões que indicam a temática racial: “[...] que necessidade tinha o senhor de trazer aquê tapuia³⁶? (GUIMARÃES. s. d, v. 01, p. 78). Em outro excerto: “[...] sua balde de fidalgo e branco sem mescla se revelava a cada instante nos modos, nas palavras e nas ações, tratando com revoltante desdém a tôdas as pessoas de côr e de condição humilde.” (GUIMARÃES. s. d, v. 01, p. 68). E continuou nas páginas seguintes:

³⁵ Realizamos pesquisas no site da Biblioteca Nacional no acervo da Hemeroteca e não foram encontrados os impressos de jornais que foram publicados a novela. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/> e também no site do Arquivo Público mineiro. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.gov.br/>

³⁶ Etnia indígena.

“[...] O que todos não podiam suportar era a intimidade de mulatos e caboclos.” (GUIMARÃES. s. d, v. 01, p. 69).

Com a arte da literatura, Bernardo Guimarães se apropriou dos aspectos e características do povo brasileiro para trazer repertório, disponível no seu tempo. Sobre isso, nos diz Alonso (2002, p. 34): “a relação entre o contexto brasileiro e teorias europeias é dinâmica [...] tantos os repertórios estrangeiros quanto a tradição nacional são fontes intelectuais, apropriadas de maneira seletiva num processo que envolve necessariamente supressão, modificação, recriação”. Partindo deste pressuposto, atentamos para uma cena que destaca “Conrado” como “o caboclo de olhos cintilantes assim é a maneira de gaúcho [...]” (GUIMARÃES. s. d, v. 01, p. 65). O romancista, ao desenhar o moço, apresenta o perfil de um indivíduo oriundo do sul do Brasil.

A forma como o autor descreve os personagens, utilizando expressões e linguagem racializada – como “olhos cintilantes”, “tez de um moreno delicado”, “olhos negros e cheios de fulgor”, “garbosos gaúchos”, “filho de cigano e de uma índia Guarani”, “louro e de olhos castanhos”, “um brasileiro de pura raça latina”, “verdadeiro filho do Brasil e da província de Minas”; “cabelos e olhos escuros”, “tez clara e levemente colorida”, “imaginação viva”, e “natureza ardente”³⁷ –, nos permite visualizar o Brasil negro, índio, preto, pardo, caboclo, mestiço, amarelo e louro, introduzindo pensamentos acerca da população mestiça brasileira. Isso é ainda visto nas características físicas do personagem “Major Damásio”: “[...]filho de cigano e de uma índia guarani, que foi peão ou domador de burros, e que se casou com uma mulata da casa de um figurão, que foi quem o fez gente, e que teve dela uma filha que... essa, sim, é fazenda fina.” (GUIMARÃES, s. d, v. 01, p. 99). No caso do personagem “Azevedo”: “[...] Era um belo mocinho, moreno de pequena estatura, de fisionomia radiante e prazenteira e, fronte larga, onde fulgurava o gênio como na do Aurélio”. (GUIMARÃES, s. d, v. 01, p. 09).

Já “Frederico”, estudante da Academia de Direito de São Paulo, foi relatado como: “[...] um mancebo de alta estatura, louro e de olhos castanhos [...] parecia mais um batavo³⁸ descendente de alguns dos companheiros de Mauricio de Nassau, do que um brasileiro de pura raça latina!” (GUIMARÃES, s. d, v. 02, p. 114).

E “Carlos”

[...] apresentava um tipo inteiramente diverso; era um verdadeiro filho do

³⁷ Palavras retiradas da obra *Rosaura, a enjeitada*.

³⁸ Povo germânico.

Brasil e da província de Minas; assemelhava-se um napolitano. Estatura regular, cabelos e olhos escuros, tez clara e levemente colorida, olhar cintilante e profundo revelam nele imaginação viva, natureza ardente (GUIMARÃES, s. d, v. 02, p. 114).

O Brasil de cores é representado por Bernardo Guimarães em *Rosaura, a enjeitada*, permitindo-nos olhar para o país como “laboratório racial” (SCHWARCZ, 2010, p. 22). O autor parecia destacar a presença da miscigenação como um fenômeno, ao trazer interpretação da forte presença da hibridação das raças em seus personagens, por meio dos enredos dessa literatura. Supostamente, o romance recebeu influência das teorias deterministas que pretendiam explicar as diferenças sociais enquanto variações raciais, sobretudo os modelos teóricos que serviram de rótulo ao literato. Sobre a composição do homem brasileiro, Bernardo Guimarães relata:

[...] se formos apurar a geração de muita graúda que por aí anda blasonando fidalguia, há de se ver que os troncos, de que descendem. Não são nada melhores do que o da patroa. Em nossa terra é sandice querer a gente gloriarse de ser descendente de ilustres avós; como diz um velho tio meu: - no Brasil ninguém pode gabar-se de que ente seus avós não haja algum puxado flecha ou tocado marimba. (GUIMARÃES, v. 01 p. 102-103).

Ao elaborar as falas do personagem mestiço “Conrado”, reconhece o hibridismo racial que povoou a população, utilizando o romance como espaço de experiência social. Para Faria Filho (2006b, p. 151), o romancista “demonstrava ter profunda consciência de seu ofício e do lugar da literatura na luta político e cultural que se tratava no império naquele momento”. No desenrolar da trama, Bernardo Guimarães considera a heterogeneidade do Brasil, trazendo não apenas o desenho da nação oitocentista, mas contribuições para construção da identidade nacional. O enredo nos leva a perceber que esse autor tem “a virtude e a importância de haver sido um dos interlocutores do regionalismo, do sertanismo, da transição voraz de usos e costumes, nas letras nacionais, legando-nos uma prosa pejada de brasileirismos de sintaxe e modismo sertanejos.”³⁹ Assim, continuamos a movimentar esta narrativa histórica com questionamentos: Como o poeta mineiro constituiu a escrita literária como um lugar de experiência social dele e de seus contemporâneos?

2.3 “Aplausos, reprovação, gargalhadas e pragas”: o cotidiano da Academia de Direito de São Paulo e a pauliceia provinciana

³⁹ Trecho retirado da orelha de *Rosaura, a enjeitada*.

Em *Rosaura, a enjeitada* relembramos que temos o único romance urbano de Bernardo Guimarães, cujo cenário da trama é a cidade de São Paulo. Ao emoldurar as tramas tecidas no decorrer da obra, o romancista parecia querer eternizar momentos vividos, visto encontrarmos no texto a relação autor, narrador e personagem, trazendo as vivências da mocidade da Academia Paulista de Direito, da qual, como já dito antes, ele e seus amigos Álvares de Azevedo e Aureliano Lessa faziam parte. Para destacar esse contexto, voltemos o olhar para a descrição de uma cena entre os estudantes que:

[...] entre sinais de estrondosos de aplausos e de reprovação, gargalhadas, pragas, murros sôbre a mesa, discursos a **duo** e a **trio**, e enfim uma algazarra indefinível atroou por alguns minutos a pequena sala de jantar, onde em volta de uma mesa cheias de garrafas e copos, bules e xícaras, pedaços de pão e carne, entre os quais figuravam também livros e papéis falavam, bebiam, liam uns nove a dez estudantes do curso jurídico de S. Paulo (GUIMARÃES. s. d, v. 01, p. 04, grifo do autor).

A descrição dessa cena nos disponibiliza um retrato, permitindo visualizar como em uma moldura na parede, pela qual imaginamos “uns nove a dez estudantes” em volta da mesa e todo o material espalhado ao redor dos mancebos, expressando as práticas e hábitos da vida social e do cotidiano dos acadêmicos do curso jurídico de São Paulo, como os papéis e os livros. Tudo isso nos revela o lugar da escrita da narrativa, mostrando que “era isto em tempos já idos, na pauliceia antiga e patriarcal de 1845” (GUIMARÃES. s. d, v. 01, p. 04.). Nas palavras de Bernardo Guimarães, as reuniões:

[...] que assistimos, tinha lugar em uma rua que, se bem nos lembramos, tinha o nome de rua da constituição, a qual, partindo do largo, onde ficam o mosteiro e a igreja de S. Bento, dirige-se para o risonho e pitoresco arrabalde da luz. A casa ocupada pelos estudantes fronteava justamente com o lado da igreja, que faz face a rua.

Eram cêrca de nove horas da noite. Em uma cidade pouco populosa e de pouco movimento comercial, como era então S. Paulo, já remanso e o silencio reinavam por toda a parte; a rua era um deserto. As janelas da sala de jantar, onde dava o colóquio, abriam-se para as extensas vargens alagadiços cortadas pelo Tamanduateí⁴⁰, que separam a cidade a cidade pròpriamente dita do arrabalde de S. Brás. Essas vargens, banhadas então por um brando luar, formavam outro deserto, mas vasto e aprazível e pelas janelas abertas os estudantes podiam expandir as vistas e aspirar as auras frescas e balsâmicas que se elevavam dos vargedos. Portanto, tagarelavam, riam e gritavam à vontade, sem se importarem com as maldições e pragas dos vizinhos (GUIMARÃES. s. d, v. 01, p. 05).

⁴⁰ Uma estação ferroviária do estado de São Paulo.

O literato não apenas descreve o lugar de encontro da classe acadêmica, mas deixa pistas do cenário geográfico da cidade de São Paulo antes do enriquecimento pela produção e exportação de café. Almeida Nogueira (1977), em suas memórias, considerou que “[...] a pauliceia desse tempo não passava de pequena e modesta cidade provinciana, de tristonho aspecto, sem movimento, sem animação e com diminuto comércio. Havia apenas algumas lojas de fazendas, outras de ferragens e armazéns de molhados, tudo em pequena escala [...]” (NOGUEIRA, 1977, v.03, p. 15). Os ares da pauliceia, relatados pelo memorialista e por Bernardo Guimarães, podem evidenciar aspectos da vida social, especificamente dos acadêmicos.

Bernardo Guimarães, ao relatar a cena entre dois estudantes do quarto ano jurídico de São Paulo que “tinham acabado de jantar e ainda se achavam à mesa em casa de ‘Frederico’, que morava só, no Alto da Consolação, um dos bairros mais isolados e solitários da cidade” (GUIMARÃES. s. d, v. 02, p. 113-114), utilizou adjetivos apresentando a pauliceia como uma cidade ainda em construção. Almeida Nogueira segue afirmando que:

não existia praça de mercado. Os gêneros de primeira necessidade eram vendidos nas ruas, pelos caipiras, que os traziam em cargueiros, dos arredores da cidade e povoações mais próximas. População urbana, em número reduzido se assinalava por pouco expansiva retraída. (NOGUEIRA, 1977, v. 03, p. 15).

Não se pode deixar de notar que o progresso da cidade também deve ser referenciado à implantação da Faculdade de Direito, instalada no Convento Franciscano, no Largo de São Francisco, considerada uma instituição-chave para a proposta de progresso da nação. Segundo Mota (2010, p. 36), a “criação da academia de direito em 1827 para onde se dirigiam os filhos das elites regionais em busca de realizar seus estudos superiores, situavam a antiga cidade colonial na frente do processo de descolonização”. Dos jovens que ingressavam na Faculdade de Direito, alguns saíam com arcabouço teórico que lhes permitia acesso livre nos espaços de produção e escrita, sendo considerados como divulgadores das ideias europeias. A formação em Direito trazia não apenas uma formação letrada, como também homens que tinham as oportunidades de atuação política e social. Na obra de Bernardo Guimarães está evidenciando que:

[...] a cidade de S. Paulo conservava certos laivos de sua primitiva simplicidade, e pôsto que fôsse já relativamente à época, uma cidade assaz

populosa, e núcleo de um grande movimento intelectual os grupos de estudantes parecia respirar-se ali ainda a aura tradicional dos tempos de Amador Bueno. (GUIMARÃES, s. d, v. 01, p. 04).

Ao que tudo indica, o autor expressou o interesse em evidenciar os estudantes como figurino que compõe a estrutura da pauliceia, considerando o espaço social, no qual se desenrola a trama, como “núcleo de um grande movimento intelectual”, referindo-se à presença da classe de estudantes como “intelectual”. Outro indício encontrado na obra é a forma como o autor, ao narrar fatos dos personagens que representavam estudantes, fez afirmações sobre a classe, apresentando-os como “o corpo acadêmico [...] Uma mocidade brilhante e esperançosa que frequentava a academia; uns ricos, outros fidalgos de sangue azul, outros com a aristocracia do talento tinham suspensa sobre a fronte a auréola de um esplêndido futuro [...]” (GUIMARÃES, s. d, v. 01, p. 69), demonstrando a presença do elitismo do corpo acadêmico.

Bernardo Guimarães introduz aspectos escolásticos da faculdade imperial, na composição da fala do personagem, que aqui transcrevemos: “[...] O major não ignorava que era especialmente dessa classe que saíam os deputados, senadores, ministros, barões, condes e marquês [...]” e “[...] o bom Major podia nutrir a esperança de ter um dia, um genro deputado, presidente, ministro, senador e por fim até mesmo visconde e marquês” (GUIMARÃES, s. d, v. 01, p. 69; v. 02, p. 08). Desta leitura, apreendemos que o autor comungava com as ideias da formação de uma elite intelectual que tinha como objetivo ocupar cargos públicos no Império.

Como relatado por Adorno (1988), “a profissionalização da política, principiada no interior das Academias de Direito, conferiu papel determinado ao bacharel” (ADORNO, 1988, p. 78), ainda, conforme encontramos nos documentos parlamentares, “[...] se formarem homens hábeis para ser sábios magistrados, e peritos advogados, de que tanto se carece; e outros que possam vir a ser dignos deputados, e senadores, e aptos para ocuparem os lugares diplomáticos, e mais empregos do estado” [...] (PEREIRA, 1977, p. 587)⁴¹. A Faculdade de Direito de São Paulo foi difusora de mudanças sociais da pauliceia, porquanto a classe acadêmica:

[...] harmonizando-se com o meio em que viva, passava vida simples, folgazã e descuidosa, ainda mas do que é ordinário entre essa extravagante variedade de gênero humano. Divididos em grupos, os estudantes se derramavam por todos os bairros da cidade, e chamavam-se de **repúblicas** [...] (GUIMARÃES, s. d, v. 01, p. 04, grifo do autor).

⁴¹ Ver mais em Criação dos Cursos Jurídicos no Brasil (documentos Parlamentares). Brasília/Rio de Janeiro: Fundação Casa Rui Barbosa, 1977.

A instalação da academia alterou o cotidiano da pauliceia, até então tranquila e sem movimentações, com as casas de pensões, chamadas de repúblicas, servindo de moradia para os acadêmicos que chegavam de outras regiões e se espalhavam por toda a cidade. Quando imaginamos este cenário, encontramos os estudantes não apenas nas arcadas da academia e nas repúblicas, mas como participantes ativos na vida social da cidade, presentes em espaços diversificados: cafés, ruas, praças, teatro, bailes. Segundo Costa (2011), as práticas de diversão construídas pelos acadêmicos da Academia de Direito de São Paulo no século XIX:

[...] funcionava[m] como uma das estratégias efetuadas pelos estudantes para produzirem suas relações sociais e de cotidianidade no espaço da Academia e em seu entorno. As práticas contribuíram, efetivamente, no processo de construção da identidade dos estudantes, de uma visão de Academia como espaço de convivência viável de diferentes sujeitos sociais e, também, para a construção de um certo tipo de folclore sobre a cidade de São Paulo. Nesse sentido, as práticas de diversão nos possibilitam desvendar e esclarecer muitas das relações sociais e de cotidianidade vividas por aquele grupo social, como a forma de morar, de construir uma república, a forma de vestir, de se divertir e aspectos de uma certa solidariedade que se construiu entre os diferentes sujeitos. [...] As práticas de diversão eram diversas, não possuíam um sentido e nem um significado único, como podemos perceber nos casos dos trotes e dos apelidos empreendidos na maioria das vezes efetivados de forma violenta e com sentido pejorativo. Outras vezes, funcionavam no sentido de minimizar a exclusão, como no caso das serenatas, em que parte da população de São Paulo se ligava aos estudantes ou mesmo no caso dos espetáculos teatrais, musicais e circenses, nos quais grupos sociais da cidade de São Paulo se envolviam. (COSTA, 2011, p. 10).

Os acadêmicos espalhavam hábitos e costumes para a sociedade paulista, contribuindo para a construção da identidade do meio social, intervindo no espaço geográfico da pauliceia. O ambiente acadêmico era um lugar também próspero em atividades culturais, construindo relações entre a classe acadêmica e a pauliceia. Ainda segundo Costa (2011, p. 11), “a Academia Jurídica de São Paulo não se resumia, apenas, a uma burocrática instância de formação acadêmica”, o ambiente da faculdade funcionava para os acadêmicos não apenas como espaço de formação intelectual, mas lugar social e cultural. Para Vampré (1977, v. 1, p. 40), “foram-se as repúblicas, as patuscadas acadêmicas, que enchiam de rumor e de festa, a quieta cidade de cem anos atrás, onde o estudante era o rei e a Academia o centro intelectual, financeiro e moral, de tudo”. O espaço da Academia propiciava aos estudantes, além da formação acadêmica, momentos de muita distração: “nessa época havia entre os estudantes o certo espírito de classe tão fortemente pronunciado, que formava deles uma corporação, não só respeitada, como temida dos **futricas**, nome que se dava a todo cidadão estranho ao corpo

acadêmico” (GUIMARÃES, s.d., v. 1, p. 05). As memórias de Nogueira também mostram que:

Havia um pequeno teatro, no *Pátio do colégio*, conhecido popularmente sob a denominação *A Ópera*, no qual representavam companhias vindas do rio de janeiro e que faziam aqui temporadas, no qual também, a despeito das proibições regulamentares, os estudantes davam representações dramáticas, festejando, a 11 de agosto, o aniversário da fundação dos cursos jurídicos no Brasil. Possuía a Paulicéia desse tempo, além da *Ópera* um teatrinho, este na freguesia Santa Ifigênia. Era cômico, destinado a despertar a hilaridade. (NOGUEIRA, 1977, v. 03, p. 15).

Neste sentido, para Adorno (1988, p. 81), a “academia de Direito de São Paulo constituiu-se, no período compreendido entre 1827 a 1865-9, em polo difusor de mudanças sociais”. O crescimento cultural provocado pelos acadêmicos estimulava novas práticas no cotidiano da cidade de São Paulo, que “parecia viver às expensas da vida acadêmica. Não somente os estudantes eram efetivos usuários dos serviços urbanos, a despeito de sua precariedade, como também a vida social e cultural se desenvolvia como se emanasse dos interiores da Academia” (ADORNO, 1988, p. 81). Enxergamos a obra *Rosaura, a enjeitada* como um recipiente de memórias e vivências do corpo acadêmico do Direito oitocentista, uma vez que encontramos, na trama, relatos do cotidiano desses acadêmicos, entre estes, o personagem “Belmiro” que:

[...] apresentou-se na Academia coxeado e quase arrastando a perna, dependurado no braço do Silva, um de seus companheiros de casa. Estava-se no fim do ano letivo, e crivado de pontos como êle se achava o pobre jogral não podia dar mais falta sem arriscar-se muito a uma reprovação. (GUIMARÃES, s. d, v. 01. p. 61).

Bem como,

[...] Carlos há dois meses começara a dar muito más contas de si, falhava muitas vezes, balbuciava a muito custo a lição, quando não era chamado, e às vezes se escusava alegando incômodo de saúde, que a sua que sua progressiva magreza e de pericínio não deixavam de justificar (GUIMARÃES, s. d, v. 02, p. 114-115).

Encontramos indícios das práticas e disciplinas quando o autor, ao narrar histórias dos personagens fictícios “Azevedo” e “Aurélio”, representados por Álvares de Azevedo e Aureliano Lessa, respectivamente, menciona como ocorriam os processos avaliativos, atos, faltas, reprovações e lições, às quais os acadêmicos eram sujeitados. Ainda encontramos, em

suas narrativas, trechos como este: “[...] tanto um como outro eram tidos em distintos estudantes por sua inteligência, assiduidade e bom comportamento, considerados pelos lentes e estimados pelos colegas” (GUIMARÃES, s. d, v. 02 p. 115).

Vale ressaltar que a formação dos acadêmicos não estava restrita apenas aos espaços de sala de aula, mas percorriam, entre as arcadas da Academia, os ambientes sociais, rodas de conversas, debates e embates, grêmios estudantis, diálogos, textos produzidos e acessados, que circulavam pela Academia de Direito de São Paulo. Deste modo, Santos asseverou que:

[...] o repertório construído pelos estudantes de Direito tinha como cenário não só a Academia, mas também todos os espaços públicos e sociais oferecidos pela cidade de São Paulo (clubes, associações, teatro, confeitarias, dentre outros). Esse repertório era composto de poemas, artigos e resenhas publicadas em jornais e folhetins ou até mesmo por discussões informais nos passeios a cavalo. A finalidade principal dos discursos era a de divulgar as ideias políticas e jurídicas para a sociedade paulistana e, consequentemente formar um grupo pensante. Muitas vezes, as ideias acerca da legislação empreendidas pelos estudantes de Direito eram restringidas pelo Estado a partir do próprio processo de formação jurídica e pautadas em teorias nacionais e estrangeiras. (SANTOS, 2015, p. 65).

Nesse ambiente, o autor esteve presente com suas produções e a construção de seu discurso, seus pensamentos e apropriações das literaturas que fervilhavam na Academia. De acordo com Santos (2015, p. 100), “na academia de Direito de São Paulo circulou uma série de ideias que tiveram repercussão em todo o Império.” Deste modo, buscamos entender as tensões presentes, os argumentos e conceitos, ou seja, como o autor se apresenta a partir de suas apropriações e das escolhas que realiza. Vemos, em Bernardo Guimarães, os diálogos entre acadêmicos que diziam:

[...] - não me fales em atos, nem estudos, nem me faças lembrar de Academia. Se não fôsse essa maldita Academia, que aqui me trouxe, eu estaria agora bem tranqüilo em minha província, e não aqui como ludíbrio do destino, suportando as mais cruéis torturas. Diga-me de que nos serve vir aqui estudar o direito, o dever e a justiça, se eles não são e nunca serão respeitados, nem executados? ... Se se praticam por aí impunemente, todos os dias, as mais torpes e atrozes iniquidades, as mais flagrantes e hediondas violações da lei e do direito? Maldita ciência – se é que merece tal nome – maldita ciência, que só existe nos livros e nos códigos, como pura irrisão aos direitos da humanidade, que a sociedade pesa em sua balança corrupta para calcá-las aos pés! ... Não; não vou nem mais uma vez à Academia. Em novembro irei, pela última vez, a casa de meu correspondente para... para ir-me embora. (GUIMARÃES, s. d, v. 02, p. 130-131).

Ao descrever a trama acima, o romancista mobilizou recursos intelectuais de acordo

com suas necessidades de compreender situações e definir formas de ação. Na narrativa, o autor apresenta um discurso sobre a formatação da lei no Império, as configurações do Direito e a forma de pensar dos estudantes em relação às leis que cercavam a Academia, bem como a estrutura das disciplinas escolásticas que versavam sobre diversas áreas do Direito. Como vimos nos documentos parlamentares sobre os regulamentos dos cursos jurídicos, os escritos do autor são constituídos de discursos da Academia de Direito de São Paulo e repercutiam no meio intelectual da sociedade brasileira paulistana. Bernardo Guimarães registrou a presença de acadêmicos de “côr”. No enredo, compôs a fala dos personagens “Major” e “Azevedo” falando sobre aspectos do quartanista:

- É do Couto que V. S. quer falar? -Perguntou Azevedo, formalizando-se.
- Sim, senhor, o tal tocador de violão.
- Oh! senhor major, que susceptibilidade a sua! É quartanista, um môço muito distinto, bem educado e inteligente... Quanto à côr é talvez tão branco...
- Azevedo ia talvez dizer-como V.S.- mas conteve-se a tempo.
- Como muita gente que anda aí campando de branca e de fidalga... - continuou concluindo a frase. Demais, senhor Major. A côr é um acidente.
- Será um acidente – interrompeu o major – não duvido, mas há certas misturas que repugnam. (GUIMARÃES, s. d, v. 01, p. 78).

E “Conrado”...

[...] também dotado pela natureza de um porte esbelto e vigoroso, de uma fisionomia simpática e expressiva de maneiras lhanas e atrativas, com a tez de um moreno delicado, seus olhos negros e cheios de fulgor, havia-se tornando um dos mais belos e amáveis mancebos, um tipo acabado dêsses ágeis e garbosos gaúchos, que tinha vagueiam pelos descampados pampas das regiões argentinas, Era enfim, como bem o havia dito um estudante, um verdadeiro Adônis americano (GUIMARÃES, s. d, v. 01, p. 112-113).

Nessa narrativa, Bernardo Guimarães descreveu os estudantes e suas características, evidenciando a cor dos personagens “Couto” e “Conrado”, que eram estudantes da Academia de Direito de São Paulo. Neste sentido, acreditamos que o autor adentra em temáticas como a das teses raciais, mobilizando talvez questões presentes na formação da mentalidade acadêmica, como a do branqueamento. O romancista não apenas buscou trazer aspectos físicos dos estudantes, mas registrar parte do perfil dos acadêmicos e, como no século XIX, os conceitos de superioridade racial tiveram força no Brasil. Supomos que, na Academia paulista, os discursos ficavam muitos nas retóricas construídas, como as ideias talvez discutidas pelos estudantes nos espaços não formais e pelas ações de alguns professores,

como pôde se ver nas memórias de Nogueira (1907), em que havia discriminação direta em relação aos estudantes de cor. Tratando dessa instituição de ensino:

[...] a Academia de Direito de São Paulo nasce destinada a forma e a fornecer homens para ocuparem os postos de comando da nação. Mas, se por um lado a Academia recebia entre seus alunos, apesar de todo o preconceito racial que ecoava em seu interior, estudantes negros e os formava, o Estado Brasileiro, por outro lado, não podia tolerar que esses negros chegassem a ocupar os cargos, principalmente políticos, para os quais a Academia tinha como função preparar. Função a qual ela devia a própria razão de sua existência. No entanto, com esses indivíduos negros a Academia não cumpriu esse papel a ela destinado e assumido. (CRUZ, 2009, p. 39).

Mediante tais colocações, percebemos que, embora a Academia de Direito de São Paulo recebesse estudantes brancos, negros e mestiços, fazia uma seleção, evidenciando racismos que concebiam pensamentos de inferioridade aos de cor. Assim, mesmo com formação, os estudantes negros eram limitados, por superiores, a exercer cargos que sua formação predestinava. Nogueira (1977), em suas memórias, relatou sobre a presença de acadêmicos negros. Segundo ele:

[...] tinha acentuado preconceito contra os estudantes de cor, e perseguia-os implacavelmente. Começava por não admitir que lhe estendessem a mão. Uma vez deu o pé a um deles, que o queria cumprimentar.
- Desafôro! – Dizia. – Negro não pôde ser doutor. Há tantas profissões apropriadas: cozinheiro, cocheiro, sapateiro... (NOGUEIRA, 1977, p. 47).

Bernardo Guimarães é parte desta passagem de estudantes negros na Academia Paulista e, ao enredar a trama, fez uma autobiografia, se auto representando no personagem “Belmiro”, descrevendo-se como “alto, corado, de cabelos prêtos... - Cara de lobisomem”, dentre outras características como “[...] temperamento sanguíneo, ardente e impressionável, abandonando a alma às emoções do momento” (GUIMARÃES, s. d, v. 01, p. 37-39). Completou nas páginas seguintes: “[...] pobre provinciano, simples e negligentemente trajado, que mais parecia um caipira que um estudante [...]” (GUIMARÃES, s. d, v. 01, p. 46). Conforme podemos observar, ao descrever-se, ele faz referência às suas características físicas.

Nesta direção, Nogueira (1977, p. 154) compõe o romancista como: “[...] alto, magro, tez morena, barba toda e pouca, anelada, assim como os cabelos, que eram castanhos e repartidos à direita; testa larga, com grandes entradas. Olhos garçons e cismadores.” (NOGUEIRA, 1977, p. 154). É importante entender que, por meio da trama romanesca, o autor empreendia não apenas cutucar nosso imaginário, nos permitindo viajar pelas memórias

vividas e registradas por ele, mas introduzir repertórios apreendidos, aproximando a experiência social à obra e às tensões presentes.

O autor, ao compor a trama, apropriou-se de temas que interessavam a ele próprio enquanto remanescente da Academia de Direito de São Paulo, bem como ante as discussões empreendidas naquela sociedade, dentro de debates políticos e sociais, definindo formas de ação. Deste modo, entendemos a obra como um repertório de Bernardo Guimarães: o Brasil de cores. Em *Rosaura, a enjeitada*, o literato foi além de uma simples descrição dos modos de vida social oitocentista e trouxe o testemunho de seu tempo e lugar, destacando aspectos do cenário social e das experiências vividas na sua formação e atuação. Pela construção do pensamento social do autor, o país era representado como uma nação mestiça, seus personagens eram protótipos de seres humanos, carregados de sentidos representativos, de suas ideias políticas e sociais adquiridas ao longo de sua formação. Pela narrativa percebemos como os enredos tiveram seus conteúdos carregados de influências teóricas do pensamento social dominantes naquela época. Assim, Bernardo Guimarães produz sua obra como um espaço para descrever-se através das memórias de sua formação e atuação, sobretudo, trazendo tensões sociais que desabavam em seu contexto histórico.

3 SENTIDOS DE ESCRAVIDÃO EM ROSAURA, A ENJEITADA

- Enjeitaram aqui, hoje, pela manha – dizia Nhá Tuca á Lucinda e aos outros curiosos que se achavam na venda -, uma pobre criancinha muito bonitinha. Coitada! tive uma pena dela!... Não sei como há gente neste mundo que tem animo de enjeitar seus filhos. (GUIMARÃES, s.d., v. 02, p. 137-138).

“*Rosaura*”, a menina enjeitada, viveu o drama de quem nascia escravo no Brasil oitocentista. A fala de “Nhá Tuca”, ao narrar a cena, é tomada como ponto de partida, nos inspirando e, conseqüentemente, conduzindo-nos ao objetivo de identificar e analisar a escravidão e o direito civil, presentes na trama literária. Esses temas se assentavam nos discursos empreendidos pelos juristas, uma vez que a cultura jurídica⁴² brasileira também foi constituída como instrumento da ordem vigente e do Estado escravista.

Neste sentido, as discussões em torno do escravismo e do direito civil são indissociáveis do contexto social do século XIX. O romance *Rosaura, a enjeitada*, elencado como fonte desta pesquisa, é fruto do referido cenário e condensa conceitos, argumentos e discursos – concebidos, neste texto, como repertório de cultura jurídica – mobilizados por Bernardo Guimarães, ao conceber a temática da escravidão. Assim, investigamos tramas e enredos.

3.1 A escravidão, pela “tez” de “*Rosaura, a enjeitada*”

[...] Sua tez branca e delicada, os magníficos cabelos escuros, que lhe emolduravam o rosto e lhe ondeavam pelo bem torneado colo, as feições corretas e harmoniosas delineadas, os ademanos naturalmente graciosos e elegantes, acrescentado a tudo isso o encanto de inocência e candura infantil, não denunciavam por certo a filha da senzala. Ao vê-la qualquer um juraria que era uma donzela distinta, criada com todo o mimo e solicitude entre os carinhos de uma família honesta, e bafejada desde o berço pelo sopro da liberdade (GUIMARÃES, s.d., v. 02, p. 124).

Tez branca e harmoniosa, cabelo negro, liso e busto encantador: foi assim que o poeta descreveu “*Rosaura*”, associando a sua brancura à inocência e à liberdade. No romance, a

⁴² Cultura jurídica é a expressão, o resultado, a consequência das relações entre civilização e pensamento jurídico. Sendo a cultura um complexo de conhecimentos, crenças, comportamentos, hábitos e costumes, regras e normas (morais e legais), legitimações, reivindicações, ‘mecanismos de sobrevivência’, expectativas e perspectivas, ambiência, ‘mentalidade’ adquiridos pelo homem enquanto membro de uma sociedade e capaz de forjar a sua identidade (individual e coletiva) pelo processo de ‘conscientização de si mesmo’. (SOUZA, 2011, p. 15).

personagem se tornou escrava por desígnios do destino e teve seus dramas cercados de sentidos da escravidão, ação aqui entendida como fruto de uma seleção intencional do autor para mobilizar repertórios de cultura jurídica.

A composição da escrita é permeada de escolhas, propositadamente feitas para inquietar e compartilhar impressões e pensamentos. Neste sentido, elencamos a tez da escrava branca para iniciar o nosso diálogo acerca da escravidão, conscientes do significado que a cor da pele do rosto e, para além dela, os traços físicos conferem aos indivíduos. Os termos utilizados pelo autor colocam a personagem num lugar social diferenciado e nos oferecem possibilidades para problematizar, também, o lugar social do negro. Considerando que a brancura de “Rosaura” lhe conferia honestidade e beleza, apresentadas no romance em tom de naturalidade, e não a denunciava como “filha da senzala”, Bernardo Guimarães, ao fazer tal referência, reproduz a ideia da coisificação do negro escravo, associada à desonestidade, à baderna e à desordem? Foi uma estratégia para apontar a necessidade de branqueamento do negro? Por outro lado, se o romancista tivesse retratado as injustiças do sistema escravista e colocado uma escrava negra, como intérprete, a obra atrairia leitores? Causaria maior atração ao público leitor uma protagonista visivelmente branca? Entre tensões e questionamentos, ouvimos a voz do romancista, considerando o desenrolar da trajetória da personagem na trama e nas narrativas que a envolvem.

Os traços brancos de “Rosaura” foram determinantes para o seu comprador, “Francisco Ribeiro Bueno de Moraes”, o Sr. Moraes, que procurava “a escrava de sinhazinha Estelinha”, sua filha, e pagou pela “faceira mucama” uma “soma considerável”, a quantia de “[...] dois contos e quinhentos mil-réis” (GUIMARÃES, s.d., v. 02, p. 5). A transação comercial que envolvia “Rosaura” remete aos negócios da escravidão e indica os valores pagos para a oficialização da posse da propriedade, que ocorria na instituição escravocrata. A compra e venda era um processo traumático, no qual “os escravos aparecem sempre como custos e lucros, valendo tantos contos de réis e nada mais”, fato que indica “[...] a face impessoal e por isso bastante cruenta das transações [...]. A lógica do lucro parece aqui impenetrável a qualquer outra lógica, e os nomes dos escravos são manuscritos como que simples apêndices de seus preços” (CHALHOUB, 2011, p. 55). Assim, os escravos eram denominados peças, e avaliados como se observassem um móvel. No ato da negociação era comum apalpar os escravos, examinar os dentes como uma forma de avaliar as “mercadorias”.

Ainda sobre o comprador de “Rosaura”, Bernardo Guimarães descreveu o Sr. Moraes como “[...] um terceiranista de bela e agradável presença, de maneiras simpáticas, e pôsto que não fôsse rico, tinha a fortuna de assinar-se com o apelido de Bueno de Moraes, um dos

nomes heráldicos de mais distinção na província de S. Paulo”. Somado a isso, era “[...] aspirante ao pergaminho de bacharel em direito, tinha abertura diante de si a carreira das honras e grandezas, [...] bonita figura e maneiras agradáveis e insinuantes, parecia ser dotado de boas e solidas qualidades”. (GUIMARÃES, s.d., v. 02, p. 8). Neste sentido, ao narrar o envolvimento de um estudante da Academia de Direito de São Paulo com a compra da escrava, Bernardo Guimarães evidencia comportamentos da classe acadêmica oitocentista, no que se refere ao escravismo.

Segundo as ideias de Mota (2010, p. 82), “ao longo do século plasmou-se no Brasil uma sociedade aristocrática de mentalidade arraigadamente escravista. Escravismo que penetrou fundo nas instituições e, sobretudo, na maneira de pensar a vida social e política”, e isso era perceptível na Academia de Direito de São Paulo, pois vários “[...] estudantes compareciam na escola com seus escravos, espécie de valetes, ou montarias, que ficavam ‘estacionadas’ nas imediações da escola, aguardando os ‘sinhozinhos’ sair das aulas ou das bebedeiras em alguma bodega vizinha” (MOTA, 2010, p. 37).

Certamente, entre os bens dos estudantes das academias de direito estavam os escravos. O acadêmico “Moraes”, ao apresentar a mucama⁴³ para sua esposa Adelaide, enfatizou diferenças presentes entre a menina e alguns perfis de escravas existentes no sistema escravocrata, afirmando: “Pois não está aí diante dos teus olhos?! [...] – Eu tinha prometido a Estela uma joia, e não qualquer crioula beijuda, ou mulata encarapinhada. Custou-me, porém, sempre achei. Que tal te parece?” (GUIMARÃES, s.d., v. 02, p. 4). E continua o diálogo com “Adelaide”: “[...] não achas que era possível encontrar peça mais linda para nossa Estelinha” (GUIMARÃES, s.d., v. 02, p. 5). “Rosaura”, ao ser vendida para a família Moraes, vivencia mais uma vez o cativeiro da escravidão. A personagem vivencia, assim, um drama que envolve aspectos da relação escravidão e cultura jurídica.

O romancista, ao tratar da escravidão, utilizou o imaginário da ficção literária, não apenas como uma simples fantasia, mas como um diálogo com o real, ou seja, com o seu contexto social. Para Faria Filho (2006b, p. 151), “[...] o escritor mineiro demonstrava ter profunda consciência de seu ofício e do lugar da literatura na luta político-cultural que se travava no império naquele momento”. Bernardo Guimarães dedicou-se, “ao longo de sua produção literária [...] à temática da história do Brasil. Parece-nos ainda que, mais do que uma preocupação esporádica”, o referido tema “[...] ocupa um lugar central na escrita do autor” (FARIA FILHO, 2006b, p. 152), uma vez que, ao construir sua obra, conservou em seu

⁴³ Escrava, ou criada negra.

enredo personagens característicos de uma sociedade que vivia os dilemas da escravidão. Esses aspectos identificados na narrativa indicam a ideia jurídica do autor sobre a figura do escravo. Tais traços encontrados no vocabulário do romance trazem, numa relação intrínseca, o currículo do ensino jurídico, e demonstram como a formação influenciou na elaboração da sua produção e como a legislação, que versava sobre a escravidão e o direito civil, foi aprendida pelo autor dentro do seu período de aprendizado, junto ao tempo de prática jurídica.

Deste modo, a descrição feita sobre a escrava “Rosaura” não foi apenas uma simples forma que o autor utilizou para contar-nos a história da “pobre menina”, mas uma maneira de relatar como ocorriam as transações comerciais (compra e venda de escravos) peculiares da escravidão, vigente naquele contexto. De acordo com Chalhoub (2003), “o Brasil imperial oferecia ao mundo o curioso espetáculo de um país no qual todos condenavam a escravidão, mas quase ninguém queria dar um passo para viver sem ela” (CHALHOUB, 2003, p. 172). O escravo estava inserido na sociedade como um produto, uma mercadoria que gerava lucro, ocupando um lugar inferior, mesmo tendo um valor econômico significante. Portanto, o sistema fazia com que o escravo se percebesse assim, um “ser inferior”.

A historiografia registra a presença de escravos bem vestidos, porém o que queremos destacar não é existência deste fato, mas a intenção do autor ao descrever as vestes da personagem que “não trazia mantilha, esses dois côvados de pano ou beata, em que não andou tesoura nem agulha, e com que as escravas e as mulheres de baixa classe, em S. Paulo, usavam embrulhar a cabeça e os ombros [...]” (GUIMARÃES, s.d., v. 02, p. 3). Nesta descrição, Bernardo Guimarães destaca o contraste entre as roupas da escrava branca e as das demais cativas. Neste sentido, Custódio (2015) alertou para a simbologia das suas roupas e seus significados, carregada de sentidos culturais, sociais e religiosos, pois, a

[...] diferenciação racial, como também a social, é frequentemente observada nas fotografias realizadas durante o século XIX no Brasil. Está presente quando essas mulheres negras são vistas como objeto nas imagens ao invés de sujeitos, vestindo obediência e, ao mesmo tempo, resistência (CUSTÓDIO, 2015, p. 33).

Em *Rosaura, a enjeitada*, Bernardo Guimarães descreve a brancura das vestes da “mulatinha” que “trazia sobraçado um bonito chale de lã e trajava vestido cor-de-rosa, a linda e opulenta madeixa era o único ornato da cabeça, e os pés calçavam chinelos de marroquim vermelho [...]” (GUIMARÃES, s.d., v. 02, p. 3). Ao observar a imagem de “Rosaura”, na capa da obra, percebemos como a indumentária da jovem carrega cores e texturas aparentemente delicadas. O laço que orna o cabelo da escrava é intrigante, uma vez que era

pouco usual entre as escravas e se assemelhava com as vestes das senhoras. O desenho da “menina” evidencia aspectos físicos e estéticos de uma escrava branca, com mãos delicadas, cabelos lisos que indicam aspectos da miscigenação.

Rosaura trajava um singelo vestido de chita fina, azul-claro, apertado a cintura por uma fita côr-de-rosa [...]; os cabelos negros e lisos no alto da cabeça, presos por uma fita da mesma cor, desciam-lhe soltos pelos ombros, caracolando em abundantes e luzidos cachos. A mantilha de lã escura, que trazia em volta do pescoço razão da frescura da manha, ainda mais fazia sobressaírem as linhas harmoniosas do busto encantador (GUIMARÃES, s.d., v. 02, p. 47).

No romance, as demais personagens escravas, quando mencionadas, como no caso das cativas de “Nhá Tuca” e “Lucinda”, são inferiorizadas, uma vez que não encontramos o autor questionando o lugar social de cativa destas negras. O literato demonstrou que escravos brancos ocupavam lugar de superioridade, a exemplo de “Rosaura”, descrita no discurso do personagem “Carlos” como “escrava linda, dócil branca [...] és uma escrava que pode ter milhares de escravos a teus pés” (GUIMARÃES, s.d., v. 02, p. 119). Na escravidão existiam escravos tão brancos quanto seus proprietários, mas a questão aqui discutida é a relação que o literato fez com a cor da escrava e sua condição de servidão. Ainda sobre a beleza da escrava, o romancista trouxe a fala do personagem Frederico: “impressionado pela rara formosura da menina, já julgava uma degradação, uma abdicação da própria dignidade desposar uma liberta de tanta beleza e merecimento” (GUIMARÃES, s.d., v. 02, p. 124).

Pela descrição feita sobre “Rosaura”, percebemos que a imagem da escrava se confundia com a das moças bem-criadas da pauliceia, deste modo, a chegada da “mucama” à casa da família “Morais” causou espanto pelas características físicas. Para “Adelaide”, a mãe de “Estelinha”, era impossível tal beleza servir como escrava. O autor parecia querer mostrar a escravidão como uma injustiça para “Rosaura”, que por ser branca e bonita não caberia à condição de cativa. Esta sentença adequava-se apenas para as escravas negras e “beijudas” que só serviam para trabalhar, não para “Rosaura”, que aparece na obra como uma menina “bela” que despertava afeto na família “Buenos de Moraes”. Nas palavras de “Adelaide”, encontramos uma definição para a escrava branca.

[...] Muito linda criatura, [...] Até faz pena ver no cativeiro uma menina tão mimosa. Se ela for boa mesmo, como parece, hei de tratá-la com todo carinho, mais como uma companheira, uma irmã de meus filhos, do que como escrava; e até, se fôr possível, o meu desejo é dar-lhe a liberdade. Uma

criatura tão bela e interessante não nasceu para o cativo (GUIMARÃES, s.d., v. 02, p. 5).

A criatura “tão mimosa”, como destacou o romancista, diante de sua beleza, devia ser tratada como uma filha para aquela família, e não podia estar presa ao cativo da escravidão. O poeta, ao descrever com detalhe a escrava, nos permite enxergar sua preocupação em demonstrar como essa personagem, mesmo ocupando o lugar social de subalternidade, não possibilitava que a sociedade a enxergasse como “crioula beicuda”, e sim uma “bela menina”, em virtude dos seus traços físicos. Observamos, ainda, a necessidade do autor de mencionar o desejo de “Adelaide” de dar liberdade à “Rosaura”, colocando, como condição, o seu comportamento. Ainda sobre a alforria de “Rosaura”, “Morais” também exclamou: “poderemos forrá-la pelo tempo adiante, se ela merecer” (GUIMARÃES, s.d., v. 02, p. 5). Isso nos faz refletir sobre as condições de libertação de escravos e a política de domínio.

Cada escravo sabia bem que, excluídas as fugas e outras formas radicais de negação do cativo, sua esperança de liberdade dependia do tipo relacionamento que mantivesse com senhor particular. A ideia era convencer os escravos de que suas chances de alforria passavam necessariamente pela obediência e fidelidade em relação aos seus proprietários (CHAHLOUB, 2003, p. 51).

Esses indícios nos levam a entender a mobilização do repertório de Bernardo Guimarães ao selecionar ferramentas para apresentar a temática escravista, e revela aspectos de seu posicionamento sobre dilemas sociais e culturais. A trama traz episódios que nos permitem pensar as imagens criadas, nas senzalas e nas casas grandes, das escravas como representantes de um lugar social de cobiça e desejos, considerando sempre as questões estéticas. Bernardo Guimarães se reporta a esta relação quando, no enredo, traz o desejo aceso de “Morais”, que mantinha aspirações libidinosas por “Rosaura”. O personagem reproduz aspectos do comportamento cultural, social e sexual, comuns nas relações de poder que se estendiam à ideia da escrava sexualmente objetificada, uma vez que a ela cabia o lugar de servidão. Os cenários desses acontecimentos eram as cozinhas das casas grandes e até mesmo os açoites nas senzalas. Nas palavras do romancista, “Morais”, possuindo

[...] o demônio da libidinagem, que lhe turvava o espírito e lhe inflamava o sangue, o que é ainda mais provável, o certo é que Morales sem atender nem ao menos às conveniências e ao dêcoro da família, deixou entrever a cega paixão que o dominava. Um dia não podendo mais conter-se declarou suas impudicas intenções a ingênua e virtuosa escrava, que as mal podia compreender. Senhor quase absoluto da casa fazia quotidianamente à

inexperta rapariga pomposas promessas de liberdade, dinheiro e mil felicidades, as quais a singela menina opunha sempre a mais rude e obstinada negativa [...] (GUIMARÃES, s.d., v. 02, p. 12).

O “terceiranista”, ao empreender formas de ter a escrava, demonstra que a vontade do senhor não poderia ser contrariada, posto que as relações no sistema escravocrata se assentavam no princípio da inviolabilidade dos desejos e imposições senhoriais, prevalecendo sempre as vontades da classe dominante. Para o direito civil, a mesma classificação dada aos animais cabia também ao escravo, e isso era justificado na ideia do escravo como objeto do direito, ou seja, uma propriedade. Desta forma, perante o direito civil, o escravo era um ser inexistente, enquanto sujeito de direito. É importante salientar que as raízes do direito civil estão arraigadas no direito romano.

Os interesses dos escravocratas giravam em torno da defesa dos seus direitos de propriedade absoluta sobre os escravos, garantindo que os desejos dos senhores e proprietários, fossem quais fossem, prevaleceriam. “Morais”, como no ato de afirmar seu poder sobre a escrava, por quem ele nutria uma “febre de ardente sensualismo que abraçava o sangue; depois de ter empregado em vão todos os meios de sedução a seu alcance, lançou mão também de terríveis ameaças”, quando disse: “se não ceder a meus desejos, Rosaura [...] vendo-te a qualquer senhor libertino e sem coração [...] que te amarrará de pés e mãos, e fará de ti o que muito bem quiser” (GUIMARÃES, s.d., v. 02, p. 12). Assim, a obra nos revela os sentimentos escravistas que permeavam as relações de poder e a ideia da teoria “escravo-coisa”, na acepção de Chahloub (2011). Como parte de uma política de domínio e a garantia do direito de propriedade, o escravo era considerado “[...] ao mesmo tempo – ‘coisa’ e ‘pessoa’. De um lado, não podia testemunhar em juízo; testar; contratar ou exercer tutela. De outro, poderia contrair obrigações” (CAVALCANTE et al., 2006, p. 2).

Em “Rosaura”, o romancista fez uma interpretação das práticas sociais e jurídicas que regulamentavam o período escravista. Nesse cenário, encontramos a velha “Nhá Tuca”, personagem a quem o autor reserva, em sua obra, uma boa parte do segundo volume para levantar “um canto do véu que encobre as torpezas e atrocidades, que constituíram a ocupação única de sua longa vida” (GUIMARÃES, s.d., v. 02, p. 74). Dona de um prostíbulo, que ficava situado fora do centro da cidade, funcionando também como uma pensão, “a velha Nhá Tuca não era natural de S. Paulo, nascera em Moji-Mirim, em mil setecentos e setenta, pouco mais ou menos [...]” (GUIMARÃES, s.d., v. 02, p. 74). O poeta conta que todo o serviço da hospedaria era feito com esmero e asseio pelas seis a oito escravas “jovens” e “vistasas”. Encontramos aqui uma relação de dualidade de trabalhos realizados pelas escravas, que

durante o dia trabalhavam como domésticas e à noite eram comercializadas sexualmente, tidas como escravas-prostitutas.

E não ficavam só em casa as vergonhosas especulações da velha; estendiam-se a mais longe. Todos os domingos e dias santos, Nhá Tuca expedia para a cidade três ou quatro de suas mais lindas raparigas, bem vestidas e prontas a armar laço à bolsa dos estudantes. Em toda parte, onde há academia, universidade, ou coisa que o valha, há sempre numerosa cáfila de moços ricos, pródigos e libertinos, que não hesitam em sangrar consideravelmente a bolsa paterna em benefício das cantoneiras. Voltavam, portanto as Vênus para a casa sempre com rica propina, que entregavam fielmente á senhora; diziam porem alguns que ela sempre lhes deixava alguma porcentagem para os alfinetes, a fim de desempenarem com mais zelo e boa vontade sua afanos profissão (GUIMARÃES, s.d., v. 02, p. 76).

As “lindas raparigas” e “bem vestidas” da famosa taberna de Nhá Tuca, é assim que o romancista as compõe em seu enredo e são representadas a partir da exploração múltipla das suas capacidades, sexuais e físicas. A partir da análise da fonte, é possível identificar o autor mobilizando repertórios, perceptíveis na sua retórica jurídica sobre a escravidão, ao se referir ao comportamento sexual, cultural e social dos senhores de escravos, quando colocavam em prática o direito de explorar todas as capacidades dos cativos, usufruindo do poder de controlar a vida social dos escravos. Tais comportamentos parecem interligados ao comércio e à venda desses indivíduos no mercado da prostituição.

Na comercialização da sexualidade da mulher escrava, como prostituta, os senhores conservavam o poder de conseguir benefícios sócio-sexuais de seus escravos, como uma maneira de obter retorno do investimento. Isso se assemelha à forma como as relações de classe, gênero e raça estiveram ligadas à escravidão. Sobre as práticas de comercialização das escravas, Beckles (2011) assevera que era

Uma exploração mais apurada desse dinâmico e multidimensional sistema de uso da propriedade escrava que enfoque os direitos de propriedade dos senhores sobre a sexualidade escrava é essencial para o entendimento econômico, psicológico e social dos mecanismos de acumulação que emergiram da escravidão como o modo de (re) produção. Além disso, os contornos de uma investigação e exposição como essa são particularmente relevantes para qualquer jornada discursiva e antológica sobre a mulher escravizada, cuja integração no mercado econômico continua em grande parte pouco explorada devido ao limitado desenvolvimento de uma abordagem que desvende as implicações de gênero nos estudos das relações entre senhor-escrava. (BECKLES, 2011, p. 242).

Como já dito, nestas relações sociais estava determinado o domínio dos senhores e proprietários, pois o direito de ter escravas concebia o de prostituí-las. É importante dizer que os preconceitos e estereótipos impostos sobre a mulher negra se davam não apenas pela condição de escrava, mas pelo feminino, que a colocava como mercadoria e objeto sexual, posta como prostituta. A velha “Nhá Tuca” desenvolvia outra

[...] traficância, porém, se não tão sórdida, ao menos igualmente imoral e repugnante, fazia ela por meio dessas miseráveis criaturas. Sadias e bem tratadas como andavam as escravas de Nhá Tuca, não deixavam de dar de vez em quando algumas lindas crias, que ao chegar à idade de oito ou dez anos, a senhora vendia por um bom dinheiro, sem que as mães educadas naquela escola de objeção prostibular opusessem a menor resistência nem manifestassem mágoa alguma com a separação dos filhos. Em abono da verdade cumpre-nos dizer Nhá Tuca só vendia os machos, reservando as mulheres para reforma do serralho, substituindo as mães quando envelhecessem ou morressem; e mesmo os machos não vendia senão a pessoas do mesmo lugar com isso, tinha duas vantagens: não só obedecia aos impulsos de seu sensível coração, não desterrando para longe de suas mães aqueles queridos pimpolhos, como também adquiria excelentes alcaiotas para sua grei e habilíssimos corretores para todo gênero de traficância [...] (GUIMARÃES, s.d., v. 02, p. 76-77).

As “miseráveis criaturas” tinham seus filhos vendidos. A forma como o autor construiu a narrativa acima nos disponibiliza um retrato do sistema escravista. As posições intrínsecas na narrativa revelam como os acadêmicos se relacionavam com a escravidão. Ao destacar aspectos que percorriam a vida dos escravos que tinham seus filhos separados pelos negócios da escravidão e pela lei, que não os viam como seres humanos que tinham direitos, como o de criar seus próprios filhos, revelam o ponto de vista jurídico, as normas e limites sobre a questão servil que percorriam a sociedade brasileira da época. Suas condições de escravo eram hereditárias, transferidas e negociadas apenas através de ações jurídicas, entre essas, aluguel, compra, venda, empréstimos e adoção.

Para Chahlou (2003), os escravos

[...] lutavam intensamente pela liberdade, via de regra organizavam suas vidas em função da expectativa de alcançar esse objetivo. As características mais essenciais do tipo de dependência a que estavam submetidos os escravos eram os castigos físicos e a condição de propriedade – esta os deixava sempre sob a ameaça das transações de compra e venda e, por conseguinte, diante da possível ruptura dos laços de família e comunidade. (CHAHLOUB, 2003, p. 57).

Fazemos lembrar que o escravo não foi um agente passivo às imposições do Direito. A história nos mostra resistências cotidianas através de rebeliões e tentativas de negociações, na luta por colocar limites para o cativeiro. Ainda sobre a escravidão, permanecemos a olhar para “Nhá Tuca” que era dada também às práticas de “feitiçaria”, junto a suas escravas, que serviam de caixeiras e de serventes na hospedaria (GUIMARÃES, s.d., v. 02, p. 76). A velha “industriou as raparigas em certas práticas infames, ensinando-as a preparar filtros amorosos por meio de processos imundos e nocivos a fim de prenderem o coração dos amantes [...]” (GUIMARÃES, s.d., v. 02, p. 78), entres esses, alguns estudantes que utilizam suas bolsas de estudo no prostíbulo. Isso se relaciona como parte das diversões dos acadêmicos, que foram descritas nas memórias de Almeida Nogueira (1977), estas distrações eram tão fascinantes que eles “não poupavam *applausos entusiasticos* [...] *offereciam* mimos de valor” (NOGUEIRA, 1909, v. 6, p. 175).

Por sua vez, entre os personagens escravos, fazemos relembrar a mucama “Lucinda”. Na narrativa, o autor descreve a “preta velha” como boa e fiel escrava, ama de leite de “Adelaide”. A “criola” da casa dos “Morais” aparece na trama como a parteira que ajudou no nascimento de “Rosaura”. Na cena, “Lucinda” “pensou a criança com toda a perícia e delicadeza, como se fora uma parteira profissional enfaixou-a com todo cuidado, e a depôs no regaço de ‘Adelaide’ [...]” (GUIMARÃES, s.d. v. 01, p. 134). A escrava foi apresentada pelo romancista:

Era uma criola velha, que havia amamentado sinhá Adelaide, e que a queria como uma filha. Tinha muito juízo, muito boa alma e muitas boas intenções. Além disso, a velha criola era dotada de tal ronha, penetração e finura para negócios difíceis, como os de que vamos tratando, que faria inveja aos mais diplomatas. Lucinda, porém, diferia dos diplomatas em só empregar o seu talento a bem da paz e da propriedade da família de que fazia parte, e não em multiplicar dificuldades, alimentando espírito de discórdia (GUIMARÃES, s.d., v. 01, p. 27).

“Lucinda” era dedicada e cúmplice de “Adelaide”, “única pessoa que conhecia suas fraquezas, que ilhe podia valer em tão críticas e delicadas conjunturas” (GUIMARÃES, s.d., v. 01, p. 132). Sua convivência com a “sinhá Adelaide” retrata os laços afetivos construídos na casa-grande, materializados na relação entre a ama de leite e a menina branca, que “começava com o processo de dar de mamar no peito e prolongava-se durante a criação” até certa idade (QUINTAS, 2009, p. 13). Ao tratar da vida na casa-grande, é importante falar da ligação que fluía entre os escravos domésticos e os brancos, posto que ao compor os cenários que os envolvem na trama, o autor desvela as relações do seu tempo. Vale ressaltar que na

produção literária brasileira, encontramos outros romancistas trazendo personagens mucamas para seus romances, a exemplo de Machado de Assis com a “mucama Felicidade”⁴⁴, Joaquim Manoel de Macedo com “mucama Lucinda”⁴⁵, ambos semelhantemente a Bernardo Guimarães, que as representaram como conselheiras das filhas dos seus senhores e heroínas.

Ao caracterizar seus personagens – como o “Sr. Basílio”, “[...] um homem excêntrico, de difícil trato, quase incomunicável, que não dava ingresso em sua casa senão a raríssimas pessoas” –, o romancista retoma a discussão sobre os negócios da escravidão.

Seu tráfico de escravos também se fazia algum tanto à sorrelfa e com um certo mistério; mas os habitantes de São Paulo já o conheciam, e quando algum põe necessidade de dinheiro ou por qualquer outro motivo, desejava desfazer-se de alguns escravos, já sabia a que porta iria bater. Quando tinha reunido uma coleção suficiente, ele os comboiava para fora da capital, quase sempre em direção aos ricos municípios do norte da província e para a do Rio de Janeiro, onde os negociava vantajosamente com os opulentos fazendeiros cafezistas daquelas paragens (GUIMARÃES, s.d., v. 02, p. 125).

Comerciante de escravos na cidade de São Paulo, o “Sr. Basílio” “tinha particular ojeriza à classe acadêmica”. Ele “[...] e sua respeitável esposa viviam vida misteriosa e retraída; não saíam de casa senão aos domingos pela madrugada para ouvirem a missa na Sé”. O referido personagem era um “[...] marido bem embuçado [...]”, vestia sempre um “[...] comprido capote de gola em pé, que lhe tapava a cara até os olhos [...]”, enquanto sua esposa andava “[...] toda embiocada em sua mantilha [...]”. Fora disso, só se lhes enxergava às vezes a ponta do nariz por entre as rótulas, que apenas entreabriam momentaneamente para espiarem a rua” (GUIMARÃES, s.d., v. 02, p. 125-126).

As compras e vendas do “Sr. Basílio” aconteciam nas horas mortas, “de um dia para o outro o velho como toda a sua família, qual consistia em sua mulher e seu cambio de escravos, desaparecia da casa [...]” (GUIMARÃES, s.d., v. 02, p. 125). Assim, Bernardo Guimarães exemplifica como acontecia o tráfico de escravos entre a pauliceia e a província do Rio de Janeiro, nos permitindo pensar sobre as transações entre donos de escravos e vendedores.

Rosaura, a enjeitada constitui um romance histórico. Ao escolher as temáticas abordadas, o autor apresenta discursos sobre o sistema escravista, caracterizando elementos desta instituição e como ocorriam as suas práticas no Império. De acordo Chalhoub (2012, p. 34), “em uma visão panorâmica, o que se ressalta quanto ao século XIX no ocidente é a

⁴⁴ *História comum*, 1883.

⁴⁵ *As Vítimas-Algozes*, 1869.

abolição do tráfico de escravos e da própria instituição da escravidão”. Neste sentido, o século XIX, desde as discussões na Assembleia Constituinte até as leis abolicionistas, aparece como tempo de desmonte do sistema escravista e de busca pelo desenvolvimento da nação, que caminhava rumo ao progresso, por isso era necessário apartar-se da escravidão – considerada a questão-problema para a formação do país, “[...] fruto do sucesso de um sistema de colonização baseado no apresamento de africanos” (ALONSO, 2002, p. 213).

A base da mão de obra brasileira era composta pelos negros e “o regime escravista é entendido como um sistema que impediria o ‘progresso normal’ da atividade econômica” (ALONSO, 2002, p. 214). Naquele contexto, em que a base da economia era agrária, a escravidão representava um impedimento para a industrialização do país e era disseminadora de problemáticas sociais e morais, pois os africanos chegavam aqui no Brasil como máquinas para realização do trabalho de exploração.

Bernardo Guimarães não provou do silêncio, no que se refere à escravidão, em suas produções literárias, pois encontramos o “poeta da natureza”, como assim o chamou Antônio Candido (2000), escrevendo sobre a temática na obra *A escrava Isaura* – que tem como protagonista “Isaura”, que, diferentemente, de “Rosaura”, não era apenas visivelmente branca, mas tornou-se branca intelectualmente. Criada por uma família de posses, foi educada e adquiriu habilidades como tocar piano, dançar e tinha aula de música. Sobre este romance, Alves (2008) destaca:

Somos levados a 1840, ano em que uma escrava aparentemente branca, deslumbrante de beleza, de nome Isaura lutava contra os desejos libidinosos de seu algoz. Escrito em plena campanha pela abolição da escravatura, o romance nascia com a pretensão de sensibilizar o público com o drama de Isaura, que tanto sonhava em receber a liberdade (ALVES, 2008, p. 2).

Em ambos os romances, *Rosaura, a enjeitada* e *A escrava Isaura*, os fatos históricos parecem visivelmente caros, pois, ao construir suas narrativas, o literato parece levar o leitor ao tempo representado em sua escrita. Deste modo, queremos aqui pensar esse autor e sua formação na Academia paulista, lugar que possibilitava empreender ideias sobre as leis que tratavam da escravidão e era palco das produções dos bacharéis que versavam sobre uma diversidade de temas sociais e jurídicos. Dentro deste processo, Bernardo Guimarães se apropriou dos pensamentos que sua formação lhe imbuíra sobre a legislação, constituindo, assim, seu repertório e disseminando suas ideias políticas e jurídicas. Neste sentido, Mesquita (2015) destaca que “[...] tanto as presenças quanto as ausências referentes ao escravismo e à educação nas composições acadêmicas revelam a formação recebida na Academia de Direito

de São Paulo, no século XIX” (MESQUITA, 2015, p. 95). Assim, consideramos que a obra *Rosaura, a enjeitada* é um registro das experiências, políticas e jurídicas, do autor na Academia de Direito de São Paulo.

Entendemos que a composição da narrativa faz parte dos arcabouços teóricos apreendidos e constituídos pelo autor durante a sua formação, visto que o “entrelaçamento entre vida política e intelectual era tão forte, que era quase impossível ascender ao parlamento sem ter escrito antes uns poemas, as faculdades de direito davam, sobretudo o treino retórico e a erudição em história e literatura” (ALONSO, 2002, p. 112). O literato ocupa esse lugar, uma vez que “não raras vezes ficamos com a nítida sensação de que o escritor está engajado plenamente no estabelecimento de uma memória nacional e que, neste caso, história é parte integrante e insubstituível de um impedimento político” (FARIA FILHO, 2006b, p. 147). Deste modo, vem à tona o questionamento: Bernardo Guimarães, ao tratar da escravidão e das formas como ocorria, registrou pensamentos que percorriam sua formação acadêmica acerca do direito civil?

3.2 “Direito civil é um problema eterno e insolúvel”

Que bonito-exclamou a preta, deitado olhos curiosos para fora janela. - se sinhazinha pudesse ver como está bonita a noite!...está tudo tão sossegado!...o céu tão limpo!... Meu deus que noite tão clara, tão serena e tão cheirosa!... e esta cantiga?... não esta ouvindo sinhazinha?... é um céu aberto tudo isso quer dizer fortuna para a menina que nasceu. (GUIMARÃES, s.d., v. 01, p. 134).

É apreciando a descrição da cena sobre a beleza da noite do nascimento de “Rosaura” que queremos elucidar sobre os desígnios do seu destino. Na narrativa, temos visto o questionamento de sua mãe “Adelaide” à “Lucinda”: “Pode ser feliz quem nasce nestas circunstâncias, e nunca talvez terá de conhecer pai nem mãe? Pobrezinha! - suspirou a moça, apertando ao seio a criancinha e banhando-a de lágrimas”. (GUIMARÃES, s.d., v. 01, p. 134). As palavras da personagem nos conduzem a entender os enigmas que cercavam o nascimento da “linda menina, que no mistério de uma noite plácida e silenciosa vinha respirar a aura da vida debaixo de tão tristes auspícios” (GUIMARÃES, s.d., v. 01, p. 133).

No emaranhado de histórias contidas em volta de “Rosaura”, Bernardo Guimarães transmitiu sua concepção escolástica de direito civil, além dos princípios apreendidos sobre a liberdade. Assim, o autor tematizou a escravidão e o direito civil e, para além disso, encontrou, neste veículo de comunicação, a oportunidade de transmitir os pressupostos sobre

os princípios de propriedade. Dentro daquele período, “segundo o pensamento liberal, os direitos civis existem como forma de defesa do indivíduo contra o poder coercitivo do estado” (ADORNO, 1988, p. 197).

Certamente, isso explica muitos elementos, identificados na obra, que são interligados ao conteúdo da formação acadêmica e aos pensamentos que percorriam as salas de aulas e arcadas, infiltrados em *Rosaura, a enjeitada*, dentre os quais, o conteúdo da cadeira de direito civil que era ensinado. Adorno identificou que no ensino jurídico da cadeira em direito civil as aulas limitavam-se “ao comentário das leis [...]” (ADORNO, 1988, p. 101). Temos partido do entendimento de que o direito civil, no Império brasileiro, estava proposto para reger relações familiares, patrimoniais e obrigacionais que se constituem pelos sujeitos ditos como membros da sociedade. Tratava-se de um grupo de leis, conjunto de normas e princípios que regulamentam os indivíduos, sua vida, família e o patrimônio.

Ao descrever o drama da menina “que nasceu livre [...]” (GUIMARÃES, s.d, v. 02, p. 24), “Conrado”, seu pai, na tentativa de salvá-la da condição de escrava, declara: “Rosaura é minha filha, e como pai tenho direito de reclamá-la. Se nem assim quiser cedê-la, lhe direi que nasceu de mãe livre, o que tratarei de provar perante os tribunais ainda que para isso seja preciso perder tudo quanto possuo” (GUIMARÃES, s.d, v. 2, p. 42). O autor buscou introduzir na obra diálogos que fazem referência ao direito civil do século XIX. No Brasil, após a independência de Portugal, em 1822, a lei que regia o direito civil era a Constituição Política do Império, de 25 de março de 1824. A vida dos escravos era ordenada pelas normas infraconstitucionais, reguladas pela legislação civil. Ao tratar desta temática, o literato narrou o episódio em que, por ocasião do destino, a menina foi batizada como escrava na capela de Santa Ifigênia, e na pia batismal recebeu o nome de “Rosaura”. Vejamos o diálogo entre “Nhá Tuca” e “Conrado”:

- Diga, diga tudo, senhora! – instou Conrado. – É preciso que não oculte nada descargo de sua consciência e para se poder remediar o mal que fez.
 - É eu fiz batizar a enjeitada como filha da escrava e fiz constar que a enjeitada é que tinha morrido.
 - E que nome deu à menina?
 - Rosaura.
 - E depois vendeu-a, não é assim?
 - É verdade, meu senhor.
 - E a quem vendeu-a?
 - A um senhor Basílio, morador na rua do Tabatingueira.
- (GUIMARÃES, s.d., v. 02, p. 63).

“Rosaura” foi batizada ainda criança, pois era recomendado o sacramento para recém-nascidos. A Igreja pregava que, caso houvesse óbito, a criança já teria sido consagrada pelos atos religiosos. Acreditamos que era uma forma de o catolicismo angariar fiéis e manter-se como uma única religião, e ainda oficial. O batismo, sacramento responsável pela purificação do pecado, consagração dada pela Igreja Católica, era a de certidão de nascimento. Neste sentido, “para os proprietários de escravos, o registro de batismo de criança desempenhava, entre outros, a função de definir e deixar em prova a posse do menor” (VASCONCELLOS, 2006, p. 153). Certamente, ao batizar “Rosaura”, a velha buscou afirmar seu direito de propriedade sobre ela. Além destes significados, o batismo oficializava a relação com a Igreja por meio dos sacramentos.

A continuidade da união entre a Igreja e o Estado Imperial e o reconhecimento do catolicismo como religião oficial dispensariam por quase todo o século a adoção do registro civil como forma de identificação legal do brasileiro e, dessa maneira, manteve-se a prática de livros eclesiásticos que, desde o período colonial serviam como documentos oficiais relacionando: nascimentos, casamentos e óbitos, tanto das pessoas livres, quanto de cativos. Desta forma desobrigava o Estado de legislar para um grupo indesejável. Assim verificamos que a Igreja Católica [...] estabeleceu o controle sobre a vida de escravos, de forros e de livres. A Igreja queria adquirir mais membros para comungar os seus princípios religiosos e via nos africanos ou nos crioulos novos membros da cultura cristã (NASCIMENTO; DAMASCENO; BERNARDO, 2012, p. 4).

O registro de batismo era o documento oficial e ficava junto às cartas de alforria. Buscamos entender a relação entre a Igreja, como ofertório do sacramento, e o Estado, como legitimador das leis, com o fito de problematizar a respeito da intervenção do catolicismo na sociedade imperial. Neste sentido, Alonso (2002) asseverou que “o catolicismo era também religião de Estado. A separação entre as esferas pública e religiosa não se fizera, de modo que as instituições políticas não eram laicas. A Igreja dava auxílio vital ao Estado no controle social, especialmente onde braços estatais eram curtos” (ALONSO, 2002, p. 64). À Igreja Católica cabia a organização social das populações, junto ao Estado, ou seja, “era o braço avançado do Estado na sociedade” (ALONSO, 2002, p. 112).

Ainda sobre o catolicismo e a prática do batismo no Brasil imperial, Chalhoub (2011) alerta que na sociedade escravocrata ocorria a prática de batizar pessoas livres como seus escravos, exemplificada no episódio em que “Nhá Tuca” batizou “Rosaura”, mesmo sabendo da sua real origem genealógica, aproveitando-se do “fato de ter nascido uma criança escrava, no mesmo dia e na mesma casa em que morria uma enjeitada [...]” (GUIMARÃES, s.d, v. 02,

p. 52)”. Deste modo, Bernardo Guimarães, ao trabalhar em sua literatura com histórias de personagem presos ao sistema escravista, demonstra interesse aos destinos da população escrava.

“Rosaura” não era “filha da senzala”, porém, era necessário provar sua origem para libertar-se das sentenças do escravismo, que legitimava a ideia de que o ventre de escravo é escravo. Chalhoub (2011) também chamou de “o princípio de que o parto segue o ventre significa que a condição legal da criança segue o ventre da mãe” (CHALHOUB, 2011, p. 152). Bernardo Guimarães, ao discorrer sobre esta temática, fez referência aos costumes introduzidos na legislação portuguesa, sobre “o princípio regulador [...] *partus sequitur ventrem* [...] Por forma que o filho da escrava nasce escravo pouco importando que o pai seja livre ou escravo” (MALHEIROS, 1866, p. 56, grifo do autor). Assim, as relações escravocratas, no Brasil, baseavam-se neste regulamento.

Na obra, encontramos o autor discutindo este tema na voz do personagem “Morais”, quando, ao defender o seu direito de propriedade sobre sua escrava, afirmou a “Conrado”: “Quanto ao pai pouco nos importa saber quem [...] êle foi, porque como V.S.^a de certo não ignora **partus sequitur ventrem**, a cria segue a condição da mãe” (GUIMARÃES, s.d., v. 02, p. 51). Ou seja, não importava quem era o pai da menina, era necessário provar que sua mãe era uma mulher livre de nascimento, “a maternidade é o que importa neste caso, e enquanto V.S.^a não provar que ‘Rosaura’ é filha de mãe livre [...]” (GUIMARÃES, s.d., v. 02, p. 97) ela continuaria na condição de cativa. Este princípio antecedeu o contexto histórico da aprovação da Lei do Ventre Livre, no ano 1871, que tratava de dar liberdade aos filhos livres de mulheres escravas. Junto a este fato, acreditamos ser sua obra uma ação carregada de pensamento social, que ele buscou expressar, para problematizar questões de sua época, interferindo assim nas ideias sociais e nas preocupações que o cercavam.

É no cenário desta discussão em torno do direito civil, legitimado pela Constituição do Império no Art. 179, que versava sobre “a inviolabilidade dos direitos civis e políticos dos cidadãos brasileiros, e tinha por base a liberdade, a segurança individual e a propriedade garantida [...]” (BRASIL, 1824, n.p.), que o romancista situa a trama e o processo de liberdade da escrava. “Conrado”, depois de saber que “Adelaide” “tinha sua filha em casa [...] como escrava, como propriedade, como um móvel, [...] (GUIMARÃES, s.d, v. 02 p. 26)”, buscou empreender formas de libertá-la.

Oh meu Deus! Meu Deus! [...] exclamou [...] êle, [...] minha filha escrava, escrava!... e por fim vendida à sua própria mãe!... ah maldito major! Tu só és

responsável, perante Deus e por tudo e a humanidade, de tão estranha desventura! Fôste [...] tu, e mais ninguém, que reduziste tua neta à condição de escrava. Mas [...] Eu juro por Deus e por tudo quanto há de sagrado: minha filha, a filha e Adelaide, em que poucos dias será reconhecida livre, como nasceram, e não como liberta, custe o que custar, dinheiro lágrimas, sangue mesmo, se [...] fôr preciso! Lucinda, tu vês, Deus nos favorece, e tu tens sido em tudo um instrumento da providência (GUIMARÃES, s.d, v. 02, p. 41).

Na fala do personagem temos uma discussão em torno das condições para a libertação de escravos, perante as leis vigentes. A narrativa demonstra que o fato de “Rosaura” porventura conseguir a liberdade não a tiraria da condição de escrava liberta, esta seria, então, a questão central para que “Rosaura seja livre, por nascimento, como filha de mulher livre, merece ser livre [...]” (GUIMARÃES, s.d, v. 02, p. 3) e seja restituída ao seu lugar social de nascida livre. Com este desejo, “Conrado” empreendeu modos de libertar “Rosaura” por meios religiosos, junto à Igreja Católica; ao saber que “Nhá Tuca” estava às portas da morte, procurou a Igreja onde:

Estava hospedado um Frade Carmelita, por nome Frei João de Santa Clara, distinto por suas virtudes e seu grande saber. Pregador exímio e teólogo profundo, este não tinha passado seus vegetando em piedoso ócio e pisando mansamente os santos ladrilhos com o breviário na mão à sombra severa abobas no claustro. Tinha percorrido quase todas as províncias do Brasil missionado, já entre populações civilizadas já entre aldeias de indígenas em serviço da catequese. Era também por vezes encarregado, pelo geral da ordem, de árduas e importantes comissões, e era em virtude de uma destas que se achava em S. Paulo (GUIMARÃES, s.d, v. 02, p. 66).

“Frei João”, sacerdote que vivia a serviço da Igreja Católica, personagem a quem Bernardo Guimarães dedicou o capítulo XII, do segundo volume da obra, para sua apresentação. Foi o sacerdote que “Conrado” levou até a cabana onde vivia a velha “Nhá Tuca”, para ouvir sua confissão junto a duas testemunhas. Após recolhido o relato, esse foi colocado em um documento registrado pela presença da Igreja, que “funcionava como um departamento administrativo” (HOLANDA, 2013, p. 118). Esse traria a possibilidade de restituir o lugar social de “Rosaura” e revelar sua verdadeira origem genealógica, deste modo a Igreja auxiliava nas relações entre Estado e sociedade. “A religião do Estado era veículo de controle social” (ALONSO, 2002, p. 64).

Mediante análise da narrativa, a Igreja Católica era, então, a única forma que “Conrado” teria para retirá-la das garras da escravidão. Assim sendo, o pai de “Rosaura” afirmou a “Nhá Tuca” que traria o Padre, sendo “absoluta necessidade que a senhora repita

diante das testemunhas a confissão para conseguir a liberdade da menina, que ela, mediante o sacramento na pia batismal, condenou à escravidão [...]” (GUIMARÃES, s.d., v. 02, p. 64). Pois a confissão registrada junto à Igreja daria à escrava não apenas a condição de liberta, mas de livre de nascimento, motivo que levou “Conrado” a enfrentar a família proprietária da escrava, exclamando: “Entregue essa menina sobre a qual tenho direito sagrado (GUIMARÃES, s.d., v. 02, p. 97)”. Esse direito é dado por meio do documento que o “Frei João” se refere no excerto abaixo:

O meu amigo possui um documento incontestável, que há pouco acabamos de ouvir ler, e que jamais, quer em juízo como fora dele, poderá ser infirmado. Além disso, alega um direito sagrado: a paternidade; o Sr. Conrado é pai de Rosaura. Por fim, oferece-se para indenizá-los do valor por que compraram a menina, e está pronto a dar mais ainda, se o exigirem. Por cúmulo de generosidade o meu amigo quer evitar os meios judiciais para arredar um escândalo, cujo peso tem de recair todo sobre quem o quer provocar. A justiça, a humanidade, a religião e a honra exigem que vossas senhorias entreguem a menina ao Sr. Conrado, restitua a filha a seu pai (GUIMARÃES, s.d., v. 02, p. 100).

Diante das palavras do sacerdote, o documento apresentado aos senhores de “Rosaura” tinha respaldo religioso, jurídico e moral, assim representando a Igreja, o Estado e a sociedade, respectivamente. “Conrado”, sob esta circunstância, dizia: “creio que neste negócio poderei prescindir dos meios judiciais [...]” (GUIMARÃES, s.d., v. 02, p. 98). O posicionamento do personagem, perante a não aceitação da libertação da escrava, nos traz a confirmação de que o documento estava respaldado não apenas no catolicismo, mas também juridicamente, deste modo, encontramos mais uma vez a relação entre Estado e Igreja. Vale ressaltar que tratar de dar liberdade ao escravo não seria uma questão harmoniosa, uma vez que “um dos pilares da política de controle social da escravidão era o fato de que o ato de alforriar se constituía numa prerrogativa exclusiva dos senhores” (CHALHOUB, 2011, p. 122). Ainda para Chalhoub (2011):

Discutir a liberdade de escravos significava interferir no palco liberal da defesa da propriedade privada e, além disso, era a própria organização das relações de trabalho que parecia estar em jogo, ou seja, o assunto era delicado porque nele cintilava o perigo de desavenças ou rachas mais sérios no interior da própria classe proprietária e governantes (CHALHOUB, 2011, p. 121).

Libertar escravos seria transgredir o sistema escravocrata brasileiro, visto que a escravidão era responsável pelo desenvolvimento da economia do país e os escravos eram

propriedades valiosas. Além disso, a libertação de escravos poderia enfraquecer o domínio senhorial, coberto pela legislação vigente. Existia uma dualidade dentro do sistema escravista acerca da libertação de escravos, posto que quem legitimava a condição de escravo era, também, quem libertava. Assim, o poder legislativo decidia “os limites ao direito à propriedade privada”, determinando “em quais casos isso se daria” (CHALHOUB, 2011, p. 131).

Assim, o romancista, em *Rosaura, a enjeitada*, nos permite perceber quais ideias poderiam povoar os debates jurídicos no Brasil imperial, considerando que as leis não ignoravam as estruturas escravistas da sociedade brasileira. Foi naquele ambiente de desejos de libertação de “Rosaura” e da presença das determinações jurídicas que Bernardo Guimarães situou sua narrativa, discorrendo sobre a problemática do direito civil, uma vez que na obra localizamos fatos que nos permitem pensar a temática quanto à questão central para a liberdade da escrava. Nas primeiras páginas da obra encontramos o diálogo entre os estudantes de S. Paulo, “Aurélio” e “Belmiro”:

- Que fazes aí, Aurélio, que estás a bocejar como quem está a morrer de sono? ... Quando todos aqui estão a tagarelar como um bando de maritacas, ficas amuado a um canto, tu que de ordinários a garrulice em pessoa?
- Na verdade, Aurélio!... Estás tão calado, que até já me esquecia de que estás aí. Anda lá chupa mais um cálice de cognac, e diverte-nos com algumas de tuas costumadas asneiras.
- Asneiras!... cala-te daí Belmiro... só peço que não se embaracem comigo; conversem e deixe-me em paz.
- Já está bêbado, decerto, nesse caso vai-te deitar.
- Bêbado eu!... oh quem dera!... estou meditando, e neste momento procuro resolver um dos mais graves e árduos problema que se têm suscitado ante o espírito humano...
- Oh! Oh! um problema de geometria, ou de álgebra?...
- Nada disso; um espírito sério não se ocupa com frivolidades.
- A quadratura do círculo?
- Não; coisa melhor, ou pior ainda.
- Aposto que não é de direito civil.
- Por certo o direito civil é um **problema eterno e insolúvel** (GUIMARÃES, s.d., v. 01, p. 1, grifo do autor).

Bernardo Guimarães iniciou sua trama tratando do direito civil enquanto “problema eterno e insolúvel”, “de cuja solução me ocupo, é dos males momentoso e grave, o mais cheio de corolários importantes, que se pode suscitar na presente fase de nossa vida escolástica.” (GUIMARÃES, s.d., v. 01, p. 3). Olhando para esse episódio, nasce a seguinte inquietação: para o autor, o direito civil seria a problemática central da escravidão brasileira? Como dito anteriormente, acreditamos na possibilidade de que o romance condensa as memórias das

vivências durante os anos de Academia. Sendo assim, desde as reuniões aos diálogos, bem como suas discussões acerca do direito, o autor mobiliza repertórios da cultura jurídica, disseminando ideias nas redes em que estava envolvido. Identificamos, na narrativa, argumentos, termos e conceitos que fazem referência a estas ideias jurídicas.

Neste sentido, a fala de “Carlos”, em conversa com “Frederico”, ambos estudantes da Academia paulista, transparece o sentimento de repúdio à sociedade, à legislação e ao governo por legitimar e fomentar “tão vergonhoso e execrando tráfico”, referindo-se ao tráfico de escravos, representado como “infecto e lodacento abismo da escravidão”. Além disso, critica a formatação da lei por não conceder o direito à “Rosaura” de livrar-se da herança da escravidão, mesmo depois de liberta pelo casamento.

Ah! maldita sociedade! maldita lei! povo e governo mil vezes maldito, que tolera e fomenta tão vergonhoso e execrando tráfico! Oh! se eu fora rico, iria por essas estradas, acompanhado de uma escolta de bons capangas, no encalce do ladrão, havia de descobrir-lhe a pista, e, por vontade ou por força, o infame havia de largar mão da presa. Ah! pobreza! pobreza!... Tu resumes em ti todos os infortúnios... Pobre menina! lírio cândido e sem mancha atirado no infecto e lodacento abismo da escravidão! [...] (GUIMARÃES, s.d, v. 02, p. 129).

Mediante tal excerto, para o personagem “Carlos”, o direito estudado e praticado não tinha validade, posto que as leis versavam contra a sua vontade de ter para si sua amada, a quem a “maldita” lei colocava na condição de cativa. Tais pensamentos estiveram presentes na academia, uma vez que as culturas jurídica e política foram parte importante para a vida nacional. Os elementos identificados na obra são interligados aos conteúdos adquiridos em sua formação, e os pensamentos que percorriam as salas de aulas e arcadas, infiltrados em *Rosaura, a enjeitada*, entre esses o conteúdo da cadeira de direito civil que era ensinado. Adorno identificou que no ensino jurídico da cadeira em direito civil, as aulas limitavam-se “ao comentário das leis [...]” (ADORNO, 1988, p. 101).

Mesquita (2015), em seus estudos sobre a Academia de Direito de São Paulo, ao analisar as teses defendidas pelos bacharéis, alerta que “a formação jurídica estava atrelada ao poder imperial, pois cabe a este regulamentar o currículo, bem como a escolha dos compêndios para serem usados pelos estudantes” (MESQUITA, 2015, p. 87), ou seja, a formação dos cursos juristas no Império estava atrelada ao Estado. Deste modo, as leis estudadas pelos acadêmicos eram parte de uma cultura jurídica brasileira.

A composição da cultura jurídica gerava, também, certa insatisfação, que pode ser compreendida a partir de “Carlos”, quando questionava as leis, os livros estudados e os

códigos, condenando-os “como pura irrisão aos direitos da humanidade, que a sociedade pesa em uma balança corrupta.” (GUIMARÃES, s.d., v. 02, p. 131). O estudante faz referência às ciências jurídicas e suas composições que tratavam sobre o direito civil, cogitando abandonar os estudos na Academia, afirmando que: “Em novembro irei, pela última vez, a casa de meu correspondente para ir-me embora” (GUIMARÃES, s.d., v. 02, p. 130). “Carlos” nos faz pensar nas insatisfações dos estudantes em relação à formatação da Academia, ou seja, a estrutura acadêmica que estava atrelada às leis, uma vez que

É comum encontrar nas leituras das memórias desagrado dos estudantes com a metodologia utilizada pelos lentes ao lecionar. Porém, notamos que as lições eram feitas por meio de memorização e também da oralidade. Logo, essas virtudes consistiam como essenciais para quem desejasse seguir carreira jurídica ou mesmo carreira política. As sabatinas eram constantes nas aulas e auxiliavam no processo de ensino-aprendizagem desse estudante de direito. As sabatinas eram feitas de diversas formas: entre alunos ou do lente para o aluno (SANTOS, 2015, p. 62-63).

Pela análise das memórias, também encontramos traços do conhecimento adquirido pelos alunos, a partir dos relatos sobre os exercícios de retórica, das sabatinas, que eram parte das atividades, nas quais os estudantes teriam que fazer simulações das ações, utilizando os conteúdos da legislação brasileira. Na obra *Rosaura, a enjeitada*, temos identificado os acadêmicos se referindo à “vida escolástica” de forma descontente, exemplificada, também, na voz do personagem “Morais”, quando disse: “adeus Academia, adeus enfadonhos e empoados livros de direito!” (GUIMARÃES, s.d., v. 02, p. 55). Ainda sobre as particularidades da formação acadêmica dos estudantes, Mesquita (2015) destaca:

O conhecimento dos juristas brasileiros do século XIX pode ser também compreendido pelos saberes de retórica que culminavam na obtenção de grau de doutor. O controle pedagógico, entendido como avaliação dos argumentos mobilizados pela defesa, na construção de teses e dissertações revelou que não se poderia ir contra a codificação das leis e a conduta das doutrinas das jurídicas (MESQUITA, 2015, p. 95).

Supomos que esta condição, dentro da formação acadêmica, era um dos fatores que influenciavam os questionamentos de “Carlos” sobre as leis que embasavam seus estudos, e, por fim, na ideia de desistir da formação jurídica, uma vez que na faculdade os estudantes teriam que aprender os saberes impostos pela academia, e precisavam apropriar-se dos conteúdos, para, no final do curso, defender uma tese e receber o grau de doutor. Para tanto, era necessário treino retórico e embasamento teórico das leis. Assim, “as seções de defesa de

teses constituíam-se como exercício de retórica e de construção do conhecimento jurídico, pois o bacharel deveria defender seu posicionamento acerca do tema escolhido previamente pela congregação” (SANTOS, 2015, p. 60). Identificamos, nas memórias, traços da organização da cultura jurídica brasileira e estruturação curricular das academias, além de relatos da formação recebida pelos acadêmicos. Acreditamos que, no Brasil, discutir sobre o ensino de ciências jurídicas é falar sobre a história da cultura jurídica.

Sobre a criação dos cursos jurídicos nos quais esses estudantes estavam matriculados, Mota (2006, p. 135) ressalta que “a questão crucial daquele momento era formar elites para manter em funcionamento o novo Estado, e não propriamente para articular e mobilizar a sociedade civil”. O objetivo da formação não estava atrelado ao sentido de mediar estas espécies de conflitos. Acreditamos que as indagações de “Carlos” estiveram associadas a esta ideia, uma sociedade regida pelo Estado e suas leis, porém, os desejos deste jovem eram impedidos pela formatação jurídica das leis que ele estudava na Academia de Direito. Mota (2006, p. 143) segue afirmando que “a criação dos cursos jurídicos se confunde com a formação do estado nacional”. É importante entender como esses conflitos sociais apresentavam-se perante as ideias de desenvolvimento da nação.

Em meio às paixões que cercavam o universo do romance, e envolvem “Rosaura”, Bernardo Guimarães narrou a história do amor impossível vivido por seus pais, “Adelaide” e “Conrado”, ambos de famílias distintas. Os mancebos vivenciaram os dramas de uma paixão, no cenário social de um país ainda preso ao patriarcalismo e às imposições das classes dominantes. No desenrolar das intrigas familiares e amorosas, o autor fez uma descrição sobre as relações sociais no Império. Neste enredo, envolvendo os dois apaixonados, o romancista deixou evidências da mobilização de discursos de cultura jurídica em sua narrativa. Vejamos a conversa entre o “Major” e “Conrado”:

- Perdão, senhor Major; há de escutar-me ainda por alguns instantes - disse firmemente. Conrado, colocando-se em frente do Major, que se levantava como querendo retirar-se. Visto que sabe que há lei e justiça no país, não deve ignorar também que sua filha já completou dezessete anos e o que o código disponha a esse respeito.

- Ah! - Disse o Major, recuando um passo e cruzando os braços. Não sabia que estava tão adiantado a respeito de idade e do que diz a lei! É isso que lhe dá tamanha audácia! Está enganado!... Em primeiro lugar, não quero que minha filha tenha ainda dezessete anos; e depois, vamos que tenha; quer tirá-la por justiça?

-Sem dúvida, já que não tenho outro recurso e estou no meu direito (GUIMARÃES, s.d., v. 01, p. 125).

Por mais de uma vez, na obra, o autor tratou das composições jurídicas, ao elaborar a fala dos personagens, que se reportam ao direito, na discussão sobre as leis imperiais. O “enamorado”, “Conrado”, induzido pelo sentimento, questiona o que diz a lei sobre a idade da sua amada e os crimes contra a segurança da sua honra, fazendo referência às disposições do *Código Criminal do Império do Brasil*, no Art. 224, que assegura ser crime “seduzir mulher honesta, menor de dezessete anos, e ter com ela copula carnal” (BRASIL, 1830, n.p.).

Segundo o artigo 219, era considerada transgressão “deflorar mulher virgem, menor de dezessete anos”, com imposição de pena ao indivíduo que praticasse tal ato (BRASIL, 1830, n.p.). Foi, portanto, respaldado pela lei que o “moço apaixonado” declarou que sua “amada” já completara 17 anos, apropriando-se da justiça para enfrentar seu pai, na cena descrita pelo narrador:

-Pois bem!- disse o major dando dois largos passos para um lado e empunhado duas pistolas, que estavam sobre a mesa. Sobressaltado com este movimento, Conrado levou a mão ao seio e apertou o cabo de uma faca, que trazia presa á cava do colete.

- Pois bem! - continuou o Major, com a voz trêmula e sinistra. - vá; traga os seus agentes da justiça para tirar-me a filha, em vez dela, hão de levar-me a mim salvo se quiserem levar o cadáver (GUIMARÃES, s.d, v. 01, p. 125).

A forma como o autor narrou os dramas dos personagens foi também uma estratégia para tratar de assuntos que percorriam a tradição imperial. As disputas familiares e amorosas são carregadas de um significado social, apresentadas na obra como fatores de desordem na sociedade oitocentista. As expressões do direito aparecem como configurações sociais e jurídicas, utilizadas pelo autor não apenas como uma mera ilustração, certamente existia uma intencionalidade de divulgar os conteúdos das leis no Brasil.

Na trama, em volta da personagem “Rosaura”, o autor mobilizou repertórios da cultura jurídica que se constituíam nos meios intelectuais da Academia de Direito paulista, nos oitocentos. Ao tratar do direito civil e da escravidão, o poeta certamente não provou do silêncio, à medida que, pelas páginas do romance, nos levou ao passeio pelas arcadas e salas de aula, descrevendo este lugar de educação como um espaço de formação do pensamento jurídico, político e social. Ouvir o literato, a partir do seu escrito, possibilitou compreender o contexto social do Brasil escravocrata e as composições jurídicas do país.

Quando o romancista selecionou ferramentas para tratar de dramas amorosos e familiares, envolvendo negros, mestiços, mulatos e brancos, parece-nos trazer um ensaio sobre a abolição, aqui considerado como uma estratégia para despertar, em seus leitores, o

interesse por estes dilemas sociais. Bernardo Guimarães, ao trabalhar em sua literatura com personagens escravos, não narrava apenas histórias de vida, mas buscava deixar um testemunho de seu pensamento sobre o destino da população escrava. Deste modo, entendemos a obra como palco de um discurso político e jurídico, considerando o momento em que intelectuais de diversas áreas buscavam formular concepções que construíssem um imaginário social brasileiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conrado havia notado que, a despeito da imensa alegria que ela sentia por ter, por assim dizer, nascido de novo em um mundo estranho, por ter sido arrancada, pela mão benéfica da providencia, do inferno da escravidão para um céu de venturas, ao lado da liberdade. (GUIMARÃES, s.d., v. 02, p. 139).

Nos ares da pauliceia, do Império brasileiro, despontou *Rosaura, a enjeitada*, o repertório de Bernardo Guimarães. Nas páginas amareladas do romance, o autor traz vestígios da sua experiência educacional que resistem à ação do tempo e configuram o testemunho de sua formação, memórias eternizadas em papéis que imprimem, também, a visão do autor. Olhando as marcas já envelhecidas do romance analisado, foi gestada esta pesquisa.

Lidar com este tipo fonte é, certamente, um desafio e um ganho intelectual, uma vez que ao tomar uma ficção para análise apreendemos o ofício de enxergar além do que está posto. A literatura expressa aspectos do mundo real, e dispõe papel importante na relação com a sociedade, uma vez que a obra é cunhada a partir da experimentação social de quem a escreveu. Foi este seguimento que tomamos ao tecer a narrativa.

Este trabalho teve como foco basilar compreender como Bernardo Guimarães abordou a temática social, especificamente a escravidão e o direito civil, em *Rosaura, a enjeitada*. Para a construção da narrativa histórica foi necessário despir a obra, encarando-a como um documento e uma obra de arte. O trabalho com essa fonte foi permeado de diálogos com o conceito de repertório, a partir de Alonso (2002) e Faria Filho (2017). Ao longo do percurso garimpamos fontes, seguimos rastros e compomos este texto – uma trama, fruto da análise de um romance, contemplando facetas do seu autor e os temas sociais presentes nos seus escritos.

Na elaboração destas considerações, retomamos os capítulos, questões e objetivos que nos movimentaram no caminhar da pesquisa, colhendo elementos para ensaiar uma conclusão. Os primeiros passos foram dados enquanto perseguíamos a necessidade de entender como Bernardo Guimarães apresentava-se na obra, investigando que facetas encontraríamos, até conhecer as marcas das vivências de um jurista, além das memórias de estudante de direito, descrevendo o cotidiano da Academia de Direito de São Paulo. Assim, conhecemos a formação acadêmica do romancista, que ocupou parte da sua vida em escrever romances e narrar dilemas amorosos e sociais da vida oitocentista. Bernardo Guimarães teve sua trajetória de literato marcada como um escritor comprometido com romances, contos e poesias sobre a

vida no interior do país. Boêmio, tem sua vida literária marcada pelo realismo e ocupa lugar de destaque no quadro da ficção brasileira.

O drama de quem vivia presa às amarras da escravidão também foi nosso objeto de reflexão e nos mobilizou na identificação e análise das referências feitas à temática da escravidão e do direito civil na obra. Apontando a relação com a vida escolástica de Bernardo Guimarães, construímos uma narrativa que relata como *Rosaura, a enjeitada* concede-nos particularidades que são interpretadas através dos personagens e permitiu-nos entender e desenvolver esta pesquisa. Neste sentido, a ficção nos forneceu um texto que trouxe possibilidades de acessarmos um lugar e um tempo, vividos pelo autor.

Bernardo Guimarães, guiado pela memória, constituiu a obra que foi escrita no contexto do Brasil imperial e escravocrata, e registrou a vida na pauliceia e o cotidiano da Faculdade de Direito de São Paulo. Além disso, trouxe, também, relatos da realidade vivida por ele e seus companheiros no processo de formação acadêmica no interior da instituição e nas arcadas, espaço no qual fervilhavam produções e os estudantes usufruíam da prática de escrita, quando demonstravam certa preocupação em torno dos problemas de ordem nacional, como a escravidão. Essas discussões eram inerentes à formação dos estudantes e evidenciavam a visão que a academia permitia que fosse construída nos bacharéis.

O literato soube utilizar o impresso para eternizar seus ideários, usou do artifício da escrava nascida livre para tratar da escravidão e do direito civil, mostrando como a personagem “Rosaura”, vítima do sistema escravista, poderia ser restituída ao lugar de livre, das mazelas da escravidão que sofrera desde o nascimento, das disparidades sociais e raciais daquela instituição. O autor demonstrou como poderia ocorrer o processo de luta para a restituição de liberdade da menina, dentro das normas e princípios de libertação e do direito à propriedade, regido pela legislação vigente da época. Além disso, evidenciou, também, o papel de mediador da Igreja, na relação Estado e sociedade, sobretudo ao trazer uma escrava de tez branca, que para ele não condizia com o lugar servil. Assim, identificamos um discurso sutil sobre a necessidade do branqueamento do negro.

Bernardo Guimarães, na trama, apoderou-se de assuntos que eram do seu interesse para trazer seu posicionamento, expresso através da sua experiência estudantil e aprendizado jurídico, expondo suas posições sobre a escravidão e o direito civil ao se apresentar na obra. Ações como essas, registradas no romance, demonstram a intenção do autor em evidenciar sua visão sobre as legislações imperiais e sobre o poder senhorial regulamentado no princípio de direito da propriedade privada. Expressou, assim, a ideia de coisificação do escravo (propriedade, um bem material, um instrumento de trabalho com valor mercadológico).

O Brasil – e sua diversidade racial – foi interpretado em *Rosaura, a enjeitada*, à medida que Bernardo Guimarães deixou, na obra, não apenas as formas de viver de uma sociedade imperial e seus modos de apreensão do cotidiano familiar e social, mas contemplou, também, os dilemas que essa sociedade vivera, às margens da política de dominação naquele cenário social. Assim, identificamos o negro, o branco, o pardo e o mestiço interpretando personagens desta ficção literária e representando a heterogeneidade de etnias espalhada no país. A partir da análise, foi possível apreender ideários que precisavam ser construídos no processo de formação do autor sobre o lugar social do indivíduo nos oitocentos. Neste sentido, foi de suma importância, neste trabalho, entender as matrizes do pensamento social sobre as questões raciais no Brasil Império.

O romancista, através do seu pensamento social, interpretou o país como nação estereotipada e, pelas lentes da sua vivência, trouxe repertórios do seu tempo, por meio de vocabulário e expressões acrescidas de teorias estrangeiras deterministas, configuradas no darwinismo social e no evolucionismo, amplamente utilizadas na elaboração do conceito de raça, que foi construído através de apreensão social e teórica de uma elite intelectual. As referências aparecem no texto carregadas de sentidos representativos, de ideias políticas e sociais, ligadas intrinsecamente à formação do autor. O enredo manifesta como o pensamento social e as teorias em voga eram percorridos e apreendidos na obra, um espaço para o autor relatar as tensões da época, como pela sua formação e escrita foi construída e disseminada sua ideia social de nação brasileira.

Assim, dentro de uma análise geral da narrativa, as expressões do direito aparecem como elementos sociais e jurídicos, usados não apenas como uma mera elucidação. Certamente, havia seletividade e intencionalidade para noticiar os conteúdos das leis no Brasil. A obra é um discurso social e jurídico, no período em que intelectuais de diferentes áreas procuravam ordenar percepções que edificavam um imaginário social brasileiro. O autor mobilizou repertórios de cultura jurídica dos meios intelectuais da Faculdade de Direito paulista e repertório étnico-racial. Assim, o Brasil escravocrata e as composições jurídicas do país foram interpretados em *Rosaura, a enjeitada*.

Conclui-se que Bernardo Guimarães imbuíu seu posicionamento sobre a escravidão e o direito civil quando escolheu contar um enredo sobre os enigmas de um casal apaixonado, com histórias de vida distintas, que enfrentou dificuldades para a concretização do casamento. *Rosaura, a enjeitada* é o seu repertório, utilizado como sua estratégia para demonstrar como aconteciam as imposições das leis dentro da instituição escravista. Uma especificidade do literato foi a persistência em destacar as diversas cores entre os próprios escravos, uma

tentativa, talvez, de contribuir para a formação da população brasileira, mostrando a necessidade de abolir a escravidão.

O literato não buscou adentrar no debate disfarçadamente, suas narrações eram elaboradas como parte da sua posição e desejo de mudança daquela sociedade. Para tal, se esforçara na criação de personagens e circunstâncias que incitariam a imaginação do leitor. Embora haja uma dualidade intencional no posicionamento de Bernardo Guimarães, o identificamos inferiorizando o negro e questionando as imposições da escravidão, trazendo a figura do negro escravo como um “sujeito pacífico”, a exemplo das personagens escravas da “Nhá Tuca”, que não tiveram seus nomes citados no enredo. Por outro lado, o romancista questiona o lugar servil da personagem “Rosaura”. A pesquisa sobre a escravidão, utilizando a literatura, nos auxiliou a entender as concepções cunhadas naquele período sobre o país. Assim, pudemos perceber quais eram os diferenciais dentre os ideários para o Brasil e o destino dos negros.

A escolha de Bernardo Guimarães por uma linguagem racializada por meio dos discursos dos personagens, na produção do romance, para tratar das questões raciais, ao mobilizar repertórios do seu tempo, demonstrou que o autor não apenas buscou conservar na obra uma linguagem que se adequava à expressão regional, mas uma forma de manifestar elementos da vida brasileira. Na obra de Bernardo Guimarães, o uso da linguagem racializada reflete a visão estereotipada do sujeito negro, que era visto como selvagem, sensual, feio, dependente, na composição de personagens estereotipados. Bernardo Guimarães destacou no romance a presença de conceitos ideológicos sobre a inferioridade da população negra no século XIX e a origem de estereótipos raciais. Tudo isso revela as tensões, postas na própria linguagem tensa e densa das questões raciais, pelo autor do romance, no uso de termos que fazem indicações sobre as ideologias raciais.

O anseio de “branqueamento” da população faz-se presente na obra na personagem “Rosaura”, que passou por um branqueamento racial. É notório que, para este escritor que pertencia a uma sociedade que ansiava pelo progresso do Brasil, o negro tinha que desaparecer. A composição de personagens branqueados conjectura, desta forma, uma preocupação das elites brasileiras a respeito do futuro racial do país. Podemos notar, portanto, o pensamento racial na representação literária do negro, no romance, como inferiorizado, e que, para ser aceito no seio da sociedade, tinha como único caminho tornar-se branco.

Referências

- ABREU, Alzira Alves de (Org.). **Dicionário histórico-biográfico da primeira república (1889-1930)**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2015.
- ADORNO, Sergio. **Os aprendizes do poder**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1988.
- ALVES, Marcos Francisco. **História e Literatura em diálogo**: a escravidão em Bernardo Guimarães. Revista de História Comparada, [S.l.], v. 2, n. 2, Jul. 2012. ISSN 1981-383X. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/RevistaHistoriaComparada/article/view/97/89>>. Acesso em: 15 Set. 2017.
- ALONSO, Angela; GUIMARÃES, Nadya Araujo. Entrevista com Charles Tilly . **Tempo Social**, São Paulo, v. 16, n. 2, p. 289-297, nov. 2004. ISSN 1809-4554. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/12445>>. Acesso em: 05 oct. 2017.
- ALONSO, Angela. **Ideias em movimento**: a geração de 1870 na crise do Brasil Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- ALONSO, Angela. **Repertório, segundo Charles Tilly**: história de um conceito. Sociologia & Antropologia, v.02, n.03, 2012, p. 21-41.
- ARAUJO, Ruy Magalhães de. **Expressões jurídicas latinas aplicadas ao cotidiano forense**. Disponível em: <<https://www.passeidireto.com/arquivo/11228171/dicionario-de-expressoes-juridicas-latinas>>. Acesso em 04/01/2017.
- BECKLES, Hilary Mcd. **Os domínios do prazer**: A mulher escrava como mercadoria sexual. Revista virtual outros tempos V. 8, número 12, dez de 2011 – Dossiê História Atlântica e da Diáspora Africana. Disponível em: <http://www.outrostempos.uema.br/OJS/index.php/outros_tempos_uema/index>. Acesso em : 12 de ago de 2017.
- CANDIDO, Antonio. **Formação da Literatura Brasileira**: momentos decisivos. 6. ed. Belo Horizonte-Rio de Janeiro: Editora Itatiaia, 2000.
- CHALHOUB, Sidney. **A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- CHALHOUB, Sidney. **Visões da Liberdade**: uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CHALHOUB, Sidney. **Machado de Assis**: historiador. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- CHARTIER, Roger. **A História Cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: DIFEL, 1990.
- COSTA, Maria Rosane Alves da. **A escrava Isaura” e “Rosaura, a enjeitada**: imagens que se confundem na obra de Bernardo Guimarães. Revista Diálogos, nº 15 Especial 15. III Encontro Nacional e II Encontro Internacional de Literatura e Linguística da Universidade de Pernambuco (UPE), 3 vols, Campus Garanhuns. 2015.
- COSTA, Marina Santos. **As práticas de diversão de estudantes de direito da academia jurídica de São Paulo na obra do memorialista Almeida Nogueira, 1827-1890**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, VI, 2011. Anais... Vitória. Invenção, tradição e escrita da História da Educação no Brasil, 2011.

CUSTODIO, A. C. S. **Vestir e marcar:** a construção visual da vestimenta das mulheres escravizadas no Brasil Imperial – século XIX. 2015. 177 f. Dissertação (Mestrado em Arte e Cultura Visual) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2015.

SILVA, Rogério, Chaves da. **Reflexões sobre o “fazer histórico”:** uma história da historiografia em (sobre) Goiás (da década de 1920 à de 1990). 2015. 502 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2015.

CRUZ, Ricardo Alexandre da. **Negros e educação:** as trajetórias e estratégias de dois professores da Faculdade de Direito de São Paulo nos séculos XIX e XX. 2009. 103 f. Dissertação (Mestrado em Educação.) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **Ilustração e educação:** uma leitura de Bernardo Guimarães. Revista Educação, v. 31, n. 01, 2006a.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **Projeto Nacional e Educação Uma leitura a partir da obra de Bernardo Guimarães.** In: MORAIS, Christianni; PORTES, Écio Antônio; ARRUDA, Maria Aparecida. História da Educação: ensino e pesquisa. Belo Horizonte: Autêntica, 2006b.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **Bernardo Guimarães, Pensador social.** Revista Brasileira da História da Educação. RBHE, v.8 - n.1, p 87-124, jan.-abr. 2008.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **Edições e sociabilidades intelectuais:** a publicação das obras completas de Rui Barbosa (1930-1949). Belo Horizonte: Autêntica Editora: Editora UFMG, 2017.

FERNANDES, Rogério. **Os caminhos do ABC:** sociedade portuguesa e ensino de primeiras letras. Porto: Porto, 1994.

FEIJÃO, Tanize; MESQUITA Ilka Miglio, **Rosaura, a enjeitada:** releitura pelo método indiciário na pesquisa em História da Educação. In: MECENAS. Ane Louise Silva et al (Org.) Pesquisa científica e inovação: desafios para o jovem pesquisador. Aracaju: EDUNIT, 2015.

FONSECA, Thaís Nívia de Lima. **Letras, ofícios e bons costumes:** civilidade, ordem e sociabilidade na América Portuguesa. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

FONSECA, Ricardo Marcelo. **A cultura jurídica brasileira e a questão da codificação civil no século XIX.** Revista da Faculdade de Direito UFPR, Curitiba, PR, Brasil, jun. 2006. ISSN 2236-7284. Disponível em: <<http://revistas.ufpr.br/direito/article/view/9415>>. Acesso em: 05 ago. 2017.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. **Amansando meninos:** uma leitura do cotidiano da escola a partir da obra de José Lins do Rêgo (1890-1920). João Pessoa: EDUFPB, 1998.

GOMES, Mércio P. **Os índios e o Brasil:** passado, presente e futuro. São Paulo: Contexto, 2012.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 26 ed. 2013.

HÖRNER, Erik. **A luta já não é hoje a mesma:** as articulações políticas no cenário provincial paulista, 1838-1842. Almanack braziliense, n. 05, mai., 2007. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/alb/article/view/11659>>. Acesso em 28 jul., 2017.

JAPIASSÚ Hilton; MARCONES Danilo, **Dicionário básico de filosofia**, 4.ed, Rio de Janeiro, Ed. Zahar, 2006.

JORGE, Seu; YUCA, Marcelo; CAPPELLETTI, Wilson. **A carne**. In: Elza Soares. Do Cócix Até o Pescoço (2002) Disponível em:< <https://www.youtube.com/watch?v=yktrUMoc1Xw>> Acesso em: 08 de fevereiro de 2018.

JESUS, Daniel Santana de. **A melancolia de Aureliano Lessa**. 2014, 132 f. Tese (Doutorado em Literatura Brasileira) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

LE GOFF, Jacques. **Documento/Monumento**. In: LE GOFF, Jacques. História e memória. Trad. Irene Ferreira, Bernardo Leitão e Suzana Borges. 5. ed. Campinas: Ed. UNICAMP, 1994. p. 525-541.

LIMA, Deborah de Magalhães. **A construção histórica do termo caboclo sobre estruturas e representações sociais no meio rural amazônico**. Novos Cadernos NAEA, v. 2, n. 2, dez. 1999.

MATTOS, Hebe. **Racialização e cidadania no império do Brasil**. In: CARVALHO, José Murilo; NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. Repensando o Brasil do Oitocentos: cidadania, política e liberdade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

MENEZES, Hugo Lenes. **Folhetim da escravidão: o caso de Bernardo Guimarães**. In: Congresso Internacional da Brazilian Studies Association (BRASA), 2012. Disponível em: <http://www.brasa.org/wordpress/Documents/BRASA_XI/Hugo-Menezes.pdf>. Acesso em: 28 jul., 2017.

MENEZES, Daniel Luiz Santos. **Escravidão e educação nos jornais “O constitucional” e “o Liberal”** (Faculdade de direito de São Paulo - 1877-1878) 2017, 113 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Tiradentes. Aracaju, 2017.

MESQUITA, Ilka Miglio. **Presenças e ausências de referências sobre escravidão e educação nas teses e dissertações da Academia de Direito de São Paulo (1830-1880)**. In: NOGUEIRA, Vera Lúcia(org). População negra escravidão e educação no Brasil: séculos XIX e XX. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2015.

MEYER, Marlyse. **Folhetim – uma história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

MOTA, Carlos Guilherme; FERREIRA, Gabriela Nunes (Coord.). **Os juristas na formação do estado-Nação Brasileiro:1850-1930**. São Paulo: Saraiva, 2010.

MOTA, Carlos Guilherme (coord.). **Os juristas na formação do estado-nação brasileiro: século XVI a 1850**. Coleção Juristas Brasileiros. São Paulo: Quartier Lain, 2006.

MONTENEGRO, Antônio Torres. **Abolição**. Série Princípios. São Paulo: Editora Ática, 1988.

NAPOLEONE, Luciana Maria; BEFFA, Maria Lucia. **Organização do conhecimento jurídico brasileiro: um caso de historiografia biblioteconômica**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, XXV, Florianópolis, SC, 7 a 10 de julho. Anais... CBBB, Florianópolis, SC, 2013.

NASCIMENTO, David Cardoso do; DAMASCENO, Flávio Gomes; BERNARDO; Márcia da Silva. **Batismo e o compadrio de escravos: os diversos laços de compadrio na freguesia de nossa Senhora do Rosário de Mambucaba, 1850-1871**. In: XV Encontro Regional de História - ANPUH-Rio Ofício do Historiador: Ensino e Pesquisa. Disponível em <http://www.encontro2012.rj.anpuh.org/resources/anais/15/1338489903_ARQUIVO_BATISMOECOMPADRIO1.pdf> Acesso em 22 de jul. 2017.

PAES, Mariana Armond Dias. **Perdigão Malheiro e a Escravidão no Brasil**. Revista do CAAP, Belo Horizonte, número Especial: I Jornada de Estudos Jurídicos da UFMG p. 81 a p. 92 jul./dez. 2010.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Literatura, história e identidade nacional**. Revista eletrônica Vidya, Santa Maria, v.19, nº 19, 2000. Disponível em:<<https://www.periodicos.unifra.br/index.php/VIDYA/article/view/531/521>>. Acesso em: 15 de set. de 2016.

QUINTAS, Georgia. **Amas-de-leite e suas representações visuais: símbolos socioculturais e narrativos da vida privada do Nordeste patriarcal-escravocrata na imagem fotográfica**. RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção, v. 8, n. 22, pp. 11 a 44, abril de 2009. ISSN 1676-8965.

ROCHA, Jorge Luís et al. **O direito civil brasileiro na vigência da escravidão**. Disponível em:<https://pesquisaconstitucional.files.wordpress.com/2010/06/o_direito_civil_brasileiro_na_vigencia_da_escravidaao.doc>. Acesso em 20 de jun. de 2017.

ROMERO, Sílvio. **História da literatura brasileira**. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1888. 2 v.

SANTOS, Gustavo dos. **Academia de direito de São Paulo: cultura jurídica e política na formação dos bacharéis (1850-1870)**. 2015, 113 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Tiradentes. Aracaju, 2015.

SANTOS, Natália Neris da Silva. **Ideologia do branqueamento, ideologia da democracia racial e as políticas públicas direcionadas ao negro brasileiro**. Revista Urutagua- academia multidisciplinar- DCS/UEM, n. 19, set/out/dez. 2009.

SANTOS, Vera Maria dos. **A mulher de posses e a instrução dos órfãos menores na Capitania de Sergipe Del Rey no Século XVIII**. Fortaleza: Imprepe, 2016.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças – cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O racismo no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Publifolha, 2010.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. 4.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SOUZA, André Peixoto de. **Pensamento Jurídico Brasileiro, ensino do Direito e a constituição do sujeito político no império (1822-1891)**. Tese (Doutorado em Educação). Campinas, SP. 2011.

SOUZA, Luana Batista de. **Grande é o poder do tempo: colação entre testemunhos de O Seminarista de Bernardo Guimarães**. 2012. Dissertação (Mestrado em Filologia e Língua Portuguesa) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

ZICA, Matheus da Cruz e. **Literatura e formação no século XIX: a escritura de Bernardo Guimarães**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2015.

ZICA, Matheus da Cruz e. **A produção jornalística e literária de Bernardo Guimarães: Cultura e educação no século XIX**. In: Congresso de Pesquisa e ensino de História da Educação, IV, Minas Gerais, 2007. Anais ... UFMG, 2007.

ZICA, Matheus da Cruz e. **Educação e masculinidade na produção jornalística e literária de Bernardo Guimarães (1852-1883)**, 106 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais FAE – UFMG, 2008.

ZICA, Matheus da Cruz e. **Diversificação dos modos de ser masculino e estatização da violência masculina na escrita literária e jornalística de Bernardo Guimarães (1869-1872)**. 2011, 192 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

ZICA, Matheus da Cruz e. **A obra de Bernardo Guimarães como fonte para a história da educação**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, Curitiba - Anais... PUCRS, SBHE, 2004. Disponível em CD Rom.

VASCONCELLOS, Márcia Cristina Roma. **Famílias escravas em Angra dos Reis, 1801-1888**. 2006. Tese (Doutorado)– Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

FONTES

BRASIL. Constituição política do Império do Brasil (de 25 de março de 1824). In: Portal Legislação do Governo Federal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm>. Acesso em: 20 de jul. de 2017.

BRASIL. Lei nº 2040 de 28 de setembro de 1871 (Lei do Ventre Livre). In: Portal da Legislação do Governo Federal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/LEIS/LIM/LIM2040.htm>. Acesso em: 20 de ago. de 2017.

BRASIL. Lei de 16 de dezembro de 1830.(Código criminal do império do Brasil) In: Portal da Legislação do Governo Federal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM-16-12-1830.htm> Acesso em: 20 de set. de 2017.

BRASIL. **Criação dos Cursos Jurídicos no Brasil**.(documentos Parlamentares), Brasília/Rio de Janeiro: Fundação casa Rui Barbosa, 1977.

GUIMARÃES, Joaquim Bernardo. **Rosaura, a enjeitada**. v. 1. Coleção Saraiva.

GUIMARÃES, Joaquim Bernardo. **Rosaura, a enjeitada**. v. 2. Coleção Saraiva.

MALHEIROS, Perdigão. **A escravidão no Brasil: ensaio histórico-jurídico-social**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 1866, vol.1.

NOGUEIRA, Almeida (1907-1912). **Tradições e reminiscências**. Estudantes, estudantões e estudantadas. 9 Volumes. São Paulo: Saraiva, 1977.

NOGUEIRA, José Luís de Almeida. **A Academia de São Paulo**: tradições e reminiscências. 3º Vol. São Paulo: Saraiva, 1977.

NOGUEIRA, Almeida. **Tradições e reminiscências. Estudantes, estudantões e estudantadas**. 1907 – 1910, Nove volumes.

PEREIRA, Nilo. Introdução. In: BRASIL. **Criação dos Cursos Jurídicos no Brasil**.(documentos Parlamentares), Brasília/Rio de Janeiro: Fundação casa Rui Barbosa, 1977.

VAMPRÉ, Spencer. **Memórias para a História da Academia de São Paulo**. Brasília: INL e Conselho Federal de Cultura, v. I e v. II, 1977.